

**CLARISSA COSTA MAINARDI MIGUEL DE CASTRO**

# **O Governo Democrático de Getúlio Vargas através dos Cinejornais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Área de atuação: História Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mauad Andrade Essus

Niterói  
2013

**CLARISSA COSTA MAINARDI MIGUEL DE CASTRO**

# **O Governo Democrático de Getúlio Vargas através dos Cinejornais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Área de atuação: História Social

Aprovado em: 17/05/2013

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Maria Mauad Andrade Essus – Orientadora  
UFF – Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Grinberg – Arguidora  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Almeida Kornis  
FGV – Fundação Getúlio Vargas

Niterói  
2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**C355 Castro, Clarissa Costa Mainardi Miguel de.**

O governo democrático de Vargas através dos cinejornais / Clarissa Costa Mainardi Miguel de Castro. – 2013.

179 f. ; il.

Orientador: Ana Maria Mauad.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 174-179.

1. Jornalismo no cinema. 2. Agência Nacional de Cinema (Brasil). 3. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 4. Brasil; política e governo, 1930-1945. I. Mauad, Ana Maria. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.061

Aos meus pais Hilton Miguel de Castro Júnior  
e Ana Luisa C M M de Castro

# Agradecimentos

Em 2008 ingressei na UFF e logo consegui uma bolsa de iniciação científica no LABHOI – Laboratório de história Oral e Imagem sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Maria Mauad. Aprendi um novo conceito sobre História, seus métodos e suas fontes e, nesses quase cinco anos em que trabalho no LABHOI tive o prazer de tê-la ao meu lado que, além de coordenadora passou a me orientar na monografia e em seguida, no mestrado.

Agradeço por todas as nossas conversas e seu esforço contínuo em me auxiliar a separar a Clarissa jornalista da Clarissa historiadora, orientando minha escrita e sempre me fazendo enxergar os processos históricos a partir de uma visão “menos óbvia”. A todos os conselhos, trocas de pontos de vista e confiança, o meu muito obrigada!

Agradeço à banca examinadora da minha qualificação e defesa, composta pelas professoras Lúcia Grinberg e Mônica Kornis por todos os comentários e críticas na qualificação que muito me auxiliaram no processo de pesquisa e escrita.

Minha sincera gratidão ao amigo de todas as horas Luciano Gomes por sempre me chamar a atenção ao achar que estou sendo “impressionista” no meu modo de escrever! Nossas conversas são extremamente importantes e ricas para mim.

À minha mãe querida, Ana Luisa, por toda a convivência e dedicação.

À Ursula, por entender minhas ausências e desesperos ao longo do processo de escrita da dissertação.

# Resumo

Analisar os Cinejornais do Governo Democrático de Vargas como produções construtoras de uma memória e imagem do período pela ótica do Estado. A relação entre Vargas e os meios de comunicação e a utilização destes canais como veiculadores de propagandas políticas, permite o estudo da exibição de um poder que, não mais pela força, mas pelo esforço de convencimento e persuasão, através da produção midiática, busca sua legitimação perante o público receptor. Identificar nestes Cinejornais tanto o tipo de conteúdo por eles veiculado quanto elementos da linguagem cinematográfica presentes em suas construções, permite-nos analisar o discurso que permeia tais produções e as enxergar como escolhas feitas a partir de intenções e interesses que, em contato com o público receptor, podem ou não atingir seus objetivos. Parte de uma Cultura Política criada em torno da figura de Vargas, os Cinejornais desse período são uma das expressões do diálogo entre o Poder e seus interlocutores.

**Palavras - chave:** Cinejornais; Agência Nacional; Governo Democrático de Vargas

## ABSTRACT

Analyze the newsreels of the Vargas Democratic government as production builders of memory and an image of the period through the eyes of the state. The relationship between Vargas and the media channels and use these as vehicles for political propaganda, it allows the study of a display of power, not by force but by the effort of convincing and persuasion through media production, seeks its legitimacy receiver to the public. Identifying these newsreels both the type of content conveyed by them as elements of film language present in their buildings, allows us to analyze the discourse that permeates such products and see how choices made from the intentions and interests which, in contact with the public receiver may or may not achieve their goals. Part of a political culture built around the figure of Vargas, the newsreels of the period are an expression of dialogue between the Power and its partners.

**Keywords:** Newsreels; National Agency; Democratic Government of Vargas.

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I – O Gigante com os pés de barro.....</b>	<b>16</b>
1. A inanição partidária no processo de sucessão presidencial em 1950.....	17
2. A vitória insustentável.....	25
3. A corrosão interna de um governo.....	28
4. Observações finais.....	47
<b>Capítulo II – Agência Nacional: Comunicação a Serviço do Estado.....</b>	<b>49</b>
1. Um breve histórico de sua criação.....	52
2. Estrutura e funcionamento interno.....	54
2.1. Divisão de Informações.....	56
2.1.1 Serviço de Imprensa.....	57
2.1.2 Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema.....	58
2.1.3 Seção de Divulgação.....	66
2.2 Serviço de Administração.....	68
3. Demandas diversas à Agência Nacional.....	72
4. Agência Nacional: seus cargos e atribuições.....	73
5. Agência Nacional e seu Ministério.....	83
6. Agência Nacional e seu Novo Regimento.....	85
7. Observações finais.....	86
<b>Capítulo III – Versões da História.....</b>	<b>87</b>
1. Temáticas abordadas pelos Cinejornais.....	89
1.1. Sobre a linguagem cinematográfica utilizada Por esses Cinejornais.....	120
2. Outras versões da História.....	129
2.1 O embate entre Culturas Políticas na Imprensa Brasileira: o posicionamento político dos periódicos analisados.....	129
2.2. A Imprensa e os Cinejornais: a construção de diversas verdades.....	132
3. Observações finais.....	154
<b>Conclusão.....</b>	<b>156</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>158</b>
<b>Referências.....</b>	<b>174</b>

# Lista de Imagens

## Capítulo I – O Gigante dos Pés de Barro

Imagem 1: Jornal A Noite - 03 de janeiro de 1950. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=UDN](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=UDN) Acesso em: 15/02/2013

Imagem 2: Jornal A Noite - 02 de Janeiro de 1950. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=UDN](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=UDN) Acesso em: 15/02/2013

Imagem 3: Comício Querequista no Rio de Janeiro em 1945 Disponível em:  
<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=157> Acesso em: 10/11/11

Imagem 4: Posse de Vargas em 1951 (Revista O Mundo Ilustrado Outubro/1954)

Imagem 5: Ataques a Getúlio pela Tribuna da Imprensa

Imagem 6: Trabalhadores unidos por mais liberdade sindical (FERREIRA, Jorge. O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.)

Imagem 7: Campanha pela duplicação do Salário Mínimo  
(<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=33520>)

Imagem 8: Manchete do Jornal Tribuna da Imprensa denegrindo o Governo Vargas  
(Tribuna da Imprensa 02/08/1954)

Imagem 9: Mulher em meio à rua chora morte de Vargas  
(Revista O mundo Ilustrado nº 83 1 de Setembro de 1954)

Imagem 10: Comunistas acusados na imprensa pela desordem popular  
(Revista O mundo Ilustrado nº 83 1 de Setembro de 1954)

Imagem 11: Jornal Última Hora de 24/08/1954

Imagem 12: Gente de todas as classe e de todas as idades chora a morte do presidente Vargas  
(Revista O mundo Ilustrado nº 83 1 de Setembro de 1954)

Imagem 13: Velório de Getúlio  
(Revista O mundo Ilustrado nº 83 1 de Setembro de 1954)

## Capítulo II – Agência Nacional: Comunicação a Serviço do Estado

Imagem 14: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/123 de 06 de Maio de 1954.



Imagem 15: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA405 de 13 de Novembro de 1953.

Imagem 16: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/1/S de 02 de Janeiro de 1953.

Imagem 17: Antiga sede do laboratório cinematográfico da Agência Nacional, Avenida Marechal Câmara n350, Centro. Foto tirada em 29 de Março de 2013

Imagem 18: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA288 de 12 de Agosto de 1953.

Imagem 19: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/188/S de 18 de Maio de 1953.

Imagem 20: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/111 de 23 de Março de 1953.

Imagem 21: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/50 de 30 de Janeiro de 1953.

Imagem 22: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA/436 de 24 de Novembro de 1953.

Imagem 23: Jornal A Última Hora de 13 de Fevereiro de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195>

Imagem 24: Jornal O Correio da Manhã de 12 de Fevereiro de 1952. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_06&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195)

Imagem 25: Jornal A Última Hora de 11 de Fevereiro de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195>

Imagem 26: Jornal O Correio da Manhã de 8 de Fevereiro de 1952. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_06&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195)

Imagem 27: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/6 de 12 de Janeiro de 1954.

Imagem 28: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA 199 de 25 de Maio de 1953.

Imagem 29: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/98 de 06 de Março de 1953.

Imagem 30: Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA 322 de 9 de Setembro de 1953.

### **Capítulo III – Versões da História**

Imagem 31: Cinejornal Informativo s. n. [IV] (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn\\_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsglil3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsglil3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso: 20/02/2013

Imagem 32: Cinejornal Informativo n. 13/53 - Edição Especial (1953). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiR-2gjeEaf-jNyG07HwmnHj5C17nbQER6YjkoedscSlA.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiR-2gjeEaf-jNyG07HwmnHj5C17nbQER6YjkoedscSlA.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 20/02/2013

Imagem 33: Jornal do Brasil, 2º caderno de 5 de Janeiro de 1953. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_01&pesq=Ag%C3%AAncia%20Nacional&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&pesq=Ag%C3%AAncia%20Nacional&pasta=ano%20195) Acesso em: 17/02/2013

Imagem 34: Jornal A Noite de 17 de Fevereiro de 1954. Disponível em: [http://memorial.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=manifesto20dos%20coron%C3%A9is](http://memorial.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=manifesto20dos%20coron%C3%A9is) Acesso em: 17/02/2013.

Imagem 35: Cinejornal Informativo v. 3 n. 29 (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgih4NS-QNUk4-SK7h3VwpChn9CnRSQOwOtHrcMVIM5q2w.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgih4NS-QNUk4-SK7h3VwpChn9CnRSQOwOtHrcMVIM5q2w.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 11/10/2012

Imagem 36: Jornal O Correio da Manhã de 12 de Agosto de 1952. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=crise%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=crise%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o) Acesso em: 17/02/2013

Imagem 37: Jornal do Brasil de 1º de Janeiro de 1952. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19520101&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em: 17/02/2013

Imagem 38: Jornal A Noite de 09 de Abril de 1953. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=Energia](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=Energia) Acesso em: 15/02/2013

Imagem 39: Jornal A Manhã de [?] Fevereiro de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20195&pesq=Energia> Acesso em: 14/02/2013.

Imagem 40: Jornal A Manhã de 10 de Março de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20195&pesq=Energia> Acesso em: 17/02/2013

Imagem 41: Jornal do Brasil 01 de Março de 1952 (Disponível em:  
<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19520301&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em: 13/02/2013)

Imagem 42: Jornal do Brasil de Primeiro de Abril de 1953. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20imigrantes](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20imigrantes)

Imagem 43: Desequilíbrio cambial e inflação em Dezembro de 1952 (Revista Conjuntura Econômica – Anos 50. Disponível em:  
[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Conjun\\_D50&Pasta= &Pesq=periódicos](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Conjun_D50&Pasta= &Pesq=periódicos) Acesso em: 07/11/2012)

Imagem 44: Desequilíbrio cambial e inflação em Dezembro de 1952 (Revista Conjuntura Econômica – Anos 50. Disponível em:  
[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Conjun\\_D50&Pasta= &Pesq=periódicos](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Conjun_D50&Pasta= &Pesq=periódicos) Acesso em: 07/11/2012)

Imagem 45: Jornal A Manhã de 18 de Setembro de 1952. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/720984/per720984\\_1952\\_00041.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720984/per720984_1952_00041.pdf) Acesso em: 14/02/2013

Imagem 46: Jornal O Flan - 12 a 18 de Abril de 1953. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/pdf/100331/per100331\\_1953\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/100331/per100331_1953_00001.pdf) Acesso em: 15/02/2013

Imagem 47: Jornal do Brasil 02.08.1952. (Disponível em:  
<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19520902&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em: 13/02/2013)

Imagem 48: Jornal do Brasil 31 de Março de 1953. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20Imigrantes](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20Imigrantes) Acesso em 15/02/2013

Imagem 49: Jornal do Brasil de Primeiro de Abril de 1953. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20imigrantes](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20195&pesq=Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20imigrantes)

Imagem 50: Jornal Imprensa Popular de 28 de Junho de 1951. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=Ag%C3%A7%C3%A3o%20Nacional&pasta=ano%20195>. Acesso em: 10/02/2013

Imagem 51: Jornal A Última Hora de 27 de Setembro de 1951. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Seca%20no%20Nordeste&pasta=ano%20195>. Acesso em: 11/01/2013

Imagem 52: Jornal A Última Hora de 17 de Dezembro de 1951. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Seca%20no%20Nordeste&pasta=ano%20195>. Acesso em: 10/01/2013

Imagem 53: Jornal A Última Hora de 25 de Fevereiro de 1953. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Seca%20no%20Nordeste&pasta=ano%20195>. Acesso em: 10/01/2013

Imagem 54: Jornal Imprensa Popular de 24 de Janeiro de 1952. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=Ag%C3%AAnncia%20Nacional&pasta=ano%20195> Acesso em: 11/12/2012

# Introdução

Getúlio Vargas governou o Brasil em dois momentos completamente distintos entre si. Foi um político dirigente brasileiro que, de um governo autoritário, tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial e os regimes ditatoriais voltou pelos “braços do povo” como presidente eleito em um governo democrático seis anos após sua deposição.

Porém, a Democracia recente ainda não tinha se reestruturado partidariamente e o apartidarismo ainda estava presente na política brasileira. Getúlio se defrontou com inúmeras dificuldades estruturais, internas e externas, em seu novo governo. Não poderia mais controlar o país como fizera alguns anos antes. A História havia mudado. A política Ocidental, após a tragédia causada pelo crescimento dos regimes denominados “totalitários”, pelo trauma do Holocausto e da destruição em níveis nunca antes vistos e pela emergência dos Estados Unidos da América no controle do cenário econômico mundial, reformulou-se para que fossem evitadas, novamente, tais insurgências.

Vargas não poderia mais dar as cartas. Fazia parte de um jogo político e não lhe seria permitido uma significativa mudança de regras. Por mais ambíguo e articulador que fosse, Getúlio, naquele momento, viu-se cercado por inúmeras tendências com as quais poderia negociar, porém, na década de 1950 suas capacidades de negociação eram menos extensas, mais limitadas, observadas, controladas e vigiadas por um cenário político que temia a volta de seu autoritarismo.

Governou sem base política sólida, pois apostava ainda em seu apartidarismo em prol da defesa dos “interesses da nação”. Suas tentativas de conciliação não foram tão providenciais quanto pareciam ser no Estado Novo, quando deteve por quinze anos o poder político em suas mãos. Através da propaganda política pelos meios de comunicação – sua especialidade – teve que enfrentar uma imprensa que não mais estava sob censura e nem mesmo poderia voltar a ficar.

Perdeu forças em meio aos embates constantes com seus opositores, que agora poderiam atacá-lo abertamente sem temerem as represálias que eram comuns em seu governo anterior. Mesmo os trabalhadores, os quais o intitularam de “Pai dos Pobres”, rebelavam-se com seu governo, dando vida a uma das maiores paralisações grevistas já presenciadas na História brasileira, a “Greve dos trezentos mil” em 1953.

Por muitas vezes Vargas perdeu as rédeas da situação política de seu governo a ponto de vê-lo, periodicamente, abalado em suas estruturas por alguma denúncia, manifestação, falta de direcionamento político, desgastes internos, etc. Porém, em meio aos ataques constantes sua imagem esforçava-se para ser preservada. Vargas manteve, em seu Governo Democrático, a Agência Nacional, órgão de produção e divulgação de informações oficiais, como encarregada da distribuição e construção de uma visão positiva e esclarecedora de suas ações governamentais que fizesse frente à imprensa opositora.

O objeto de estudo desse trabalho são os Cinejornais Informativos, produzidos pela Agência Nacional e distribuídos aos cinemas brasileiros como forma de divulgar ao público a rotina presidencial, assim como as ações do governo, propagando a imagem de Vargas e sua política a partir da visão oficial, mas transmitidos com o intuito de gerar empatia e criar uma aproximação entre o público e Vargas em uma constante busca de confiança em relação ao governo.

O capítulo I expõe os conflitos vivenciados nesse período pelo Governo Democrático de Vargas, dando menos enfoque às realizações e maior ênfase aos percalços enfrentados por Getúlio tanto no âmbito civil quanto militar, em todos os setores de seu governo: econômico, social, político. Demonstrando quais as debilidades que promoveram as rachaduras causadoras de sua queda.

O capítulo II apresenta a estrutura e o funcionamento da Agência Nacional. São utilizados documentos jurídicos que discorrem acerca do tema, como Decretos-lei e Portarias, além de periódicos da época e documentos internos da Agência Nacional depositados no Acervo da Agência no Arquivo Nacional. Para o trabalho esse capítulo é importante, pois apresenta, minimamente, a instituição responsável pela produção dos Cinejornais Informativos e, também, por toda a atividade de produção e divulgação de informações oficiais que circularam durante o Governo Democrático de Vargas.

O capítulo III analisa o objeto de estudo desse trabalho, os Cinejornais Informativos. Tal análise é feita a partir da fonte em si, do contexto político no qual ela foi produzida e em confronto com outras produções da imprensa brasileira, não criadas pela Agência Nacional, produzindo versões da História. Esse capítulo não busca estabelecer uma verdade sobre o período nem desmentir os Cinejornais ou, muito menos, a imprensa. Busca apontar distintas visões acerca do Governo Democrático de Vargas.

Os Cinejornais foram escolhidos como representantes da visão oficial por trabalharem com uma linguagem cinematográfica, audiovisual, possibilitando o estudo da História através de fontes que não apenas escritas, permitindo que o historiador entre em contato com diferentes linguagens e dessa forma contribua para a expansão de uma nova historiografia.

A análise acerca da linguagem cinematográfica utilizada na composição desses Cinejornais não será realizada nesta dissertação, apesar de ser uma contribuição válida e extremamente importante para o universo cinematográfico estudado e, também, para o apontamento de possíveis tensões existentes em suas produções. O enfoque dado recaiu sobre as temáticas abordadas e como foram apresentadas nesses Cinejornais, realizando, paralelamente, um contraponto com os conteúdos veiculados pela imprensa escrita da época.

## Capítulo I

# O gigante dos pés de barro

[A vitória de Vargas] surge como alternativa ao fracasso da aliança entre os dois principais partidos (UDN e PSD), e seu desempenho caracteriza-se exatamente por uma preocupação de incluir todas as correntes políticas, particularmente a UDN, dentro da órbita governamental. Ao tentar, porém, unificar e ampliar seus recursos de poder, esse governo descuida-se do que deveriam ser seus compromissos políticos centrais.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.



O governo democrático de Vargas foi marcado por tensões e situações de crise iminentes, devido a constantes embates das forças políticas internas e externas ao governo. Foi um período de instabilidades e alianças partidárias insólitas. Este capítulo contextualizará o período, identificando as disputas estabelecidas ao longo do governo Vargas, desde a questão da sucessão presidencial e candidatura de Getúlio para assumir a frente do país.

### **1. A Inanição Partidária no processo de sucessão presidencial de 1950**

O papel político desempenhado pelos partidos nessa época não era ainda bem representado e se reorganizava aos poucos após o fim do Estado Novo e seu antipartidarismo declarado. Em fins dos anos 40 a discussão e as disputas a cerca da sucessão de Dutra começaram a aflorar no meio político. Os principais partidos Nacionais e regionais (UDN, PSD, PTB, PSP, PR, entre outros) arriscavam nomes e alianças que não conseguiam se estabelecer nem internamente, nos próprios partidos.

O predomínio da tendência centralizadora e autoritária acabaria por deslegitimar os partidos e os mecanismos eleitorais, em favor da burocracia e da cooptação. O fim do Estado Novo não altera substancialmente essa herança deslegitimadora das instituições políticas oriundas da “sociedade civil”. Desse modo, a institucionalização do sistema partidário continuará baixa mesmo no período 1945-64, principalmente se atentarmos para a “circunstância de não serem os partidos em conjunto e enquanto sistema uma instituição governativa”; ou, dizendo-se de outra maneira, na inexistência, no Brasil, da norma de governo partidário, com alternância regular e legítima.<sup>2</sup>

Embora constituam formas legais de participação, os partidos políticos não são vistos por seus dirigentes como canais legítimos de ação política, mas como instrumentos formais através dos quais seus agentes se investem de poder (...) Dentro dessa perspectiva, cria-se uma dinâmica em que não cabe aos partidos, enquanto instituições, o estabelecimento das regras do jogo, mas às forças que se articulam interna e externamente em relação aos partidos (...) As negociações em torno da candidatura e de alianças partidárias chegam a tal ponto de saturação que acabam por facilitar a emergência e a consolidação de uma alternativa não-comprometida partidariamente.<sup>3</sup>

Fórmulas foram tentadas para se chegar a um consenso a respeito do candidato à sucessão, mas sem sucesso. A “Fórmula Jobim” propunha um candidato único que fosse aprovado e conseguisse representar as demandas dos partidos o que, na origem, já era impraticável. A “Fórmula Mineira”, proposta posteriormente, pretendia o mesmo fim,

---

<sup>2</sup> Idem. P. 22

<sup>3</sup> Idem. P. 23 e 24

contanto que o candidato fosse de Minas Gerais, por ser este o Estado com um maior número de eleitorado.

A busca pela união e pelo consenso entre partidos a respeito de um único candidato mostrou-se inexequível, pois além de apresentarem ideologias conflitantes entre si, havia, também, correntes partidárias opostas no interior de cada partido. Essas “Fórmulas” e discussões eram lideradas, desde 1948, por uma aliança entre: UDN, PSD e PR, a “União Nacional em torno de Dutra”, ou os “Três Grandes”, como denominou a historiadora Maria Celina D’Araújo em seu livro *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: Democracia, partidos e crise política*. O poder de escolha e de veto não era o mesmo para todos. À “União Nacional” proposta não cabia oposições, por tanto não representava muitas correntes partidárias e, muitas vezes, nem mesmo os “Três Grandes” conseguiam chegar a um acordo, não havendo consenso em meio a posições irredutíveis ou insustentáveis.

(...) o Acordo Interpartidário, chamado de “União Nacional em torno de Dutra”, assinado solenemente no Palácio do Catete em Janeiro de 1948, entre o PSD, a UDN e o Partido Republicano (PR) provocou uma reviravolta no cenário político, beneficiando Getúlio. Pensado como um acordo de governabilidade, na linguagem de hoje, com marca conservadora, e como estratégia para evitar a volta de Getúlio ao poder, o entendimento provocou, desde logo, a aproximação entre Getúlio e Adhemar.<sup>4</sup>

Vargas, dentro do jogo político, era consultado por partidos, principalmente o PSD, que estavam em busca do seu apoio a este ou aquele candidato. Em nenhum momento mostrou-se publicamente interessado em concorrer à sucessão presidencial, tampouco a filiar-se a algum partido. O ex presidente considerava os embates partidários como jogos de interesses que não correspondiam aos anseios nacionais. Apontava-os como disputas pessoais e menores frente às “urgências da Nação”.

Já no primeiro semestre de 1950, mediante ao impasse que ainda imperava sobre os partidos a respeito da sucessão presidencial, a ideia de consenso e “União Nacional” foi deixada, em parte, de lado e os partidos, praticamente nas vésperas da eleição, apressaram-se em escolher internamente seus próprios candidatos a serem apresentados à Nação. Os “Três Grandes” seguiram rumos distintos. A UDN optou, novamente, pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>5</sup>, pois visava à adesão de correntes e partidos

---

<sup>4</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 162.

<sup>5</sup> Eduardo Gomes concorreu, pela UDN, à presidência de 1946.

antigetulistas além da aproximação com setores militares. Contou com o apoio do PRP e do PL. O PSD indicou Cristiano Machado, apoiado pelo PR e pelo PST. O PSB apresentou João Mangabeira como candidato. E o PTB, sem força política e sem um nome forte, não havia, até o momento, referendado nenhuma candidatura proveniente de suas fileiras. Em meio a uma verdadeira “dança das cadeiras” setores regionais de um mesmo partido, muitas vezes, não entravam em acordo com suas representações nacionais causando divisões internas, o que prejudicava uma pretendida unidade partidária<sup>6</sup>.

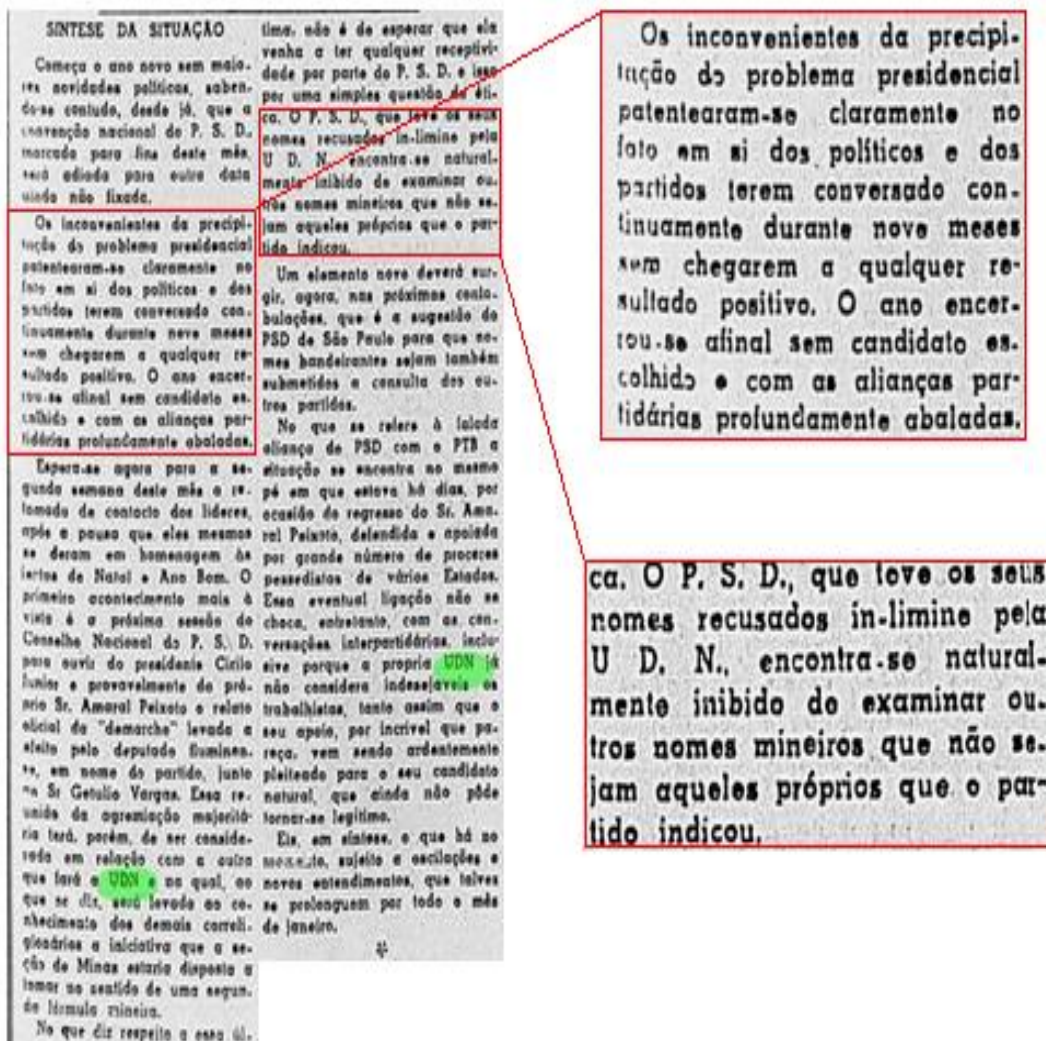
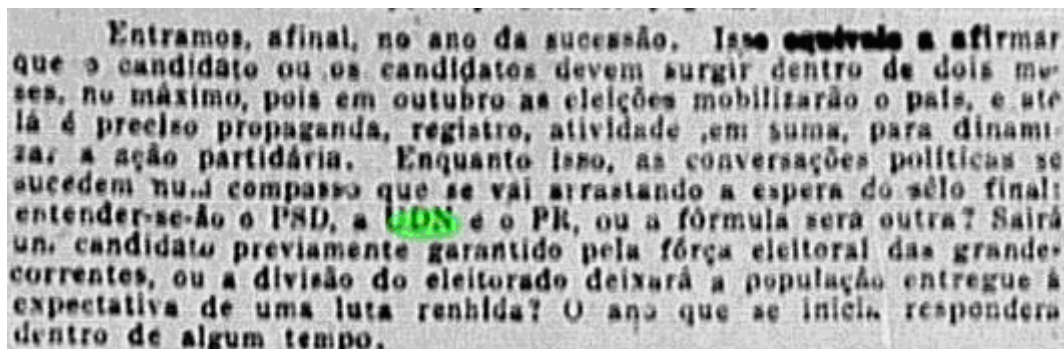


Imagem 1

<sup>6</sup> D'Araujo, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.



Entramos, afinal, no ano da sucessão. Isso equivale a afirmar que o candidato ou os candidatos devem surgir dentro de dois meses, no máximo, pois em outubro as eleições mobilizarão o país, e até lá é preciso propaganda, registro, atividade, em suma, para dinamizar a ação partidária. Enquanto isso, as conversações políticas se sucedem num compasso que se vai arrastando a espera do sêlo final: entender-se-ão o PSD, a UDN e o PR, ou a fórmula será outra? Sairá um candidato previamente garantido pela força eleitoral das grandes correntes, ou a divisão do eleitorado deixará a população entregue à expectativa de uma luta renhida? O ano que se inicia responderá dentro de algum tempo.

Imagem 2

Maria Victoria Benevides, em seu livro *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*<sup>7</sup> faz menção a esses confrontos políticos no interior dos próprios partidos, principalmente entre a cúpula federal e suas regionais, salientando para o fato da obrigatoriedade da criação de partidos nacionais a partir de 1945, reduzindo o poder de decisão das regionais partidárias. Era um momento em que a política brasileira, assim como a sociedade, reorganizava-se em moldes democráticos e liberais, sinalizando para novos contextos e organizações políticas e sociais, como um todo.

Após a tomada de decisão da UDN, em lançar seu candidato próprio ao pleito de 1950, o PSD buscou uma reaproximação com o PTB, tentando apresentar uma candidatura que obtivesse a aprovação de Dutra e Vargas. Este não endossava nenhuma das opções à candidatura que lhe eram apresentadas pelo PSD. E todos sabiam que o apoio formal de Getúlio a algum candidato faria uma grande diferença no posicionamento do eleitorado. Porém, o PSD, sem consultá-lo dessa vez, decidiu-se pela candidatura do mineiro Cristiano Machado, a qual também não contou com a unanimidade de todas as regionais do partido, não obtendo o consenso interno.

Para se ter a real dimensão do desnorteamento que passou a reinar nos meios udenistas e pessedistas quanto à apresentação de candidatos que viabilizassem a aplicação das “fórmulas”, é suficiente atentarmos para a incrível lista de sugestões apresentadas na ocasião. Através de bibliografia e de consultas a jornais e a fontes primárias, pôde-se apurar terem sido cogitados e discutidos, pelo menos, os seguintes nomes: Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Canrobert Pereira da Costa, Pereira Lima, Adroaldo Mesquita da Costa, Cirilo Júnior, Miguel Couto Filho, Afonso Pena Júnior, Walter Jobim, Milton Campos, Nereu Ramos, Cristiano Machado, Carlos Luz, Barbosa Lima Sobrinho, Osvaldo Aranha, Otávio mangabeira, Ernesto Dornelles, João Neves da Fontoura, Góis Monteiro, Pinto Aleixo, Cordeiro de Farias.

<sup>7</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1981.

Esse leque de alternativas, (...) justifica o comentário de João Neves de que PSD e UDN primavam pela debilidade e ausência de coesão, e que o país perdia com a “atmosfera nacional de demolição dos partidos, de maratona de candidatos, de baixo nivelamento dos valores públicos”<sup>8</sup>

Vargas ainda pensava em uma alternativa que exprimisse o “interesse Nacional” e não partidário daquelas opções que se lhe apresentavam em busca de apoio. Ao mesmo tempo mantinha seu nome desvinculado às pretensões presidenciais, apesar das insinuações que existiam em torno de sua figura. Isso não significava que ele próprio não cogitasse a presidência, apenas não explicitava essa possibilidade. Vargas percebia a dificuldade expressa em se alcançar um consenso interpartidário a cerca de um candidato que representasse os “interesses Nacionais” em detrimento de sua filiação e limitações de sua legenda. Cada partido lutava para estabelecer o seu ideal de “União” e satisfazer, da sua forma, os tais requisitos para a candidatura.

Um balé de nomes e passos curtos marcou os primeiros meses de 1949, até que a UDN e o PSD decidissem, em Maio, lançar candidatos à Presidência da República. Enquanto a UDN relançava o brigadeiro Eduardo Gomes, o PSD saía para a disputa com um nome obscuro do ponto de vista político: o do mineiro Cristiano Machado. Dada essa divisão e ainda competindo com nomes tão distantes da massa popular, Getúlio e Adhemar podiam esfregar as mãos de alegria. Um dia depois da convenção do PSD, a candidatura de Getúlio era homologada pelo PTB, contando com o apoio do PSP, que indicaria para a vice presidência João Café Filho (...)<sup>9</sup>

A postura de Vargas, ao longo do processo sucessório, negando apoios, buscando um consenso e uma “União” que iam além do horizonte político dos partidos existentes, preocupados em tornarem-se ou manterem-se no governo, acabava por apontá-lo como uma solução para a falta de consenso interpartidário e para a ausência de um candidato com condições de materializar tais características.

Há que aventar a hipótese de que a atuação de Vargas fosse também permeada por motivações pessoais. Enquanto indivíduo e ator político, Vargas tinha contas a ajustar com aqueles que o haviam retirado do poder ou lhe negado apoio ou o transformado no único responsável pelos males que atingiam a sociedade brasileira. Ciente de seu prestígio popular, Vargas tinha condições de acionar um plano que, sem negar o trabalho, criasse entraves a qualquer iniciativa política mais consistentemente organizada, ao mesmo tempo em que o fortalecesse enquanto liderança nacional independente.

---

<sup>8</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P.62

<sup>9</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 163.

Com base nessa conjectura, não se pode imputar-lhe o papel de sabotador das políticas governamentais. Forçoso é admitir que a habilidade política, essencial nas relações de poder, foi por Vargas meticulosamente utilizada não apenas em termos de coisa pública e dos interesses gerais; direcionou-se também para fins particulares que, por sua vez, acabam por condicionar a configuração do poder<sup>10</sup>.

Mediante os conflitos e indecisões a cerca da sucessão presidencial e à ameaça constante do Comunismo, em tempos de Guerra Fria, a candidatura de Vargas a líder do executivo brasileiro deixou de ser apenas cogitada e se materializou com o apoio do PTB e do PSP, com sua principal liderança: Ademar de Barros, governador de São Paulo.

O ex-presidente sabia do prestígio que tinha junto às camadas populares, as quais deixaram claro o seu apoio a Vargas com o Movimento Queremista iniciado em 1945. Esse movimento clamava pela candidatura de Vargas, após o ultimato recebido no Estado Novo acerca da obrigatoriedade de estabelecer eleições para a sucessão presidencial de 1945-46. Tal movimento recebeu o apoio inclusive do Partido Comunista, de volta à legalidade, assim como do empresário Hugo Borghi, oferecendo para a campanha três estações de rádio com o objetivo de fazer ecoar o “Queremos Getúlio”<sup>11</sup>.

Hugo Borghi iniciou sua história com Getúlio como seu opositor, participando da Campanha pela Constituinte em 1932. Tempos mais tarde engajou-se no Movimento Queremista, como um de seus líderes e criou o slogan “Ele disse” para referendar em meio às camadas populares o apoio de Getúlio a Dutra nas eleições presidenciais de 1945-46, já que ele próprio, Vargas, não iria concorrer.

O Movimento Queremista agregou elementos com ideologias e posições políticas díspares, unidos em uma mesma reivindicação. Era o espelho da política conciliatória de Vargas que, ao negociar com as mais diversas diretrizes políticas e sociais não se opunha, radicalmente, a nenhuma delas, buscando unir apoios sem “tomar partidos” que pudessem limitar seu campo de negociação política.

---

<sup>10</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P.66.

<sup>11</sup> CPDOC. **Queremismo** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo> Acesso em: 20/12/2012



Imagem 3

Na sucessão presidencial de 1950, Vargas, apesar do apoio recebido pelos partidos, colocava-se como um candidato extrapartidário, o que já era de se esperar. Isso significava que seu programa de governo não necessariamente seria, de forma completa, o dos partidos que o apoiaram. Isso lhe oferecia uma maior mobilidade, podendo estabelecer relações políticas com maior liberdade, mas ao mesmo tempo, relações mais fluidas por não estarem pautadas em uma base de compromisso institucionalizada.

Mônica de Almeida Kornis, em seu artigo intitulado *Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950*, ao analisar dois filmes de propaganda da campanha de Vargas, identifica em *Uma vida a serviço do Brasil* o antipartidarismo de Getúlio veiculado como um comprometimento com a nação e não com interesses partidários<sup>12</sup>. Como se Vargas estivesse acima de qualquer institucionalização e disputas de legendas, importando-se unicamente em satisfazer as demandas e necessidades do povo que o apoiara, assim como, promover o progresso do Brasil.

Maria Victoria Benevides, em seu livro *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*, aborda de forma sucinta, a tradição antipartidária, não apenas brasileira, nos anos de 1930. O resquício do autoritarismo do Estado Novo e as discussões e reorganizações partidárias que ocorriam no pós-45 justificavam o caráter extrapartidário e mesmo antipartidário de Getúlio Vargas que, apesar de considerado chefe do PTB, ressaltava sua política como independente de interesses e vínculos profundos com qualquer partido.

<sup>12</sup> KORNIS, Mônica de Almeida. **Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950**, in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº34, Julho-Dezembro de 2004, p. 71-90.

Em termos gerais, esta noção negativa de partido político vem associada, com conteúdo pejorativo (“interesses mesquinhos”) à ideia de facção, ou com conteúdo doutrinário (afinidades com os regimes totalitários) à ideia de partido único. (...) Simone Weil, por exemplo, em nome da liberdade individual, condena “as máquinas de fabricação das paixões coletivas”, considerando a extinção dos partidos “um bem quase puro” (apud Charlot 1971, p. 150). E Hannah Arendt, defensora incondicional do espaço público da palavra e da ação, exclui as possíveis vantagens, mesmo dos partidos ditos democráticos, pelos vícios inerentes ao carreirismo, dogmatismo, imediatismo, burocratismo e autoritarismo dos partidos (On Revolution. P. 269), em breve nota indicativa, tosca e simplificadora, é possível dizer que a crítica liberal aborda aspectos da perda dos direitos individuais no enquadramento partidário coletivo (...) e a crítica socialista aponta (...) o burocratismo, que paralisa a ação política dos militantes<sup>13</sup>.

O cenário político daquele momento, refletindo a falta de entendimento e pouca estabilidade partidária favoreceu a candidatura de Vargas. Assim como, a forma com que Vargas lidou com esse período, construindo sua imagem como conciliador para o impasse sucessório ao mesmo tempo em que não referendava nenhuma das candidaturas que a ele vinham pedir apoio.

A insistência de Vargas numa “solução ideal”, desvinculada de seu nome, é exatamente o grande obstáculo a negociações mais explícitas. Sua posição contemplativa frente aos acontecimentos acaba por transformá-lo de incógnita em postulante, de fato, ao cargo de Presidente da República. Essa transformação se opera num quadro de impasses e dificuldades dentro das forças partidárias dominantes, que, ao insistirem na busca de seu apoio ou mesmo de sua opinião, acabam por referendar-lhe o prestígio e a liderança<sup>14</sup>.

Então, faltando alguns meses para as eleições Vargas e Ademar de Barros, ambos detentores de grande apoio popular, uniram-se para fazer frente aos partidos conservadores e à exclusão que estes imputaram aos partidos populares desde 1948 com a aliança dos “Três Grandes”.

Em Fevereiro de 1950, João Neves da Fontoura escreve a Vargas afirmando: “Ademar é ainda a esperança dos teus adversários. O que eles temem é a união de vocês: a vitória que eles esperam repousa só e só no conflito entre ambos vocês.” Acrescenta ainda que o mais importante, no âmbito desse acordo, é que Ademar não seja candidato e que apóie Vargas ou o candidato por este indicado.

O acordo assinado entre PSP e PTB (...), espelha o interesse de Vargas em não alhear-se do processo sucessório; reflete também o nível de previsibilidade que essas duas forças populares detinham quanto a seu poder e a sua influência eleitoral. Expressa tanto a necessidade da candidatura de

<sup>13</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1981. P.152.

<sup>14</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P.65.



Vargas como a conveniência de maiores entendimentos entre os dois partidos signatários do acordo<sup>15</sup>.

Ademar de Barros tinha sua história próxima a de Getúlio, embora já tivesse sido, como Hugo Borghi, seu opositor, no início da década de 30, quando também participou da Campanha Constitucionalista, exigindo de Vargas a elaboração de uma constituição para guiar seu governo e que garantisse seus direitos e deveres perante a nação. Em 1937, com a eclosão do Estado Novo, Vargas nomeou Ademar como interventor (governador) de São Paulo – já dando mostras de sua política de conciliação e de composição híbrida, e às vezes até mesmo aparentemente incoerente, de governo.

À frente do Estado de São Paulo Ademar de Barros realizou muitas obras, como: o Hospital das Clínicas e rodovias, o que lhe proporcionou visibilidade popular e também o slogan de político que “rouba, mas faz”<sup>16</sup>. Medidas assistencialistas também fizeram parte de seu governo sob a atividade de sua esposa, a senhora Leonor Mendes de Barros, que contribuía para a exaltação da figura de seu marido ao promover entrega de brinquedos, visitas a hospitais e movimentos de aproximação emocional entre o governo e às camadas populares, aproximando-se, guardando as devidas proporções, à primeira dama Darcy Vargas.

Por isso, a oposição conservadora, representada pela UDN e setores do PSD, tinha restrições e receios quanto à proximidade de Vargas e Ademar no que tangia à candidatura para as eleições de 1950. Ambos tinham um forte apelo popular, o que poderia lhes render uma vitória significativa caso decidissem apoiar o mesmo candidato e, até mesmo, um ao outro. E foi justamente o que ocorreu.

## 2. A vitória Insustentável

O lançamento da candidatura Vargas com o apoio do PTB e de Ademar de Barros do PSP representou uma “Frente Popular” temida pelos partidos conservadores, devido à popularidade, incontestável, de Vargas e, também, ao caráter popular da política de Ademar no governo de São Paulo. Vargas obteve 48,7%<sup>17</sup> dos votos e o vice, indicado pelo PSP, Café Filho, também saiu vitorioso nas eleições.

---

<sup>15</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P.68

<sup>16</sup> Hayashi, Marli Guimarães. “**Rouba, mas faz**”. Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/rouba-mas-faz> Acesso em: 05/02/2013

<sup>17</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.

(...) O getulismo firma-se enquanto alternativa à ineficácia das instituições e, na medida em que se localiza fora da estrutura partidária, essa corrente traz em si uma saída apartidária para a sucessão. Esse apartidarismo, que resulta na candidatura Vargas, reveste-se de um caráter político forte e reconhecido, porém não institucionalizado; assim, configura-se em obstáculo maior a qualquer possibilidade de política institucionalmente organizada.<sup>18</sup>

Porém, a vitória de Vargas não lhe garantiu um governo coeso e estruturado. Muitas das explicações para a desestabilização e constante perda de forças do governo, ao longo do mandato, podem ser encontradas na própria postura de Getúlio frente às composições governamentais.

Oposições sempre existiram, independente do governo estabelecido. Porém, a derrocada de Vargas e a insustentabilidade do seu governo não foi decretada, somente, por fatores externos, mas, principalmente, por contradições e descomprometimentos nas próprias bases governamentais. A falta de entendimento e harmonia entre as componentes políticas internas favoreceu a corrosão e a ruína de um governo com a imagem já desgastada e com a confiança abalada, sem condições de sustentar-se frente a dois extremos: a fragilidade interna e a voracidade da oposição.

Contudo é importante reiterar que tal situação de crise já estava presente no embrião do governo, na origem mesmo da candidatura extrapartidária de Vargas: o antipartidarismo, impossibilitando uma institucionalização governamental e partidária como um todo, que futuramente, poderia lhe sustentar o poder. A busca constante por soluções que legitimassem e suportassem o governo contribuiu para contradições estruturais que emperravam decisões importantes e impediam o andamento das políticas e soluções pensadas pelo próprio Vargas.

A composição governamental muito prejudicou a sobrevivência do governo. E, ao tentar governar sem vínculo partidário expresso Vargas, sob seu governo, uniu elementos partidários diversos e, por vezes, antagônicos, tentando conciliar a incompatibilidade existente entre eles e suas propostas. Acreditava conveniente manter seus opositores dentro do governo a perdê-los de vista. Essa postura lhe impossibilitou de criar uma base sólida, institucional, que lhe auxiliasse a gerir crises e fazer frente a oposições. Em um sistema político regido pelas elites partidárias, ter apenas o apoio popular não significava manter-se no poder.

---

<sup>18</sup> Idem. P. 70



Imagem 4

A gênese da crise remete necessariamente às origens do governo e dos compromissos políticos que tenta estabelecer. Por força de circunstâncias diversas, Vargas, em 1950, impõe-se ao eleitorado como um candidato de união, sem qualquer vínculo partidário mais consistente, e fundamentalmente baseado em sua liderança carismática e sua relação imediata e direta com as massas. Com base nesses atributos, propõe-se levar a cabo uma política conciliatória que incluía todos os partidos e todas as tendências, naturalmente desconsiderando o potencial desagregador que o getulismo representava para o sistema partidário<sup>19</sup>.

A UDN assumiu a oposição sistemática a Vargas, negando seu apoio e esquivando-se de possíveis negociações desde o início do governo. Carlos Lacerda, político e Jornalista, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa tecia infinitas críticas e ataques a Vargas, destacando-se como um dos seus mais ferrenhos opositores.

<sup>19</sup> Idem. P. 32.



Imagem 5

Vargas que, ao longo do processo sucessório insistia em um candidato que representasse os “interesses Nacionais” e fosse fruto de um consenso político, um candidato único não afeito às peculiaridades e particularismos partidários, acabou por eleger-se e ter, contra si, oposições mais bem articuladas que seu próprio governo. Além de não ter representado o consenso político desejado e muito menos angariado apoios que garantissem a conclusão de seu mandato, Vargas atraiu para si, ao longo de seu governo, a insatisfação e a desconfiança de setores que anteriormente o apoiavam.

### 3. A corrosão interna de um governo

Vargas, neste governo, trazia como principais pautas a guiarem sua política o Nacionalismo e a Reforma Social<sup>20</sup>. O primeiro tema agradava a um grande grupo militar<sup>21</sup> ao opor o governo ao “entreguismo” às mãos do capital norte americano, apoiando a industrialização brasileira e a substituição das importações. Dessa forma a

<sup>20</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>21</sup> Em 1950 houve eleições para o Clube Militar e a chapa vencedora foi a Nacionalista em detrimento dos Liberais - conservadores.

economia se tornaria mais independente e movimentada, impulsionando o progresso do país em inúmeros setores, principalmente, pela geração de empregos e pela capacidade de produção de seus próprios bens. Não contentando-se com a posição de exportador de matérias primas para países mais industrializados.

O nacionalismo proposto por Getúlio não excluía a participação do capital estrangeiro, apenas limitava a sua atuação no Brasil. Esta peculiaridade não era bem recebida por alguns grupos nacionalistas, pois tinham receio do grau de interferência externa sobre setores econômicos vitais para o país<sup>22</sup>. O segundo tema referia-se à extensão dos benefícios trabalhistas àqueles que trabalhavam nos campos, pois em seu governo anterior, o Estado Novo, apenas os trabalhadores urbanos conseguiram algumas garantias e direitos profissionais.

O Brasil deixado por Dutra daria trabalho a Vargas, pois no período de 1946 – 1950, praticamente, não houve incentivos à industrialização, aumentando a importação de todos os tipos de produtos estrangeiros e, conseqüentemente, não apenas estreitando as relações com a política econômica norte americana como não revitalizando a própria economia. O plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) criado pelo governo Dutra não representou uma melhora na vida da população.

(...) as condições de vida das classes trabalhadoras se agravaram, o que era um terreno fértil para a eleição de Getúlio e as esperanças nele depositadas. Calcula-se que a inflação elevou-se 60% no período Dutra, enquanto o salário médio não cresceu, nem de longe, na mesma proporção; o salário mínimo manteve-se no mesmo nível fixado por Getúlio em Dezembro de 1943.<sup>23</sup>

Ao ser eleito Getúlio criou a “Assessoria Econômica”. Esse novo órgão, de caráter Nacionalista, seria o responsável por planejar os investimentos em programas necessários ao desenvolvimento do Brasil. Foi um órgão de extrema importância, pois, em consonância com Vargas, elaborava as diretrizes econômicas que o País iria adotar, interna e externamente. Muitas vezes se sobrepunha aos ministérios, gerando conflitos entre ambas composições. Tinha uma margem de autonomia nas decisões, não dependendo unicamente das demandas do presidente.

A “Assessoria Econômica” foi um órgão técnico, que excedia a estrutura ministerial já existente e um dos principais apoios de Vargas no estudo e proposição das

---

<sup>22</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>23</sup> Idem. P. 169.

questões político-econômicas de seu governo. A falta de confiança depositada por Vargas nas instituições democráticas reiterava o seu antipartidarismo e a necessidade em criar novos órgãos que fossem por ele e seu governo planejados.

Mantendo-se “na sombra exatamente para poder operar”, essa Assessoria foi a principal responsável pelos grandes projetos que criaram as condições básicas para o programa industrializante de desenvolvimento do Governo seguinte, e sua atuação permanente e intensiva possibilitou, ao final do período, um saldo de realizações que atestava a capacidade decisória do governo, apesar dos obstáculos políticos. A dinâmica do Governo e sua eficiência administrativa na elaboração e na execução de vários projetos importantes numa situação política adversa foi possível basicamente pelo papel de sua assessoria. Ao Governo, ela imprimiu um caráter dinâmico, estável e produtivo, tornando possível que, num quadro de conflito político e de ausência de apoio mais estabilizado, fosse evitada uma paralisia nas decisões.<sup>24</sup>

Havia alguns embates entre a “Assessoria Econômica” e a Comissão Mista<sup>25</sup>. A primeira, criada pelo governo Vargas, mantinha o caráter nacionalista em suas propostas e decisões. A segunda, fruto do governo Dutra e basicamente direcionada aos acordos entre Brasil – Estados Unidos baseava-se em negociações político-econômicas com o capital estrangeiro. Sem um caráter nacionalista a Comissão Mista propunha medidas e planos que beneficiavam a iniciativa privada em detrimento do Estado. Eram constantes os atritos entre ambas, apesar de Vargas buscar extrair dessa relação a maior quantidade de apoio e recursos possíveis. Por tanto, em um nível menos superficial, não há uma divisão significativa entre o nacionalismo governamental e o capital estrangeiro, pois o nacionalismo de Vargas era permeado por concessões que, em seu entendimento, favoreceriam o progresso industrial e tecnológico brasileiro. Porém, em um período de Guerra Fria, os acordos entre os dois países excederam o nível econômico e passaram a versar sobre apoios militares e políticos contra as possíveis ameaças comunistas.

Muitas discussões foram travadas entre o Ministério de Relações Exteriores, tendo como seu representante João Neves da Fontoura e os representantes norte americanos do BIRD e do EXIMBANK a respeito dos investimentos destinados ao Brasil e sua contra partida nos acordos. Nem todas as negociações firmadas foram

---

<sup>24</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P. 136.

<sup>25</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. **Comissão Mista Brasil – Estados Unidos**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista> Acesso 30/01/2013

realizadas e, em paralelo às relações exteriores, a economia brasileira interna ainda era motivo de insatisfações populares devido, principalmente, à inflação.

A partir de então, Vargas buscou meios de contornar a situação. Para isso, provocou contrariedades no Ministério da Fazenda e nos que integravam a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, com medidas que visavam proteger a economia nacional dos abusos externos. Porém, vale lembrar que, nesse momento, o governo traçava importantes negociações com os Estados Unidos e tal medida poderia prejudicá-las. Vargas tentava buscar equilíbrio político, econômico e social, mas diversas vezes ao “cobrir uma das partes, descobria a outra” e a instabilidade acentuava-se em relação ao governo e em seu interior. Pois, por mais que progressos significativos tenham sido conquistados, principalmente no setor industrial, a imagem de Vargas desgastava-se cada vez mais com estes embates e também com os ataques pessoais da imprensa à sua figura.

Conciliando interesses e procurando um equilíbrio nas soluções econômicas, o Governo consegue imprimir um caráter industrializante ao seu projeto de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que amplia, a nível econômico, as tarefas e o poder de decisão do Estado. Vários órgãos estatais foram criados ou propostos, sendo que alguns, em particular, como a Petrobrás, marcaram o caráter nacionalista do governo. Na medida em que abria mão do auxílio do capital estrangeiro em algumas situações, o governo consentia na ampliação de movimentos sociais hostis à colaboração externa. Além disso, o próprio governo desempenha importante papel nas críticas aos efeitos do capital estrangeiro e na criação de uma mentalidade contrária à participação desse capital no país, quando denuncia publicamente a evasão de divisas do país através de mecanismos que desrespeitavam a legislação vigente sobre a matéria<sup>26</sup>.

A partir da “Assessoria Econômica” Vargas buscou aproximar-se das demandas populares. Como não havia uma base partidária na qual o governo se apoiasse, devido ao antipartidarismo do presidente e de sua campanha extrapartidária, órgãos e estratégias foram criados pelo próprio Estado com o objetivo de cumprir, também, esse papel, por mais que não diretamente. Porém, a “Assessoria Econômica” representava, para o governo, uma sustentação e, ao mesmo tempo, um dos alvos de críticas e ofensivas, principalmente, por parte da imprensa.

Os acordos econômicos com os Estados Unidos impeliam o Brasil, de forma condicional, a apoiar os norte americanos contra as ameaças comunistas e contra as políticas socialistas não apenas no continente americano, como também a participar de

---

<sup>26</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P. 146.

confrontos em qualquer localidade onde a democracia liberal estivesse sendo ameaçada. Dentre os anos de 1951 e 1953 os EUA exigiram o apoio do Brasil na Guerra da Coréia contra os exércitos comunistas. Porém, Vargas se viu diante de um impasse político, pois se acatasse o pedido dos norte americanos iria desagradar e, até mesmo, perder o apoio dos grupos nacionalistas do exército brasileiro, os quais não viam motivos diretos para o Brasil participar de uma guerra que não era sua.

Em contrapartida, se Vargas negasse o “auxílio solicitado” os acordos econômicos com os Estados Unidos poderiam ser rompidos, os empréstimos suspensos e, além disso, o Brasil poderia sofrer reprimendas político – militares, o que, certamente, comprometeria em grande medida a sobrevivência do governo, visto o enorme poder econômico alcançado pelos Estados Unidos. E, não apenas isso, causaria transtornos internos e adversidades em relação ao Ministério da Fazenda e a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos.

A saída encontrada por Vargas não fugiu a sua natureza política, onde a tentativa de conciliação e a ambigüidade de posições faziam parte de sua estrutura governativa. Se por um lado agradou os nacionalistas por ter se esquivado de uma participação direta no conflito, por outro também agradou aos Estados Unidos por exportar para esse país minerais importantíssimos na fabricação de armamentos e geração de energia. Em consequência desse “meio termo” acabou desgastando suas relações com os setores militares que mais lhe apoiavam o governo, pois a identificação Nacionalista foi, em parte, afrontada. Além disso, abriu brechas para a oposição dos setores esquerdistas que se viram atingidos pela postura de Vargas em contribuir para a luta contra o comunismo no exterior.

De um modo geral a situação é muito tensa e instável, principalmente no que diz respeito às relações do governo com os setores militares. O governo não consegue ganhar a confiança do Clube Militar, reduto nacionalista e contrário à intervenção na Coréia, nem a dos setores mais conservadores das Forças Armadas. Em Junho de 1950, a Revista do Clube Militar já havia publicado artigo contrário a uma possível participação do Brasil na Guerra da Coréia, o que ocasionara a suspensão da revista por alguns meses, assim como transferências punitivas e prisões militares. Na ocasião o Ministro da Guerra não demonstrara força suficiente para interferir nesse processo ou impedir novas sanções.

É interessante também ressaltar a participação secundária de Estilac Leal nas negociações do Acordo Militar, que correm praticamente por conta de Góis Monteiro e, principalmente, de João Neves da Fontoura.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Idem. P. 152.



Esta situação aponta a erosão interna que minava as bases governamentais até o ponto de não mais se sustentarem. O ministro da Guerra, Estilac Leal, que representava os grupos nacionalistas das Forças Armadas, que até então obtinham a direção do Clube Militar, foi mantido alheio às decisões sobre esse acordo entre Brasil e Estados Unidos, ficando a cargo do ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, os trâmites políticos no Congresso para a requerida aprovação.

Permitindo tal comportamento Vargas distanciava-se de setores importantes das Forças Armadas brasileiras, acirrando oposições devido à anulação imposta ao Ministro da Guerra e, também, à falta de um posicionamento esperado do governo brasileiro quanto às interferências norte americanas em setores considerados como estratégicos para o país, como no caso dos minerais atômicos.

A proposta de criação da Petrobrás, inicialmente com a participação do capital estrangeiro, também atraiu para Getúlio o descontentamento dos setores nacionalistas por considerarem o petróleo como uma área estratégica e importante demais para sofrer a interferência e domínio parcial de qualquer investimento que não nacional. Até a UDN, que nunca havia feito do nacionalismo o seu bordão político, colocou-se, mais uma vez, contra Vargas, exigindo o monopólio nacional sobre o petróleo. Apenas em Outubro de 1953 a lei de criação da Petrobrás foi sancionada, permitindo ao Estado o monopólio da exploração. Ao capital privado e estrangeiro foram autorizadas a distribuição e o contínuo funcionamento de refinarias já existentes.<sup>28</sup>

Em busca da conciliação o governo vê o apoio das vertentes nacionalistas se esvaír, devido às concessões feitas ao capital estrangeiro. E, tampouco é apoiado pelos setores conservadores do Exército que não se viam representados por nenhuma política de Vargas. Com isso, o governo começa a ter diluída a sua base militar de suporte.

Com as eleições para uma nova diretoria no Clube Militar as vertentes conservadoras superaram os Nacionalistas, ainda mais com a saída de Estilac Leal do Ministério da Guerra, enfraquecendo sua chapa. A partir de então os conflitos com as cúpulas militares conservadoras se fizeram irreversíveis e, além disso, não mais poderia contar com o apoio dos Nacionalistas, pois esses além de contrariados com o governo também já não tinham o poder de antes nas Forças Armadas. Essa situação era alarmante, pois abria-se uma possibilidade enorme dessas vertentes militares, em meio,

---

<sup>28</sup> LAMRÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer e MOREIRA, Regina da Luz. **Petrobrás**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElvVoltou/Petrobras>. Acesso em: 12/11/2012

não só à crise com o governo, mas à fragmentação interna, associarem-se às oposições civis contra Vargas.

Os conflitos não se restringiam aos setores militares, pelo contrário, eclodiam em, praticamente, todas as áreas do governo. No âmbito econômico, mais especificamente, políticas promovidas pelo Banco do Brasil iam de encontro às propostas do Ministério da Fazenda. A política cambial adotada pelo governo, após a reforma ministerial de 1953, causou insatisfação de empresários e industriais acerca da Lei do Câmbio Livre, gerando mais uma ruptura na base de apoio ao governo pela desvalorização do Cruzeiro frente ao dólar. A inflação também aumentava, causando um descontentamento generalizado.

O impulso desenvolvimentista veio acompanhado de muitos problemas. Dentre eles destaca-se o avanço da inflação, mantida estável num patamar em torno de 12% ao ano, mas que saltou para quase 21% em 1953. Observe-se também que a inflação dos anos 1951 – 52, apesar de não ser preocupante em termos genéricos, correspondeu a uma forte elevação de preços de gêneros alimentícios de consumo popular, como feijão, o leite e a farinha de mandioca.<sup>29</sup>

Apesar de Getúlio tentar reduzir os danos à população através do Ministério do Trabalho<sup>30</sup>, o custo de vida continuava alto para as classes trabalhadoras e no início de 1953 houve a eclosão de várias greves que marcaram ainda mais o já instável governo de Vargas. Em sua Reforma Ministerial de 1953 Vargas substituiu praticamente todos os seus ministros<sup>31</sup> compondo um novo ministério que pudesse amenizar a crise pela qual passava o governo. Buscava ministérios mais coesos entre si, pois a falta de interação entre os anteriores havia lhe gerado sérios conflitos.

A substituição mais polêmica foi no Ministério do Trabalho com a troca de Danton Coelho (PTB) por João Goulart (PTB), pois este novo ministério propôs um aumento no salário mínimo de 100%. De acordo com Maria Celina D'Araújo, em seu livro *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: Democracia, partidos e crise política*, esse momento do governo de Getúlio não se consagra como uma virada esquerdista,

---

<sup>29</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 173.

<sup>30</sup> Aumentando o salário mínimo e extinguindo o atestado de ideologia para as eleições dos sindicatos.

<sup>31</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. **Em busca de uma base política - o "ministério da experiência"**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BasePolitica> Acesso em 01/02/2013

mas talvez como uma última tentativa de concluir seu mandato, virando o jogo com a ajuda das camadas populares. Pois, se as tentativas de conciliação, ao longo do governo, não apresentaram bons resultados, não havia muito mais a ser feito a não ser apostar no apoio do povo, que sempre esteve ao seu lado.

Porém, tal proposta acirrou ainda mais a oposição das elites empresariais e industriais a Vargas, assim como a oposição militar, com receio de uma virada esquerdizante por parte do governo em pleno período de Guerra Fria. Autoridades norte americanas também se mostraram apreensivas e contrariadas em relação ao rumo tomado pela política varguista que, no âmbito internacional, já vinha sendo motivo de apreensão, devido à possibilidade de um Pacto econômico entre Argentina, Brasil e Chile para fazer frente aos Estados Unidos<sup>32</sup>. Pacto este que não foi assinado por Vargas, pois em meio aos muitos conflitos e oposições em seu governo sabia que não seria vista com bons olhos uma aproximação mais radical a Perón e sua “República Sindicalista”.

Sofrendo uma forte oposição da imprensa Vargas buscou patrocínio para a construção de um jornal governista, porém, sem ser do governo. Conseguiu auxílio financeiro de empresários e banqueiros culminando com a criação do Jornal A Última Hora. Este veículo foi dirigido por Samuel Wainer, também antigo opositor de Vargas no Estado Novo, mas convidado pelo presidente a assumir o jornal após uma entrevista que Wainer realizou com Getúlio antes do pleito de 1950 em sua estância, em São Borja.

Houve rumores que a verba concedida por Ricardo Jafet, industrial e presidente do Banco do Brasil, tenha sido pública, o que propiciou mais um escândalo na imprensa envolvendo o presidente Vargas e o seu governo, acusado de manipular a opinião pública por não deixar clara a participação do governo neste veículo de comunicação.

A partir de 1953, com a efervescência social das greves, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as denúncias envolvendo o jornal A Última Hora e o Pacto ABC, e ainda com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, o governo torna-se mais vulnerável e as suspeitas aumentam. Teme-se que Vargas quebre a ordem constitucional optando por uma “república sindicalista” nos moldes argentinos. A aproximação dos militares com grupos políticos da oposição é reativada e, em nome da ordem constitucional, passa-se a conspirar contra o governo, a quem se atribuem

---

<sup>32</sup> CPDOC. **O Pacto ABC.** CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/PactoABC> Acesso em? 01/02/2013

planos continuistas. De fato o caráter sensacionalista das notícias em torno desses acontecimentos agita a opinião pública, criando um clima de intranqüilidade. Tal clima se difunde nas Forças Armadas, que cada vez mais se auto-atribuem a função política de salvaguardar os interesses da nação contra os desmandos governamentais.<sup>33</sup>

A proposta de 100% de aumento no salário mínimo do trabalhador brasileiro, apesar de arbitrária para as elites empresarias e setores mais conservadores da sociedade, representava, para o governo, a possibilidade de sua manutenção e proteção à medida que buscava satisfazer as demandas populares, mesmo que de forma quase inexecutável.

Porém, a tentativa do governo de se voltar às preocupações e anseios trabalhistas, em um momento que se encontrava praticamente sem apoio, não surtiu o efeito esperado. Pelo contrário, “o feitiço virou-se contra o feiticeiro”. A população, apesar da euforia, não conseguiu fazer frente à oposição maciça da cúpula militar, da elite e imprensa brasileiras que viam em Vargas a ameaça constante do continuísmo, do autoritarismo, do sindicalismo e do anti-institucionalismo.

Seu governo democrático não tinha a mesma estabilidade que o Estado Novo e a conjuntura havia se modificado significativamente. A política denominada como Trabalhista, de Vargas, origem de todo o apoio popular que recebeu, coroando a alcunha de “Pai dos pobres”, não tinha mais campo para ser semeada da mesma forma, autoritária e personalista, como havia sido há décadas atrás. Os pilares do governo estavam em decomposição e a postura do Ministério do Trabalho não contribuiu para a continuidade de um mandato que já necessitava de cuidados especiais.

Ângela de Castro Gomes, em seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, considera a política trabalhista, a partir de Vargas, como um pacto entre as camadas populares, trabalhadoras e o governo. Porém, um acordo seletivo, onde para se obter benefícios o trabalhador tinha que ser sindicalizado. Essa era a troca proposta: o benefício material condicionado à adesão política. E, como os sindicatos, para serem legalizados, deveriam estar vinculados ao governo, Getúlio conseguia unir os trabalhadores em torno de si. Enquanto satisfeitos com os direitos e garantias profissionais que recebiam atuavam como sólida base de apoio ao governo.

---

<sup>33</sup> D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. P. 157.

O Estado brasileiro do pós-30, por meio de sua política social do trabalho, é caracterizado como um produtor de benefícios materiais, de bens de valor nitidamente utilitários. Por outro lado, a classe trabalhadora, ao trocar legislação social por obediência política, estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual. O trabalhador almejava estes novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente ao regime, isto é, a seu modelo de sindicalismo corporativista tutelado e a todos os seus desdobramentos.<sup>34</sup>

Mas, o contexto político se transformou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com a posição de supremacia solidificada pelos Estados Unidos perante todos os outros países e o fortalecimento da democracia liberal. Com Dutra no governo brasileiro, o trabalhismo efervescente no Estado Novo, arrefeceu. A falta de um líder carismático e de uma política voltada para a otimização da vida do trabalhador, somada ao fracasso do plano SALTE em meio à população, também anunciava a chegada de novos tempos e, com eles, o passado varguista passou a ser visto como algo que não poderia, novamente, viabilizar-se.

Nos anos 1950 configuraram-se novos panoramas políticos, econômicos e culturais que começaram a ser ensaiados desde o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Ana Maria Mauad, em seu artigo intitulado *Uma Disputa, uma Perda e uma Derrota: Fotografia e a produção do acontecimento histórico na imprensa ilustrada dos anos 1950* destaca como “marcos simbólicos da década: a redemocratização, o reconhecimento do internacional pelo popular e a valorização popular pelo Nacional”<sup>35</sup>. Com a redemocratização e o fim da censura à imprensa, esta era livre para expressar publicamente suas simpatias, antipatias ou mesmo oposições ferrenhas quanto à vida política brasileira e às personagens que dela faziam parte.

Por meio da imprensa, os liberais passaram a explicar, de maneira muito simples, a simpatia que os trabalhadores dedicavam ao presidente. Afirmavam que Vargas, durante a ditadura, teria importado as técnicas de propaganda de massa da Alemanha nazista e as aplicava, com a ajuda do DIP, sobre uma população “pobre”, “analfabeta” e “ignorante”. Assim, por meio de “lavagens cerebrais”, os trabalhadores, destituídos de cultura política própria, teriam passado a idolatrar o ditador. A solução para o problema, diziam os liberais, era a repressão policial. A explicação liberal baseava-se em um raciocínio muito simples: de um lado, um povo simplório e ignorante; de outro, as hábeis técnicas de propaganda política. Seria essa a fórmula do sucesso de Vargas, de acordo com esse ponto de vista.<sup>36</sup>

<sup>34</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P. 178.

<sup>35</sup> MAUAD, Ana M. **Uma disputa, uma perda e uma vitória: fotografia e a produção do acontecimento histórico na imprensa ilustrada dos anos 1950** In: Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. 1 ed. Rio de Janeiro : Mauad, 2008, v.1, p. 159-189.

<sup>36</sup> FERREIRA, Jorge. **A Democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual Editora, 2006. P. 14.

Os meios de comunicação, divulgação e propaganda se expandiram a partir da década de 1950, o que favoreceu a oposição a Vargas, pois as denúncias e insatisfações quanto ao governo ecoavam e se manifestavam de forma mais incisiva e presente, arregimentando a opinião pública através de ataques constantes à figura do presidente.

As matérias assinadas pelo repórter David Nasser [na revista O Cruzeiro] eram abertamente contra a volta de Getúlio, como demonstra o título daquela publicada na edição de 17 de Junho: “Getúlio Vargas: Flagelo de uma Nação”, cujo conteúdo era pautado em torno da seguinte questão: “Se Getúlio Vargas não fez nada em quinze anos de governo, muitos dos quais de forma ditatorial, o que poderá fazer em cinco anos, e ainda, com o parlamento e a democracia brasileira lhe colocando freios. Um ditador não podia sequer se candidatar, para a reportagem o Brasil precisa de um homem sem ódios para conciliar os partidos”.<sup>37</sup>

A política Trabalhista e o corporativismo de Vargas não tinham mais a liberdade de expansão e ação como no Estado Novo, pois o pós Segunda Guerra não mais admitia o autoritarismo personalista, excludente e independente de Getúlio, o qual passava a ser visto como ameaça aos “Anos de Ouro” que se estabeleciam. Não havia mais espaço para a “Democracia autoritária” de Vargas como foi entendida por Ângela de Castro Gomes, em seu artigo intitulado *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*:

Em função da emergência dessa nova forma de autoridade, encarnada na figura pessoal do presidente/Executivo, era impossível e desnecessária a existência de partidos políticos e parlamentos, todos lentos, custosos, ineptos e, sobretudo, órgãos de manifestação dos antagonismos sociais. Algo incompatível com a democracia autoritária, que negava a idéia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos, fossem econômicos, políticos, sociais ou morais.<sup>38</sup>

A política Trabalhista criada por Vargas na década de 1930 concorreu como obstáculo à articulação e reorganização do sistema partidário ao concentrar as forças populares em torno de “seus sindicatos” em detrimento de outras organizações políticas. Porém, na década de 50, onde o Brasil já se encontrava em um período político democrático, o antipartidarismo de Getúlio somado ao seu descrédito em relação às instituições democráticas trouxe para seu governo instabilidade política e

---

<sup>37</sup> MAUAD, Ana M. **Uma disputa, uma perda e uma vitória: fotografia e a produção do acontecimento histórico na imprensa ilustrada dos anos 1950** In: Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. 1 ed. Rio de Janeiro : Mauad, 2008, v.1, p. 170

<sup>38</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil, o legado de Vargas**. Revista USP, São Paulo. N°65, p. 105-119, março/maio 2005. P.106

descomprometimentos estruturais que acabaram por ruir qualquer possibilidade de continuidade à frente do executivo do país.

O momento político, econômico e social do Ocidente, após a Segunda Guerra Mundial e a derrubada dos regimes nazi-fascistas, era de reorganização das instituições políticas e econômicas objetivando não favorecer o ressurgimento de líderes políticos autoritários que ameaçassem a democracia liberal e impusessem seus próprios rumos à economia e à política de seus países.

Vargas participou dessa transição político-econômica ocidental e, não só isso, foi aliado do poder por ela, vivenciando claramente as novas guinadas e regras na ordem mundial nascidas com a vitória dos aliados sobre o Eixo. A democracia liberal que se enraizava e coroava a partir de então, guiada pelos Estados Unidos, impunha uma sociedade do consumo, do entretenimento e do individualismo e, simultaneamente, novas diretrizes políticas e econômicas que pudessem conter o surgimento de regionalismos, nacionalismos e qualquer conduta que pudesse vir a ameaçar a liberdade econômica, cultural, política e social de qualquer sociedade.

Os Estados Unidos atraíram para si, através da dependência econômica, diversos países não só da América como da Europa que passaram a ser devedores dos norte americanos e consumidores de sua cultura e modelo de vida, instituindo em grande parte do Ocidente seu “American Way’s of Life”.

Em um cenário já instituído como esse e em constante solidificação o retorno de Vargas à presidência tornou-se motivo de apreensão. E, seu antipartidarismo poderia indicar para um possível autoritarismo e obstáculo à institucionalização política tão necessária para o contexto pós-45.

Assumir a presidência da República na década de 1950 não era o mesmo que tê-la assumido em 1930. Vargas ocupava o mesmo cargo, porém com necessidades e liberdade de atuação bem diferentes da época anterior. Estava mais do que antes, sob uma ordem mundial que começara a regular, intervir, limitar e instituir modelos políticos, econômicos e culturais de maneira mais incisiva e violenta que décadas anteriores, além da própria sociedade brasileira e suas instituições também terem sofrido transformações relevantes que a distanciavam, em inúmeros aspectos, de seu passado político.

Voltando a 1953, seu ministério do Trabalho, em meio às pressões e confrontos sofridos pelo governo, voltou a agir de acordo com a “ideologia da outorga”, explicada

por Ângela de Castro Gomes, em seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, em busca de uma estabilidade que não se mostrava mais viável e, tampouco, aceitável.

(...) “Ideologia da outorga”, isto é, os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.<sup>39</sup>

Guardando as devidas diferenças entre um período e outro, a busca pelo apoio popular foi um ponto em comum. A forma de se buscar esse apoio é que foi discrepante entre o Estado Novo e a década de 1950. No primeiro momento o governo era estável, mantendo a política trabalhista e corporativista como identidades que o fortalecia, enquanto no segundo momento, além de uma instabilidade crônica, a busca incisiva por esse apoio, ao invés de fortalecer o Estado, agravou o desequilíbrio entre este e as forças oposicionistas. Não havia mais à disposição de Vargas os elementos contextuais facilitadores de políticas datadas, como essa.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores não se indispunham com o governo apenas através das greves, as quais se iniciaram no setor têxtil e estenderam-se aos setores metalúrgicos, gráficos, construção Civil, telefonia, gás, entre muitos outros, mas também com ofensivas que extravasavam demandas profissionais e materiais, aquecendo o cenário e os embates políticos e pressionando o governo a se posicionar em meio a uma situação de crise política, institucional, econômica e social.

Em meados de Novembro, os presidentes de vários sindicatos lançaram no Rio de Janeiro o manifesto-programa da Frente dos Trabalhadores Brasileiros (FTB). Segundo o texto, a FTB tinha por finalidade congregar todos os trabalhadores, sem distinções, apresentar candidatos a postos eletivos. O programa defendia também a reforma agrária, a nacionalização dos bancos e das companhias que exploravam o subsolo, a encampação da Light, a defesa da indústria nacional contra a ação dos monopólios estrangeiros, a ampliação do comércio internacional, incluindo o reatamento com a URSS, e, por fim, a luta pela paz mundial e pela autodeterminação dos povos, conforme registra o jornal Última Hora em 18 de Novembro de 1953.<sup>40</sup>

De acordo com Jorge Ferreira, e seu livro *A Democracia no Brasil (1945-1964)*, essas demandas populares mostravam que os trabalhadores não eram massa de manobra

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P. 181.

<sup>40</sup> FERREIRA, Jorge. *A Democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual Editora, 2006. P. 32.



de Vargas como a imprensa veiculava, pois agiam de forma independente em busca de negociações não apenas pontuais a respeito da melhoria em suas condições de vida, mas gerais acerca da situação do campo e das relações exteriores estabelecidas pelo governo.

Passaram a lutar pelas intersindicais, buscando unir a força trabalhadora para pressionar o governo, os empresários e industriais. Aumentava a tensão social quanto às reivindicações dos trabalhadores que, no auge de suas demandas, poderiam mesmo ameaçar o pacto com o governo Vargas, velado desde o Estado Novo e retratado como a base da política trabalhista por Ângela de Castro Gomes, à medida que exigiam um direito não permitido pela CLT.



Imagem 6

O cenário da greve geral e as pressões políticas populares em 1953 motivou a decisão de João Goulart em duplicar o salário mínimo, pois, as camadas populares não conseguiam mais incorporar a inflação crescente em seu orçamento e a falta de estabilidade econômica era causa de insatisfações e recuo dos trabalhadores frente ao governo. Mas, tal medida, também foi apresentada com o intuito de reedificar os pilares populares que pudessem sustentar o poder de Vargas.

A UDN, opositora do governo Vargas há décadas, recebeu o apoio da ala conservadora do exército brasileiro, A “Cruzada Democrática”, oficializando uma oposição civil-militar. Os laços entre Vargas e os militares foram rompidos devido, também, à duplicação do salário mínimo, medida que, para as elites conservadoras, representava uma ameaça comunista materializada na figura de João Goulart com respaldo de Vargas, como manobra para permanecer no governo, sustentado pelo povo.



Imagem 7

Oitenta e dois coronéis se uniram e assinaram o que ficou conhecido na História como o “Memorial dos Coronéis”, registrando todas as insatisfações em relação ao governo Vargas que iam desde a falta de atenção dada pelo governo às Forças Armadas no que tange desde a infra-estrutura, armamentos, prestígio e soldos até questões de segurança nacional e posicionamentos políticos do governo.

os coronéis alardeavam a "deterioração das condições materiais e morais" indispensáveis ao pleno desenvolvimento da instituição, cujo "perigoso ambiente de intranqüilidade" se ampliava. Os coronéis conclamavam seus superiores a promover uma "campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas", com o firme propósito de restaurar os "elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica, que (...) asseguravam ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional". O memorial protestava principalmente contra o descaso do governo em face das necessidades do Exército, relativas, por exemplo, à precariedade das instalações em todo território nacional, ao reequipamento das unidades, cujo material bélico era em sua maioria obsoleto, e ao reajuste salarial dos militares do Exército, em "eterna disparidade" em relação às forças armadas de outros países. Nesse sentido,

teciam sérias críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por João Goulart, ministro do Trabalho recentemente nomeado.<sup>41</sup>

Jorge Ferreira, em seu livro *A Democracia no Brasil (1945-1964)*, sinaliza a degradação da economia brasileira aos dois últimos golpes recebidos. O primeiro, em relação à duplicação do salário mínimo em dissonância com seu próprio Ministério da Fazenda, o qual não estava preparado para gerir tal aumento. E, o segundo, foi proveniente dos Estados Unidos sobre o café brasileiro, que ainda era um dos principais produtos de exportação e gerador de recursos para o governo, ao mesmo tempo em que tinha nos norte americanos seus principais compradores.

A crise política somada à crise de confiança e à crise econômica, embasada pela oposição civil-militar disposta a depor Vargas foi acirrada após o atentado a Carlos Lacerda atribuído a Getúlio, por ser Lacerda seu principal opositor político na imprensa.



Imagem 8

Beirava a uma guerra civil quando a UDN solicitou o Impeachment de Vargas no Congresso e oficiais das Forças Armadas entraram no Palácio do Catete para depô-lo. Não havia mais como controlar a situação e o fim era inadiável. Vargas abriu mão da própria vida para não ser desmoralizado politicamente e, com isso, impôs obstáculos aos seus opositores udenistas que sofreram o desconsolo e a indignação das camadas

<sup>41</sup> COSTA, Célia Maria Leite. **O Manifesto dos Coronéis**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis> Acesso em 04/02/2013

populares, transformando-se em alvos de ira e agressões por parte da população. Pois, fora acusada de pressionar de forma injusta o presidente que ao longo de seu governo lutou por estabelecer um equilíbrio necessário para se governar, sempre sendo apedrejado pelas críticas e opositores udenistas.



Imagem 9

Parte da população depredou os jornais opositores ao governo e qualquer símbolo, propaganda ou veículo que remetesse à UDN ou a forças contrárias a Vargas. Representantes da imprensa acusaram ter sido esse um comportamento deplorável de comunistas que, aproveitando a comoção popular pos em prática o vandalismo do qual eram acusados. Porém, não há como categorizar os segmentos populares em comunistas e não comunistas nesse momento. Mas, tal acusação fazia parte do período vivenciado com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria.



Nem bem o povo estava reffeito do choque causado pela notícia de que o Presidente da República havia se suicidado, elementos desordeiros principalmente comunistas, passavam a tirar proveito da situação. Não quer isto dizer que todas as manifestações eram obras de desordeiros. Absolutamente. Mas via-se entre os mais exaltados, tipos já muito conhecidos nesses ocasiões e que, valendo-se do entusiasmo natural, punham em execução seus planos diabólicos. Daí nasceram as depredações aos jornais e as estações de rádio, com queima de veículos e apedrejamentos. Os que assistiram a essa cena, podem comprovar que nem todos depredavam. Meia dúzia, apenas, de indivíduos asquerosos faziam tudo enquanto os demais, levados pela dramaticidade da situação aplaudiam. Era o partido desonesto do que alguns anarquistas tiravam da trágica situação.

E diga-se de passagem que se as autoridades policiais e militares não tomassem uma atitude enérgica ainda que cautelosa, esses poucos agitadores teriam levado a nossa ordem população ao desespero, tal a série de desastros que praticavam.

O carioca é sobejamente conhecido como pacato. Nunca foi dado a desordens, nem mesmo nos mais dramáticas situações, daí os comunistas verem seguidamente seus planos de anarquia fracassados. E mais uma vez podemos garantir que falharam, pois não seguiram comprometer nossa população. Foram eles sozinhos, ou talvez macomunados com meia-dúzia de desordeiros perpétuos, que concretizaram as lamentáveis depredações.

Imagem 10

Porém, Jorge Ferreira, em *A Democracia no Brasil (1945-1964)*, traz-nos um panorama do impacto causado pelo suicídio de Vargas sobre as camadas populares das diversas regiões do Brasil, não imputando os atos de depredação aos comunistas, ou somente a eles. Entende-se que a indignação e revolta populares foram tamanhas a ponto da desordem e das destruições nas ruas não precisarem ter a bandeira comunista como incentivo. Os motins e ataques a símbolos da oposição a Vargas tiveram como agentes o povo, independente de seus partidos. Algo maior os unia e impulsionava.

### No Rio de Janeiro:

(...) O sentimento de que o presidente sofrera uma imensa injustiça provocou violentos motins populares, apesar da repressão policial. Na capital da República a notícia do suicídio de Vargas detonou nos trabalhadores profunda sensação de revolta e amargura. Grupos percorreram as ruas do centro da cidade ateando fogo no material de propaganda política das oposições (...) Sem condições de dispersar a multidão, os policiais passaram a utilizar bombas de efeito moral, gases lacrimogêneos e armas de fogo (...).

<sup>42</sup>

### Em Porto Alegre:

(...) Milhares de pessoas, em grupos, saíram pelas ruas empunhando à frente grandes retratos de Getúlio Vargas e a bandeira nacional com uma tarja negra. Os revoltosos invadiram e destruíram as sedes da UDN, do PL, do PSD, do PSB, do PSP e do Partido Republicano Progressista (PRP). Também sofreram depredações os jornais de oposição ao presidente, como O Estado do Rio grande e Diário de Notícias (...).

<sup>43</sup>

### Em São Paulo e em Minas Gerais:

(...) Operários realizaram passeatas e atos públicos. Enormes faixas que se referiam ao “imperialismo e aos trusts norte-americanos” eram carregadas por trabalhistas e comunistas (...). Na capital mineira, a primeira reação dos populares foi arrancarem dos postes e das marquises faixas e cartazes dos candidatos da oposição, em particular da UDN, para queimá-los (...).

<sup>44</sup>

### No Nordeste:

(...) [Em] Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Teresina e Aracaju, marcaram o dia as cenas de tristeza popular e soldados nas ruas somadas ao fechamento do comércio e à suspensão das aulas nos colégios. Passeatas de homenagem e protesto, invasões a residências de políticos de oposição, além de uma profunda mágoa estampada no rosto das pessoas, ajudaram a compor as cenas vistas nas capitais nordestinas.

<sup>45</sup>



Imagem 11

<sup>42</sup> FERREIRA, Jorge. **A Democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual Editora, 2006. P. 41.

<sup>43</sup> Idem. P. 42.

<sup>44</sup> Idem. P. 42.

<sup>45</sup> Idem. P. 42.

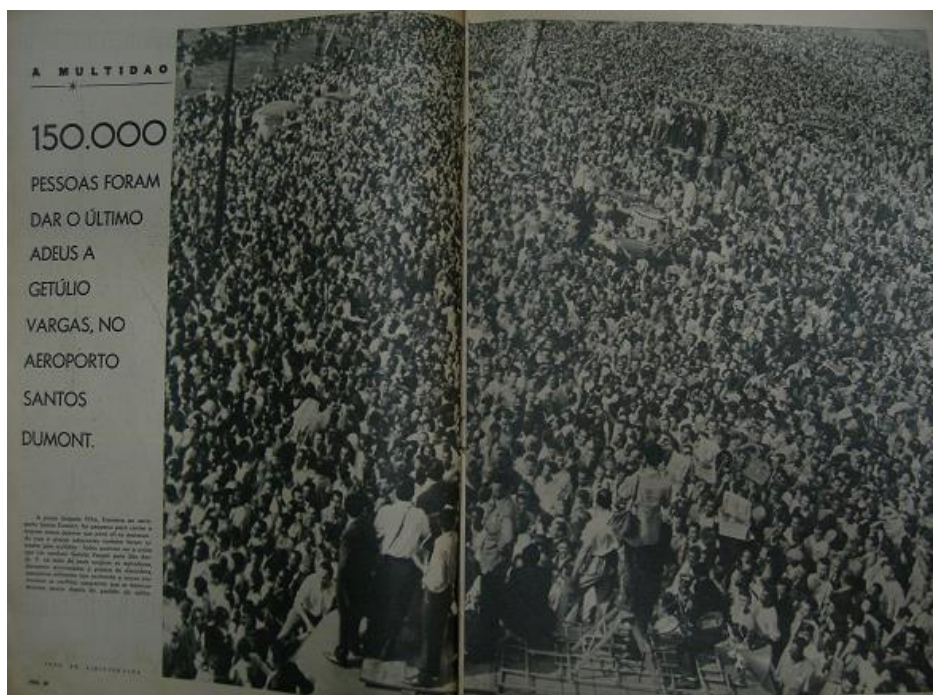


Imagem 12



Imagem 13

#### 4. Observações Finais

Este capítulo buscou apresentar não um panorama da década de 1950 como um todo e nem mesmo do próprio governo Vargas e suas realizações, mas sim dos conflitos que permearam este momento da política brasileira, onde disputas de poder geraram instabilidades impeditivas para a manutenção do governo.

A imagem do autoritarismo e de seu personalismo da época do Estado Novo, não foi esquecida por seus opositores que, mesmo em um contexto adverso ao de 1930,

em um cenário democrático liberal, enxergavam Getúlio com os mesmos olhos de décadas anteriores. Viam em sua figura uma ameaça à democracia e em sua política antipartidária e conflituosa uma manobra continuísta e intencional para a exaltação de sua imagem em todos os setores sociais.

Na nova ordem política e econômica que nascia no Ocidente, pós Segunda Guerra Mundial e em meio à Guerra Fria, não havia mais lugar para a projeção de um “líder das massas”, ou mesmo, de políticas personalistas. Ao mesmo tempo, Vargas era o representante de compromissos internos com os quais também não poderia romper, sem abalar o seu mandato. Estava no meio de forças adversas, pressionado por setores que, mesmo sem disporem de um mesmo peso político e econômico, causariam desequilíbrio e rupturas no seio do governo.

Vargas, na década de 1950, também apostou na propaganda política como forma de exaltar suas realizações e sua figura. Através da Agência Nacional, órgão do governo responsável pela produção e veiculação de informações oficiais, construiu um Brasil sem conflitos e sobre o qual governava soberana e pacificamente. Realidades díspares sobre um mesmo governo, versões e visões plurais sobre o mesmo período político se renovam e permanecem vivas, incorporadas e ressignificadas sob o olhar de cada contexto histórico que as constroem.



**Capítulo II**  
**Agência Nacional:**  
**Comunicação a serviço do Estado**

A Agência Nacional era um dos principais pilares do Governo Democrático de Getúlio Vargas. Um grande aparato da comunicação oficial a serviço da produção e divulgação de informações, ao Brasil e ao exterior, acerca do dia-a-dia do presidente e do Estado brasileiro por ele governado. Um órgão propagandístico do governo, através do qual a imagem de Vargas foi construída de forma a ratificar tanto seu caráter democrático quanto sua governabilidade, mesmo em meio aos múltiplos conflitos políticos que regeram a época.

Este capítulo irá apresentar superficialmente a estrutura e o funcionamento da Agência Nacional, por ser este o órgão responsável pela produção dos Cinejornais tema desse trabalho<sup>46</sup>. Para tal foram utilizados tanto documentos oficiais quanto recortes de jornais da época. A Portaria nº266 de 14 de Dezembro de 1950, que criou as *Instruções Reguladoras da Estrutura e do Funcionamento da Agência Nacional* foi utilizada aqui como forma de um primeiro contato com as atividades que à Agência cabia cumprir. Mas, como nem sempre o que consta em lei é materializado na prática, fez-se necessária a pesquisa sobre algum documento que pudesse imergir no cotidiano vivido na Agência Nacional.

Logo, o presente capítulo representará um diálogo entre os artigos que compuseram as *Instruções Reguladoras da Estrutura e do Funcionamento da Agência Nacional* e algumas das correspondências expedidas pela direção da mesma Agência a diversos destinatários apresentando demandas, insatisfações, prestações de contas, agradecimentos, ordens, solicitações, frequência de servidores e contatos diversos que possibilitem uma idéia de parte do cotidiano da Instituição, a vivência prática de sua função no governo e os percalços a serem superados para o cumprimento de seus objetivos.

O item 1 faz um breve histórico da Agência Nacional, de sua criação até a década de 1950. O item 2 apresenta o diálogo entre a Portaria de 1950 e as correspondências expedidas pela Agência Nacional, a fim de podermos construir uma idéia mais prática do funcionamento da Agência, principalmente, no que competia a sua

---

<sup>46</sup> Superficialmente pois o objeto de estudo dessa dissertação são os Cinejornais produzidos no Governo Democrático de Vargas e não a Agência Nacional em si. Entretanto esse capítulo justifica-se por sua relevância ao apresentar o órgão responsável por essas produções e, além disso, por apontar para a importância dada ao aparato de Comunicação e propaganda oficial, por parte do governo, ao termos contato com essa macro estrutura midiática que era a Agência nacional na década de 1950.

direção<sup>47</sup>. O item 2.1 localiza tal diálogo em um dos três macro setores da Agência Nacional: a *Divisão de Informações* e em suas principais subdivisões, como: o *Serviço de Imprensa* (subitem 2.1.1), o *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema* (subitem 2.1.2), e *Seção de Divulgação* (subitem 2.1.3), apresentando as normas que regeram cada setor, em suas funções e atividades e, através das correspondências, traçando uma ponte entre as normativas e o cotidiano da Agência. O item 2.2 trabalha com outro macro setor da Agência Nacional: o *Serviço de Administração*, apontando suas principais orientações e deveres, assim como, através das correspondências expedidas tanto pelo diretor geral da Agência, Genolino Amado<sup>48</sup>, quanto pelo diretor do *Setor de Administração*, Antonio Gemmal, apresenta parte da rotina desse setor.

O item 3, intitulado Demandas diversas à Agência Nacional, apresenta solicitações populares, e até mesmo internas ao governo, de itens como: Bandeira Nacional, fotografias de Getúlio Vargas, discursos do presidente, etc. Função esta que não é especificada diretamente na Portaria de 1950, mas que também fazia parte de suas demandas práticas. O item 4 – Agência Nacional: seus cargos e atribuições – fala um pouco sobre o artigo da Portaria de 1950 que delimita as funções dos cargos de direção e chefia da Agência Nacional. Neste item foi enfatizado o diretor Genolino Amado, por ter sido ele quem assumiu esse cargo por mais tempo no Governo Democrático de Vargas. Porém, há uma lacuna não preenchida pela Portaria de 1950, pois esta só se refere aos altos cargos da Agência, especificando-os e delimitando suas funções, mas não menciona nada a respeito de como se daria a contratação de seus servidores e, muito menos, quais cargos poderiam ocupar na instituição e quais funções lhes seriam devidas. Algumas informações a esse respeito constam nas correspondências pesquisadas.

O item 5 – Agência Nacional e seu Ministério - aborda de forma sucinta as mudanças ocorridas no Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao longo do tempo e em relação as suas atribuições. Houve desmembramentos de responsabilidades e o Ministério da Justiça passou a tratar apenas de casos relacionados especificamente ao

---

<sup>47</sup> No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, há inúmeras outras documentações a serem analisadas acerca da Agência Nacional, como: livros de ponto, correspondências recebidas, pastas de generalidades, etc... Porém, foram selecionadas as correspondências expedidas pela Agência Nacional, basicamente ao longo do ano 1953 e 1954, devido ao recorte necessário pelo curto tempo para o desenvolvimento da pesquisa o que inviabilizou um estudo aprofundado de todo o material existente no acervo da Agência no Arquivo Nacional.

<sup>48</sup> O item 1.6 apresentará a figura de Genolino Amado por ter sido ele o diretor geral da Agência Nacional que, por mais tempo, ao longo do Governo Democrático de Vargas, esteve à frente da Instituição.

setor judiciário e, com o tempo, os “Negócios interiores” foram divididos em outros Ministérios, ao longo das Reformas Ministeriais, criados para atender uma demanda de organização e especificação de setores que compunham a sociedade e que estariam sob sua alçada.

O item 6 – Agência Nacional e seu Novo Regimento – aponta para o espaço de tempo de Dez anos para a criação de um regimento para a Agência Nacional. Pois, o que havia em termos legais que ratificasse a existência da Agência e sua subordinação ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores era apenas o Decreto - lei que em 1946 extinguiu o Departamento nacional de Informações - DNI e a Portaria que em 1950 instituiu suas Instruções Reguladoras. Porém, o regimento só foi oficializado em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek.

### **1 – Um breve histórico de sua criação**

Criada em 25 de Maio de 1945<sup>49</sup>, a Agência Nacional é mencionada no Decreto – Lei nº7.582/45<sup>50</sup> (Anexo 1) como parte integrante do DNI, tendo como funções: “*a distribuição de noticiário e serviço fotográfico, em caráter meramente informativo, á imprensa da Capital e dos Estados*”<sup>51</sup>. Esse mesmo Decreto - Lei extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Toda a estrutura do DNI esteve, desde a sua criação, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Porém, em 6 de Setembro de 1946<sup>52</sup>, o DNI foi extinto, mas a Agência Nacional foi mantida e, diretamente, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O Decreto - Lei nº9.788/46 (Anexo 2), instituindo tais mudanças no quadro institucional do governo Dutra apresentou artigos que indicaram, superficialmente, algumas competências que seriam assumidas pela Agência Nacional como instituição governamental, tais como: informar ao público sobre as atividades nacionais, “*sobre*

---

<sup>49</sup> Arquivo Nacional. [www.an.gov.br/sian/multinivel/exibe\\_pesquisa\\_reduzida.asp?v\\_Codreferencia\\_ID=130&origem=1](http://www.an.gov.br/sian/multinivel/exibe_pesquisa_reduzida.asp?v_Codreferencia_ID=130&origem=1). Acesso em: 06/06/2012. Apesar de constar na História Administrativa da Agência Nacional, disponível no site acima, sua data de criação sendo no ano de 1945, há a hipótese dessa Agência ter existido desde 1930, porém, não há documentação significativa e consistente que a comprove. Tal possibilidade é apresentada de forma superficial no catálogo de documentação sobre a Agência Nacional, disponível para consulta presencial no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>50</sup> Decreto-Lei nº7.582 de 25 Maio de 1945 – Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

<sup>51</sup> Idem. Art. 14º.

<sup>52</sup> Decreto-Lei nº9788/46 de 6 de Setembro de 1946. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências.

*assuntos de interesse da nação, ligados a sua vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística*”<sup>53</sup>. E, inclusa nesse objetivo geral também foi destacada a manutenção da produção cinematográfica da Agência, assim como de seus boletins radiofônicos a serem veiculados por todo o Brasil.

A Agência Nacional passou a funcionar sem um regimento que detalhasse sua estrutura física, como: setores, divisões, departamentos e seções, tampouco sua abrangência em relação aos meios de comunicação, produção, divulgação e distribuição das informações oficiais produzidas pelo governo. Só em 1950, após, aproximadamente, quatro anos de atuação como órgão subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores foram criadas Instruções que regulamentariam a Agência Nacional.

Diferente de seus antecessores, principalmente do DIP, a Agência Nacional, pelo menos nesse período Democrático, não apresentou como sendo sua função a censura à imprensa nem outra conduta que lhe provesse de controle ou autoridade mediante as demais empresas de comunicação.

AGÊNCIA NACIONAL

DAN 123 S. 6 de maio de 1954.

Diretor da Agência Nacional  
Senhor Fernando Nilo de Alvarenga  
Presidente do Conselho de Imigração e Colonização

Senhor Presidente

Em atenção ao ofício nº 1702, de 26 de abril ppdo., cabe-me esclarecer a Vossa Senhoria que a Agência Nacional não tem controle sobre quaisquer publicações pertinentes à imprensa do país, limitando-se, como seu único objetivo a colher e distribuir para divulgação, informações de caráter oficial ou de interesse geral do país.

Isto posto, lamenta esta Diretoria não poder prestar informações sobre a revista "Habitat" a que se refere o citado ofício de Vossa Senhoria.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de estima e consideração.

Imagem 14

<sup>53</sup> Idem. Art.3º.

Em uma correspondência expedida pelo Diretor Geral da Agência, Genolino Amado, em 6 de Maio de 1954, para o presidente do Conselho de Imigração e Colonização essa questão é tocada, assim como deixou claro, em uma outra correspondência<sup>54</sup>, que não competia à Agência Nacional financiar nenhum órgão de comunicação, baseando-se no Decreto – lei de 1946, já citado acima, para prestar o esclarecimento.

## **2 – Estrutura e funcionamento interno**

A partir da Portaria nº266 de 14 de Dezembro de 1950 (Anexo 3), a qual instituiu as *Instruções Reguladoras da Estrutura e Funcionamento da Agência Nacional*<sup>55</sup>, podemos delinear o esboço das atividades realizadas pela Agência e suas respectivas áreas responsáveis. Tal Portaria nos aponta para atribuições e estruturas que, não necessariamente, na prática, fizeram parte do cotidiano da Agência Nacional, em sua totalidade. Um documento jurídico oficial institui, em seus artigos e parágrafos, diretrizes de funcionamento de um órgão, porém, não significa que represente, fielmente, as práticas estabelecidas por este, em seu dia a dia, em suas demandas e soluções. Mas, sua importância, por ser o primeiro documento oficial a detalhar a estrutura da Agência Nacional, esmiuçando as competências de cada setor, divisão, departamento e seção, torna-o, também, um importante instrumento de pesquisa. Apenas em 1956 foi estabelecido o Regimento da Agência Nacional, através do Decreto nº39.447 de 26 de Junho de 1956, já no governo de Juscelino Kubitschek.

Analisando algumas das correspondências expedidas pelo diretor da Agência Nacional em Novembro de 1953, Genolino Amado, ao diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi demonstrada insatisfação, por parte do primeiro à estrutura regulamentada em 1950, por não mais atender à realidade da Agência. E, inclusive, propôs-se a elaborar outro regimento que passasse a ser o definitivo, onde teria ampliado diversos artigos da Portaria em vigor.

---

<sup>54</sup> Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/163 de 14 de Junho de 1954

<sup>55</sup> Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional.

DAH/SA/ 405 13 de novembro de 1953  
Diretor da Agência Nacional  
Senhor Diretor da Divisão de Pessoal do DA. do MJHI.  
Estrutura da A.N. e respectivas funções gratificadas (proposta)

Senhor Diretor

Atendendo à solicitação dessa Diretoria, encaminho a V. S., para os devidos fins, a inclusa relação de funções gratificadas para esta repartição.

De acordo com o art. 7º do Decreto-lei n. 9.788, de 6 de setembro de 1946, houve por bem o então Sr. Ministro da Justiça expedir as Instruções Reguladoras da Estrutura e Funcionamento da Agência Nacional, pela Portaria n. 266, de 14.12.50.

Até a presente data, vem esta direção dando fiel cumprimento à Portaria citada, entretanto, em vários setores de atividades da A.N., tenho observado que os seus serviços encontram dificuldades que prejudicam o seu bom andamento.

Assim sendo, planejei modificações na Portaria 266, simplificando-a em vários artigos, de forma que atendessem melhor os interesses desta repartição.

Outrossim, comunico a V.S. que nesta data, designei uma Comissão de funcionários lotados nesta Agência, para, de acordo com as funções ora propostas, apresentar no mais curto prazo possível, o projeto do Regimento definitivo, que submeterei, oportunamente, à consideração desse Ministério.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. os protestos de minha distinta consideração.

GENOLINO ANADO  
Diretor

Imagem 15

Na correspondência acima, Genolino não se aprofunda sobre a necessidade de reformulação da Portaria de 1950, não explicitando suas insatisfações quanto à estrutura e ao desenvolvimento das atividades da Agência Nacional, constante no parágrafo: “*Até a presente data, vem esta direção dando fiel cumprimento à Portaria citada, entretanto, em vários setores de atividades da A.N., tenho observado que seus serviços encontram dificuldades que prejudicam o seu bom andamento.*”. Porém, ao longo da pesquisa e, consequentemente, ao longo deste capítulo, possíveis motivos dessa insatisfação foram apontados.

De acordo com as *Instruções Reguladoras da Estrutura e Funcionamento da Agência Nacional*, esta teve seu funcionamento baseado em três setores principais: *Secretaria; Divisão de Informações; e Serviço de Administração*; que por sua vez se subdividiam em outros tantos com funções específicas (Anexo 4). Como apontado no início do capítulo os itens 1.3 e 1.4 tratarão de aspectos do cotidiano administrativo da Agência Nacional a partir do diálogo entre a Portaria de 1950 e as correspondências

expedidas pela Agência. Mais precisamente a respeito de competências da *Divisão de Informações* e suas subdivisões e do *Serviço de Administração*.

## 2.1 – Divisão de Informações

Era na *Divisão de Informações* que todo o mecanismo de produção e divulgação de notícias, propagandas políticas e informes eram realizados. Abaixo, o artigo que delimitou as competências da *Divisão de informações* e suas subdivisões:

Art. 4º - À D.I [Divisão de Informações] compete:

I – Prestar informações em atenção a pedido formulado por autoridades dirigentes de órgão federais, estaduais ou municipais;

II – Informar, quando solicitada por particulares, associações, imprensa, rádio, agências telegráficas nacionais, sobre qualquer assunto de interesse geral, que não envolva matéria sigilosa;

III – Atender pedidos de informação de entidades estrangeiras, públicas ou particulares, desde que devidamente encaminhados pelo Ministério de Relações Exteriores;

IV – Divulgar através de noticiário fornecido à imprensa, às estações radiofônicas e às agências radiotelegráficas os atos e fatos de ordem política, administrativa, social, econômica, financeira e cultural, que envolvam questões ligadas à vida e desenvolvimento do Estado;

V – Esclarecer o público, por todos os meios a seu alcance, sobre atos e fatos oficiais, bem como a respeito dos problemas pátrios;

VI – Manter programas radiofônicos de caráter informativo e cultural;

VII – Manter programas radiofônicos que visem a estreitar os laços de amizade com os países amigos;

VIII – Manter, com fins culturais, uma discoteca de produções brasileiras;

IX – Filmar e divulgar os empreendimentos de vulto, realizados pela União, Estados ou Municípios, bem como os aspectos capazes de incrementar o turismo interior e atrair as correntes turísticas internacionais;

X – Divulgar por todos os meios dados que atestem o grau de desenvolvimento e progresso do país;

XI – Incentivar as iniciativas úteis ao progresso do país, emprestando-lhes todo apoio moral, sobretudo no preparo psicológico da opinião pública;

XII – Manter através de sua estação radiotelegráfica, os contatos que se tornarem necessários ao fiel desempenho das funções que visem a atingir as finalidades específicas e gerais da A.N;



XIII – Recorrer, não só aos meios já indicados, como também, à televisão e à telefotografia, quando houver oportunidade de divulgar assunto de excepcional importância;<sup>56</sup>

Estas são as competências gerais da *Divisão de Informações*. Porém, este setor era subdividido em quatro áreas que, especificamente, aprofundavam-se e se responsabilizavam tanto pelos diferentes canais de comunicação, quanto pelas inúmeras demandas e atividades exigidas por cada um deles. Para dar conta de todas as atribuições listadas acima a *Divisão de Informações* contava com um *Serviço de Imprensa*; um *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema*; uma *Seção de Divulgação*; e uma *Turma de Administração*, além da *Diretoria* e seus *Secretários*. Eram nestes setores que todas as produções midiáticas a respeito do governo eram preparadas e difundidas.

Em relação às competências da *Divisão de Informações* listadas acima é interessante a predisposição contida no inciso XI, suscitando uma necessidade de um “*preparo psicológico da opinião pública*” no caso do apoio governamental a “*iniciativas úteis ao progresso do país*”. Neste item está exposto uma das principais funções da propaganda política e, além disso, de como os meios de comunicação são imprescindíveis ao governo para a manutenção da ordem e para a criação de um consenso através do trabalho com imagens, discursos e mensagens de todos os tipos.

A Agência Nacional e sua macro estrutura voltada à comunicação corresponde a um governo interessado em investir no aparelhamento do Estado brasileiro para lidar com a cultura da mídia e com a cultura popular de massa na elaboração de uma imagem pública. As subdivisões da *Divisão de Informações*, abaixo descritas, apontam para esse interesse, devido a sua organização, e sua importância tanto na mídia impressa quanto no rádio e no cinema.

### **2.1.1 – Serviço de Imprensa**

O *Serviço de Imprensa* subdividiu-se ainda em quatro outras seções: *Seção de Imprensa Local*; *Seção de Imprensa Interior*; *Seção de Imprensa Exterior*; e *Seção fotográfica*. Suas atribuições não serão descritas aqui, mas vale ressaltar a importância desses segmentos na coleta de dados e informações, de interesse do governo, em todo o território brasileiro, inclusive se tratando de publicações estrangeiras que circulem no país.

---

<sup>56</sup>Idem. Art. 4º.

## 2.1.2 – Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema

Outra subdivisão da *Divisão de Informações* que é de suma importância para que a máquina de comunicação do governo exista não só de forma intelectual, no que diz respeito à elaboração das programações e circulação de idéias, mas também de forma material, propiciando as instalações e aparelhagens necessárias a sua produção e transmissão é o Serviço de *Rádio, Radiotelegrafia e Cinema*. Este é o setor responsável pela elaboração dos Cinejornais Informativos<sup>57</sup>, objeto de estudo deste trabalho e, por isso, suas atribuições, de acordo com a Portaria em questão, serão descritas abaixo:

Art. 12º - Ao S.R.C [Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema] compete:

I – Irradiar para todo o país, nos dias úteis, durante 30 minutos, o noticiário oficial;

II – Manter programas radiofônicos de caráter informativo, educativo, cívico e cultural;

III – Desenvolver programas radiofônicos de aproximação continental, bem como os que visem a fortalecer as relações com os países amigos;

IV – Manter uma discoteca para as produções brasileiras, franqueando-a ao público;

V – Gravar discursos, conferências, palestras, e demais atos de expressão política, administrativa, cívica, cultural e artística;

VI – Instalar aparelhos de som nas solenidades cívicas e nos dias de festa Nacional;

VII – Transmitir por intermédio da Radiotelegrafia todo o noticiário da A.N. destinado aos Estados, Territórios e Municípios;

VIII – Receber as mensagens radiotelegráficas endereçadas a A.N. ou às autoridades superiores;

IX – Providenciar a transmissão e a recepção de mensagens radiotelegráficas durante as viagens do Presidente da República e dos Ministros de Estado;

X – Elaborar filmes de caráter informativo sobre as atividades nacionais;

XI – Filmar temas de interesse cívico, cultural, artístico, social e econômico;

XII – Organizar negativos, proceder a montagens, e manter uma filmoteca de suas produções;

XIII – Revelar filmes cinematográficos;

XIV – Efetuar a gravação sonora dos filmes;

XV – Fazer cópias de suas produções;

---

<sup>57</sup> Nos documentos analisados para a pesquisa não foi encontrado nenhum que estabelecesse as diretrizes técnicas e estéticas para a construção dos Cinejornais.

XVI – Ceder filmes por empréstimo, a entidades oficiais, bem como às particulares sem fins de lucro, dando preferência às escolas e organizações militares;

XVII – Alugar filmes de sua produção a entidades privadas;

XVIII – Realizar projeções; e

XIX – Manter um estúdio de filmagens e uma dependência devidamente aparelhada para projeções.<sup>58</sup>

Através da análise das correspondências expedidas pelo Diretor Geral da Agência Nacional, ao longo de 1953, o Sr. Genolino Amado, é possível identificar, na prática, algumas das competências listadas acima. Muitas das demandas desses setores da Agência eram encaminhadas para a Direção Geral, para que esta expedisse autorizações, solicitações e respostas a quem de direito.

A Agência Nacional mantinha relação com a União Cinematográfica Brasileira - UCB<sup>59</sup>, para a qual locava os filmes que produzia a partir de um contrato firmado entre a UCB e a Agência em 17 de Junho de 1953<sup>60</sup>. Algumas correspondências foram encontradas onde o Diretor Geral da Agência solicitou a essa distribuidora não apenas o pagamento dos filmes locados como um relatório contendo a verba alcançada pela produção nos cinemas nacionais. Tais informações deveriam ser repassadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O artigo 12º da Portaria de 1950, descrito acima, aponta em seu inciso XVII a competência desse Serviço em “*alugar filmes de sua produção para entidades privadas*”, porém, só através da pesquisa com as correspondências expedidas pela Agência Nacional foi possível indicar a relação entre a UCB e a Agência. Essa, sendo a maior distribuidora da época, incumbia-se de alugar os Cinejornais Informativos,

---

<sup>58</sup> Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional Art. 12º.

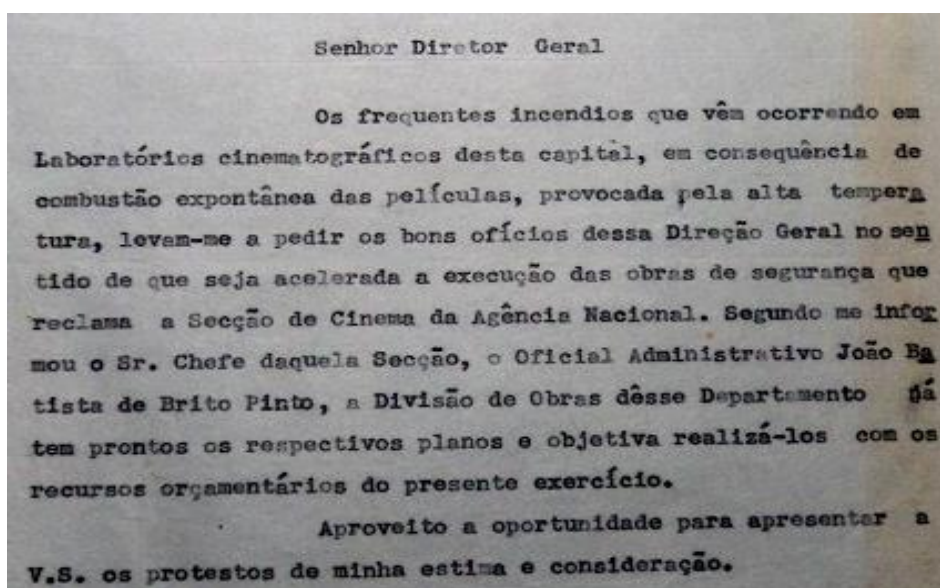
<sup>59</sup> Criada em 1945 a UCB pertencia ao Grupo Severiano Ribeiro, com capital particular, e foi a maior distribuidora de filmes do Brasil por, aproximadamente, três décadas. Para maiores informações: RAMOS, Fernão e MIRANDA, Luis Felipe (orgs.). Enciclopédia do Cinema Brasileiro. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

<sup>60</sup> Nas correspondências expedidas pela Agência Nacional e apresentadas em seguida, Genolino Amado, Diretor geral, menciona o contrato firmado entre a Agência e a UCB, publicado no Diário Oficial em 17 de Junho de 1953. Porém, em pesquisa no site <http://www.jusbrasil.com.br>, onde se encontram os Diários Oficiais digitalizados, não encontrei o registro desse contrato, apenas notas que faziam menção a reuniões, assembleias com os sócios da empresa em sua sede à Rua Bambina, em Botafogo - RJ, e relações estabelecidas com a Atlântida produtora cinematográfica, entretanto sem maiores informações acerca dos acordos firmados com a Agência Nacional.

produzidos pela Agência Nacional para exibi-los antes dos filmes de longa metragem nos cinemas nacionais.<sup>61</sup>

Outras correspondências nos apontam fatos que, não necessariamente contrariam os incisos descritos anteriormente, mas que indicam alguns contratempos vivenciados pela Agência, como por exemplo, a falta de verba para a realização de todas as competências relativas à *Divisão de Informações* e suas subdivisões.

Apesar da Portaria de 1950 estabelecer a constituição de um serviço de cinema, boa parte de suas atribuições não eram estabelecidas a contento, como demonstra a documentação consultada, que revela como os problemas eram tratados rotineiramente. Em primeiro lugar, em dissonância com o inciso XIX: “*Manter um estúdio de filmagens e uma dependência devidamente aparelhada para projeções*” há demandas, por parte do Diretor Geral da Agência acerca da melhoria da estrutura física e do aparelhamento disponível para o transcurso dos trabalhos. Inclusive, em uma correspondência “urgente” destinada ao Diretor do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Genolino Amado, reclama atenção e providências desse Ministério quanto aos incêndios frequentes que acometiam o Laboratório Cinematográfico da Agência devido à combustão das películas.



Senhor Diretor Geral

Os frequentes incendios que vêm ocorrendo em Laboratórios cinematográficos desta capital, em consequência de combustão espontânea das películas, provocada pela alta temperatura, levam-me a pedir os bons ofícios dessa Direção Geral no sentido de que seja acelerada a execução das obras de segurança que reclama a Secção de Cinema da Agência Nacional. Segundo me informou o Sr. Chefe daquela Secção, o Oficial Administrativo João Batista de Brito Pinto, a Divisão de Obras desse Departamento já tem prontos os respectivos planos e objetiva realizá-los com os recursos orçamentários do presente exercício.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. os protestos de minha estima e consideração.

Imagem 16

---

<sup>61</sup> Como aponta, por exemplo, a Correspondência Expedida pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SA253 de 22 de Julho de 1953.

Não apenas a falta de aparelhamento que conservasse as produções, mas também a falta de verba, dificultando um amplo acesso aos materiais de consumo necessários às demandas internas e externas da Agência se tornavam percalços em meio às urgências na elaboração e distribuição das produções oficiais.

Eram comuns os pedidos de reprodução de conteúdos produzidos pela Agência. Muitos órgãos e mesmo particulares enviavam cartas solicitando toda a sorte de discursos, fotografias, Cinejornais e programas radiofônicos. De acordo com o inciso XV: “*Fazer cópias de suas produções*” a Agência se incumbiria de atender aos pedidos de reproduções de seus conteúdos, embora o inciso não especificasse em quais casos. Muitas das correspondências enviadas pelo Diretor geral, Genolino Amado, em resposta aos solicitantes, eram favoráveis, contanto que enviassem o material necessário à reprodução, pois alegava que a Agência não tinha verbas para tal, ou melhor, “*pelas reduzidas verbas orçamentárias*” de que dispunha<sup>62</sup>.

Toda solicitação de material e, mesmo de verba para custear o deslocamento aéreo ou terrestre dos funcionários da Agência na cobertura das notícias e eventos, era destinada ao Diretor da Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Era esse setor do Ministério um dos responsáveis por prover a Agência dos materiais, insumos e verbas necessários ao funcionamento do aparato de comunicação do governo.

Em uma das correspondências expedidas com essa finalidade foi feita a requisição de passagens aéreas para que dois servidores pudessem ir do Rio de Janeiro a Manaus a serviço da Agência, possivelmente para a cobertura de alguma visita presidencial ou evento. Muitas empresas de transporte foram citadas nessas correspondências para que fossem utilizados seus serviços no deslocamento dos funcionários de acordo com as necessidades apresentadas pela Agência, dentre elas: PANAIR do Brasil, Estrada de ferro Central do Brasil, VARIG, Viação Aérea São Paulo, Estrada de ferro Leopoldina, Aerovias do Brasil, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, etc.

---

<sup>62</sup> Como aponta, por exemplo, a Correspondência Expedida pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/207 S/ de 02 de Junho de 1953. Tal condição poderia ser uma diretriz da Agência para não gastar sua verba com toda a sorte de reproduções para terceiros, mas como não havia uma tabela de preços que especificasse o valor cobrado pelas reproduções, de forma institucionalizada como é realizado hoje em dia por diversos órgãos do governo, podemos também entender que, realmente, havia um problema quanto a aquisição de verbas pela Agência.

Ao Diretor da Divisão de Orçamento - outra subdivisão do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Eram enviados pedidos de adiantamento de verba para que se custeassem demais despesas da Agência relativas às suas produções e serviços. Eram constantes as solicitações desse tipo o que demonstra a falta de autonomia financeira da Agência em relação a seu Ministério. Muitas correspondências foram expedidas demandando rolos de filmes, máquinas fotográficas, enfim, desde materiais de papelaria a passagens e diárias para servidores em serviço.

À Imobiliária Astória S/A, assim como à Imobiliária do Edifício Canavarro foram destinadas parte da verba referente à locação para a sede e para o Laboratório Cinematográfico da Agência Nacional. A primeira situava-se na Avenida Presidente Wilson, número 164, ocupando o 5º, 6º, 8º e parte do 10º andar. Enquanto o Laboratório Cinematográfico ocupava a loja e a sobre loja da Avenida Marechal Câmara, número 350, ambas na então Capital, Rio de Janeiro.



Imagem 17

Ainda sobre o artigo 12º da Portaria de 1950, que especifica as competências do *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema* da Agência Nacional, há inúmeras correspondências expedidas pelo Diretor Geral, Genolino Amado, solicitando franquias

tanto telegráficas quanto radiofônicas, entre outras, para ampliar o envio e recebimento de informações oficiais por todo o território brasileiro de acordo com o inciso VII: “Transmitir por intermédio da Radiotelegrafia todo o noticiário da A.N. destinado aos Estados, Territórios e Municípios;”.

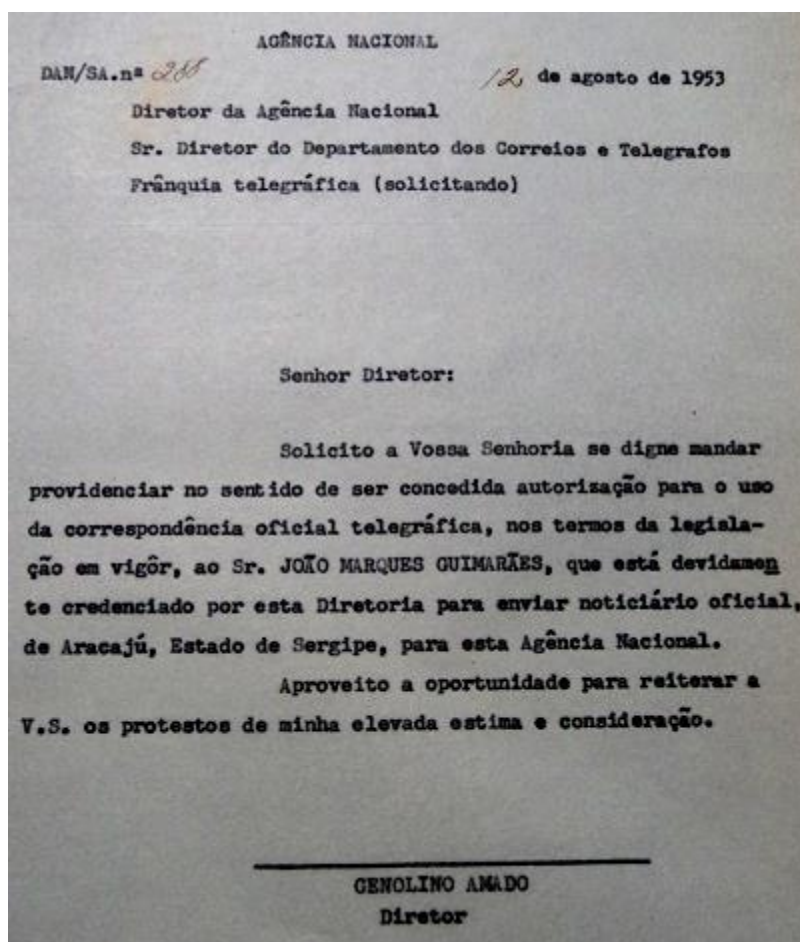


Imagem 18

A correspondência acima nos transmite a ideia da abrangência da cobertura da Agência Nacional e o intercâmbio de informações entre a Capital e outros Estados brasileiros. Essa solicitação de franquia telegráfica em nome da Agência Nacional permitia que o funcionário enviado, geralmente um jornalista ou radialista, transmitisse as notícias locais em nome dessa Instituição. Assim como havia solicitações para concessão de franquias telegráficas a este ou aquele funcionário, havia também o pedido de cancelamento das mesmas. Esse se dava quando a demanda era finalizada ou quando, por algum motivo, o funcionário estava impossibilitado de dar continuidade ao serviço.

O *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema* ainda subdivide-se em três seções organizadas para orientar os trabalhos realizados a partir de cada canal de comunicação.

São elas: *Seção de Rádio*; *Seção Radiotelegráfica*; e *Seção de Cinema*. Em relação às competências gerais desse Serviço, listadas pelo artigo 12º da Portaria de 1950, é interessante apontar, no inciso III: “*Desenvolver programas radiofônicos de aproximação continental, bem como os que visem a fortalecer as relações com os países amigos*” o contexto da Guerra Fria vivenciado na década de 1950, dividindo o mundo entre países amigos e inimigos.

É importante lembrarmos que estas *Instruções Reguladoras da Estrutura e Funcionamento da Agência Nacional* foram escritas em uma época de Guerra Fria, portanto, os “*países amigos*” aqui referidos são aqueles que se alinharam ao capitalismo e ao anticomunismo. E apenas com estes países era importante estreitar os laços políticos e fraternos.

Os incisos X a XIX, das competências listadas pelo artigo 12º, eram competência da *Seção de Cinema*, uma das subdivisões do *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema*. Os Cinejornais Informativos eram produzidos integralmente nesta seção, desde a filmagem dos eventos, a escolha das cenas, a montagem, edição dos filmes, distribuição, projeção, etc. Ao inciso XI cabe uma ressalva. Ao listar, como competência, a filmagem de “*temas de interesse cívico, cultural, artístico, social e econômico*” não especifica há uma especificação desses interesses. Manifestações contrárias às diretrizes do governo não necessariamente eram filmadas, e, se filmadas, não eram selecionadas para a elaboração dos “*filmes de caráter informativo sobre as atividades nacionais*” que trata o inciso X.

Todo esse processo é permeado por escolhas e objetivos muito claros, como a criação e solidificação de uma identidade cultural e política do Brasil, cabendo ao poder oficial a elaboração do projeto que legitimará e selecionará o que fará parte e o que estará à margem dessa identidade. Como exemplo podemos citar as manifestações religiosas. O Catolicismo esteve sempre presente nos Cinejornais Informativos desse período, seja apresentado em festividades religiosas, pela visita do bispo a um Estado brasileiro ou apenas pela presença de autoridades da Igreja junto a Vargas em eventos civis e militares. Tal destaque não foi dado a outras manifestações religiosas as quais, nem mesmo foram apresentadas nos Cinejornais Informativos, com raras exceções<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> O Cinejornal Informativo v.3 n.27 de 1952 apresenta o presidente Getúlio Vargas recebendo a visita de uma autoridade da Igreja Budista do Japão no Palácio do Catete.



Esses Cinejornais Informativos, como produção da Agência, às vezes eram solicitados por terceiros, devido a abordagem de temas específicos de seu interesse. Há uma correspondência em que o Diretor da *Secretaria* da Agência Nacional, Adalberto de Souza Braga Neto, responde ao Diretor do S.E.R.A.C<sup>64</sup> acerca da reprodução do Cinejornal Informativo sobre a Parada de Sete de Setembro de 1952, solicitado por esse último.

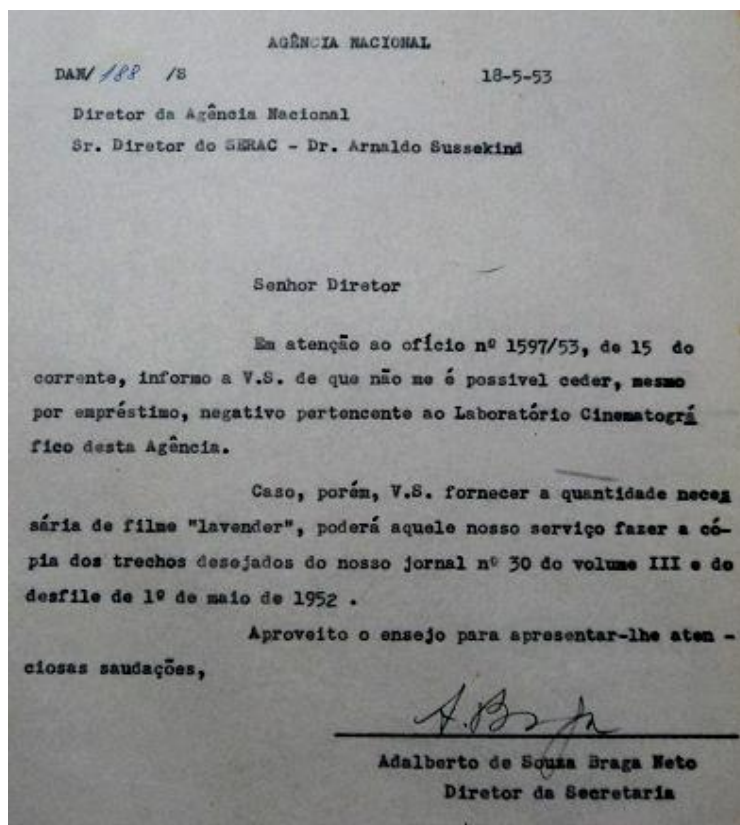


Imagem 19

Na correspondência acima nota-se, mais uma vez a solicitação, ao remetente, do material necessário para que o serviço pudesse ser realizado. A dificuldade encontrada pela Agência Nacional para a aquisição de materiais de consumo – já apontada anteriormente - era constante sendo identificada por Genolino Amado como um dos principais obstáculos ao bom funcionamento da Agência<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Sete Serviços Regionais de Aviação Civil (localizados à época em: Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Manaus)

<sup>65</sup> Tal citação encontra-se no item 1.6 – Agência Nacional: seus cargos e atribuições, desse texto.

### 2.1.3 – Seção de Divulgação

A *Seção de Divulgação* era mais uma subdivisão da *Divisão de Informações*. Ocupava-se, além de outras coisas, com a imagem do Brasil no exterior e, com isso, fortalecia a identidade nacional através de intercâmbios culturais e da atenção dada ao turismo, divulgando as “potências” do país como a natureza e o ímpeto tecnológico.

Art. 17º - À S. Div. [Seção de Divulgação] Compete:

I – Atender a todas as consultas dirigidas à A.N. [Agência Nacional] sobre assuntos ligados aos interesses nacionais e ao intercâmbio cultural com os países amigos;

II – Realizar todos os trabalhos de impressão da A.N. que tenham por objetivo a propaganda do país e de suas instituições;

III – Manter, atualizado, um cadastro das publicações brasileiras;

IV – Organizar e manter um cadastro dos centros turísticos existentes no Brasil, bem como dos meios de comunicação, estada e custo de viagens; e

V – Manter ligação permanente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com as demais organizações oficiais e particulares que possam fornecer dados fidedignos para as suas informações.<sup>66</sup>

Essa Seção era composta por três setores. São eles: Setor de Expediente; Setor de Impressão; e Setor de Remessa.

Há algumas correspondências enviadas pelo Diretor Geral Genolino Amado ao Diretor do Departamento de Imprensa Nacional<sup>67</sup>, solicitando seus serviços por falta de condições da Agência em realizá-lo, constando o Departamento de Imprensa Nacional nas remessas de conta a serem pagas através da Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.<sup>68</sup>

Por mais que o inciso II do artigo 17º, da Portaria de 1950, estabeleça como competência da *Seção de Divulgação* “Realizar todos os trabalhos de impressão da A.N. que tenham por objetivo a propaganda do país e de suas instituições” tais correspondências demonstram que o *Setor de Impressão* dessa Seção, por falta de verbas, não conseguia imprimir o material necessário. Mais uma vez é apontada a dificuldade da Agência

---

<sup>66</sup> Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional Art. 17º.

<sup>67</sup> Departamento de Imprensa Nacional, criado pela Lei 592/48 de 23 de Dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110232/lei-592-48>. Acesso em: 10/02/2013.

<sup>68</sup> Como aponta, por exemplo, a Correspondência Expedida pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/136 de 01 de Abril de 1953

Nacional no acesso aos recursos materiais que lhe eram necessários, o que contrasta com sua estrutura e sua importância dentro do governo.

O Artigo 21º, da Portaria de 1950, especifica as competências do *Setor de Remessa da Seção de Divulgação*. E esse setor era bastante importante, pois era responsável pela distribuição de todo o material impresso, produzido pela Agência, por todo o território Nacional e mesmo empresas estrangeiras, visando à propaganda brasileira no exterior.

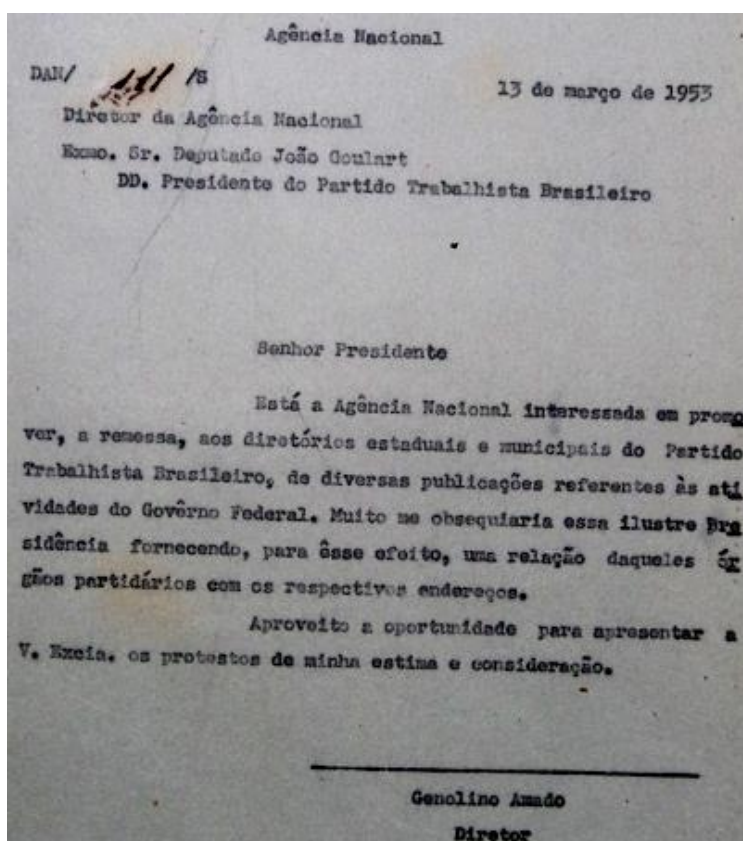


Imagem 20

Genolino Amado, ao tomar posse como diretor da Agência Nacional, declarou no Jornal A Última Hora, de 13 de Fevereiro de 1952<sup>69</sup>, que seu objetivo principal ao assumir o cargo seria o de tornar a Agência Nacional imprescindível para os demais órgãos de comunicação. Muitas correspondências expedidas que foram encontradas demonstram o esforço empregado na tarefa de divulgação das produções oficiais. E, não apenas isso, mas principalmente, na divulgação da imagem de Vargas e seu governo.

<sup>69</sup> <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Genolino%20Amado&pasta=ano%20195>. Acesso em 02/02/2013

A correspondência enviada ao deputado João Goulart, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, solicitando sua colaboração na divulgação das produções da Agência Nacional, por todos os diretórios do PTB, ocorreu às vésperas da Reforma Ministerial promovida por Getúlio Vargas na qual Jango seria empossado como ministro do trabalho. Assim como a maior parte das correspondências com esse conteúdo de divulgação, ao longo de 1953.

À *Turma da Administração* que era outra subdivisão da *Divisão de Informações* cabia a fiscalização e acompanhamento de todas as atividades realizadas pelo *Serviço de Imprensa* e suas seções; pelo *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema* e suas seções; e pela *Seção de Divulgação* e seus setores.

## 2.2 – Serviço de Administração

Além da *Divisão de Informações*, já comentada, a Agência Nacional possuía outro macro setor, como já citado no texto, que a suportava e mantinha em funcionamento toda a estrutura material e pessoal necessárias à execução de suas atribuições. O *Serviço de administração* se responsabilizava por uma série de atividades que garantiam à Agência Nacional condições básicas para que pudesse existir como órgão responsável pela produção e divulgação de tudo o que estivesse na esfera de interesses do governo.

Art. 23º - O S.A [Serviço de Administração] é o órgão central de administração geral da A.N. cabendo-lhe a orientação, execução e fiscalização das atividades referentes a pessoal, material, biblioteca, portaria e garagem.

Parágrafo único – O S.A. e seus órgãos funcionarão articulados com o Departamento de Administração do Ministério da Justiça, formando sistema com o mesmo e recebendo de suas Divisões e Serviços, no respectivo campo de atividades, orientação sob a forma de realizar os trabalhos que lhes são pertinentes.<sup>70</sup>

Em relação a atividades referentes a pessoal, de acordo com o artigo 23º, da Portaria de 1950, há uma correspondência expedida por Antônio Nicolau Gemmal, Diretor do *Serviço de Administração* no ano de 1953, onde solicitou ao Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e

---

<sup>70</sup> Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional Art. 23º.

Negócios Interiores suspensão de três dias e aplicação de multa para um funcionário por má conduta.<sup>71</sup>

Muito comum nesse período eram as correspondências enviadas por Antônio Nicolau Gemmal à pagadoria do Tesouro Nacional informando que o funcionário tal encontrava-se ausente do Estado, do País, ou mesmo doente e que por isso enviaria outra pessoa em seu lugar para receber seu salário portando uma procuração sua.

O *Serviço de Administração* é subdividido em cinco áreas: *Seção de Administração*; *Seção de Comunicações*; *Biblioteca*; *Portaria*; e *Garagem*. Destas, a mais complexa e com um maior número de atribuições é a *Seção de Administração*. Sua importância está em, além de cuidar de toda a parte que hoje denominamos como Recursos ou Talentos Humanos, ser responsável pela elaboração orçamentária de cada setor, departamento, divisão, seção da Agência Nacional a ser apresentada ao governo.

Art. 25º - À Seção de Administração compete a execução, orientação, coordenação e fiscalização das medidas de caráter técnico, administrativo, orçamentário e controle relativo a pessoal, material e orçamento em qualquer setor da A.N.

I – Colaborar com a D.P da D.A do Ministério, na forma porque for solicitada, na elaboração de planos de administração de pessoal;

II – Manter atualizados fichários relativos aos servidores em exercício na A.N.

III – Manter atualizado o e mentário da legislação e dos atos referentes a pessoal;

IV – Controlar a freqüência dos servidores em exercício na A.N., remetendo à D.P em época própria, o boletim de freqüência correspondente;

V – Aplicar ou, conforme o caso, orientar a aplicação na A.N., da legislação relativa à movimentação do pessoal, direitos, vantagens, deveres, responsabilidades, ação disciplinar, bem como a admissão de extranumerário;

VI – Instruir os processos referentes à administração do pessoal;

VII – Propor a apuração de atos irregulares praticados por servidores da A.N.;

VIII – Receber e distribuir o material pelos diversos órgãos integrantes da A.N., registrando seu valor e quantidade em fichas próprias nas quais serão anotados, também, os respectivos consumos.

IX – Propor a troca, cessão, venda ou baixa do material considerado imprestável ou em desuso;

---

<sup>71</sup> Como aponta, por exemplo, a correspondência Expedida pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/SAd/1089/52-2 de 03 de Fevereiro de 1953.

X – Elaborar os pedidos de material necessário aos serviços da A.N.;

XII – Elaborar a proposta orçamentária dos órgãos componentes da A.N.

XIII – Colaborar com a D.O. no controle da execução orçamentária.

Parágrafo único – A S. Ad. Poderá ser subdividida em Setor de Pessoal – Setor de Material – e Setor de Orçamento.<sup>72</sup>

Podemos encontrar a prática de alguns desses incisos acima nas correspondências expedidas pela Agência Nacional. Em uma delas o Diretor Geral, Genolino Amado, notificou o Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores das faltas sem justificativas de um dos funcionários lotados na Agência. E, em outra correspondência enviada para o Diretor de Pessoal do Ministério da guerra, Genolino Amado informa sobre a presença integral de um servidor.

A partir das correspondências acerca da frequência dos funcionários da Agência Nacional foi percebido que muitos dos funcionários que lá trabalhavam eram originariamente de outros órgãos e que, por isso, o Diretor Geral da Agência, Genolino Amado, ou mesmo o Diretor do Serviço de Administração, Antônio Nicolau Gemmal, enviavam para cada órgão cedente o retorno acerca do comparecimento integral ou não dos funcionários. O fato de ter, a Agência Nacional, funcionários de outros órgãos trabalhando em seu interior nos sugere uma lacuna no quadro de servidores da própria Agência.

Genolino Amado enviou uma correspondência, em 30 de Janeiro de 1953, diretamente para o Ministro da Justiça e de Negócios Interiores informando da necessidade de novo pessoal para suprir as demandas crescentes da Agência, apontando para um déficit de mão de obra. Tal carência foi notificada desde a *Seção de Cinema* até as *garagens* da Agência. Ao mesmo tempo, demonstrou que é da ciência do Ministro que as verbas destinadas a Agência sob a rubrica de “*Informações e Difusão Cultural*” eram usadas, também, para pagamento de serviços realizados por extranumerários, solicitando ainda que a situação dos “colaboradores” fosse regularizada visto que, na prática, trabalhavam como funcionários permanentes, devendo ser incluídos na folha de pagamento da Agência.

---

<sup>72</sup> Idem. Art. 15º

Senhor Ministro

São do conhecimento de V. Excia. as providências que vem adotando a atual direção da Agência Nacional, seguindo orientação desse Ministério, no sentido de reservar o emprego dos cursos orçamentários, que lhe são habitualmente concedidos sob a rubrica de "Informações e Difusão Cultural", para os pagamentos eventuais de serviços em material diretamente empregados em proveito das atribuições precípua da repartição. A esse respeito já tive oportunidade de informar, em nosso recente relatório, a extinção de todos os pagamentos mensais, anteriormente feitos à conta daquela verba, como era notório, na remuneração de serviços de natureza burocrática.

Ocorre, no entanto, como já tive oportunidade de representar perante V. Excia., que determinados setores da Agência, essenciais ao desenvolvimento dos seus serviços informativos, embora legalmente instituídos não foram providos do pessoal necessário ao seu regular funcionamento. Tem a repartição laboratórios de cinema e fotografia, dispõe de cinematografistas e fotógrafos, carecendo, todavia, de técnicos para elaboração de filmes fotográficos e copiadores para revelação de fotografias. Circunstância idêntica verifica-se em relação a garage, que tem todo o aparelhamento para a conservação de viaturas; mas que não dispõe de servidores habilitados ao seu uso.

Outras dificuldades decorrem da deficiência do próprio quadro da Agência. Os motoristas são em número menor do que o necessário aos turnos de reportagens e remessa de noticiário aos jornais, havendo, ainda, dois deles proibidos de dirigir

por incapacidade física. Entre o pessoal classificado como "escrivão-datilógrafos" e "datilógrafos" há servidores que não escogem à máquina com a correção que reclamam os serviços da Agência.

Do exposto resultou a necessidade da atual administração manter, até agora, no regime de "colaboradores" um número apreciável de pessoas empregadas em serviços permanentes, em sua quase totalidade admitidos em administrações anteriores. Seria de toda aconselhável, de acordo com a orientação de V. Excia., o aproveitamento desse pessoal em funções equivalentes de extranumerários, o que será em breve possível, segundo fomos informados verbalmente no Departamento de Administração. Para esse efeito, indicamos na lista anexa, os atuais "colaboradores" ainda mantidos na Agência.

Aproveite a oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de estina e distinta consideração.

Imagem 21

Talvez a falta de mão de obra na Agência, apontada por Genolino, assim como a existência, em suas atividades, de funcionários de outros órgãos ainda mantenha alguma relação com a crise vivida pela Agência Nacional, em 1951, com o atraso de todos os pagamentos de seus colaboradores e de gratificações, justificando, à época, a não contratação de mais servidores<sup>73</sup>.

Também eram enviados à Divisão de Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os pedidos de

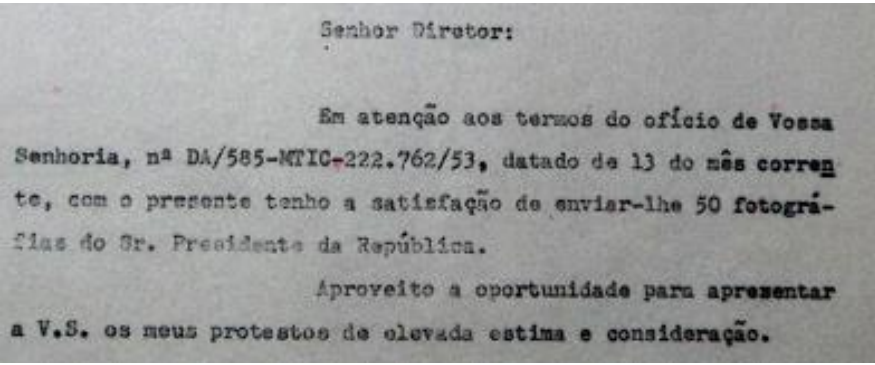
<sup>73</sup> Mais adiante, no item 1.6 essa questão será retomada.

ressarcimento de diárias aos servidores que precisaram viajar a serviço para outro Estado do Brasil assim como diversas demandas relacionadas. Em uma correspondência expedida<sup>74</sup> por Genolino Amado, solicitando tal reembolso, há uma listagem com o nome dos servidores e o motivo pelo qual viajaram. Em sua maioria era para cobrir viagens presidenciais e tais eventos envolviam motoristas, cinegrafistas, fotógrafos, jornalistas, radialistas, entre outros profissionais.

Um dos períodos cobertos se referia as estadias de Getúlio Vargas em Petrópolis nos primeiros cinco meses, em dias não consecutivos, do ano de 1953. Talvez, os Cinejornais Informativos, desse mesmo ano, que mostravam Getúlio atuando ou mesmo passeando em Petrópolis possam ter sido filmados nesse período já que não há, necessariamente, como sabermos os meses em que foram produzidos.

### 3 – Demandas diversas à Agência Nacional

Havia muitas correspondências emitidas pela Secretaria da Presidência da República e encaminhadas ao Diretor Geral da Agência Nacional com solicitações as mais diversas. Muitas demandas populares e mesmo de setores ou personalidades ligadas de alguma forma ao governo enviavam correspondências destinadas a Getúlio solicitando favores e mesmo fotos, discursos do presidente, etc. Uma grande parte dessas correspondências eram encaminhadas à Agência Nacional para ser resolvida a questão. Dentre os documentos analisados havia solicitação até de exemplares da Bandeira Brasileira, e não eram poucos esses pedidos. Em muitos outros a requisição de fotos do senhor presidente e até mesmo pedido de promoção e emprego.



Senhor Diretor:

Em atenção aos termos do ofício de Vossa Senhoria, nº DA/585-MTIC-222.762/53, datado de 13 do mês corrente, com o presente tenho a satisfação de enviar-lhe 50 fotografias do Sr. Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Imagem 22

<sup>74</sup> DAN/SA 218 de 15 de Junho de 1953 – Arquivo Nacional.



Todas as atividades exercidas pela Agência Nacional eram registradas em relatórios trimestrais que o Diretor Geral da Agência enviava ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Havia um controle central acerca de todas as seções e suas subdivisões. Era expedida uma correspondência pela direção geral, destinada a todas as seções, solicitando seus relatórios setoriais para a composição do relatório final ao Ministro. E nesse, os dados apareciam exatos acerca de cada atividade da Agência e suas produções.

Os relatórios trimestrais (Anexo 5) continham informações sobre: Imprensa Local, Rádio, Serviço de Imprensa do Interior, Seção de Imprensa do Exterior, Laboratório Fotográfico, Seção de Cinema, Seção de Divulgação, Secretaria, Recebidos (correspondências), Expedidos (correspondências); processos acerca do: Serviço de Administração, Setor do Pessoal, Setor de Orçamento, Setor do Material (permanente e de consumo).

A Seção de Cinema, de acordo com esse relatório trimestral era responsável pela produção dos Cinejornais e havia a distinção entre os que eram denominados Informativos e as Edições Especiais. Os primeiros, reuniam temas variados em suas composições, já o segundo era inteiramente voltado a um único tema, como por exemplo os Cinejornais que cobriram as secas no Nordeste e as Paradas de Sete de Setembro. Essa distinção será abordada novamente no Capítulo III.

#### **4 – Agência Nacional: Seus cargos e atribuições**

A estrutura física da Agência Nacional foi aqui mapeada, seus Setores, Seções, Serviços e Departamentos, porém, de nada serviriam sem as diretrizes e o empenho do quadro de funcionários. O Diretor Geral da Agência Nacional, nomeado pelo Presidente da República acumula inúmeras funções, respondendo diretamente ao ministro da Justiça e Negócios Interiores. É um cargo invariavelmente político por estar à frente de um dos mais importantes pilares do governo.

Genolino Amado foi quem, durante o Governo Democrático de Vargas, assumiu por mais tempo a Direção Geral da Agência Nacional. Era um intelectual, escritor, jornalista e ensaísta e tomou posse em Fevereiro de 1952, ficando no cargo até Agosto de 1954 quando solicitou a perda de sua comissão para assumir um cargo de advocacia no governo de São Paulo.

## Vamos Tirar a Casaca da Agência Nacional

As Primeiras Declarações do Genolino Amado, Depois de Assumir o Controle Das Informações Oficiais do Governo — "Começarei a Sentir Que Estou Cumprindo o Meu Programa, no Dia em Que o Serviço da A. N. Passar a Ser Solicitado Pelas Redações e Estações de Rádio — Reportagem de Francisco de Assis Barbosa



Imagem 23

As Primeiras Declarações do Genolino Amado, Depois de Assumir o Controle Das Informações Oficiais do Governo — "Começarei a Sentir Que Estou Cumprindo o Meu Programa, no Dia em Que o Serviço da A. N. Passar a Ser Solicitado Pelas Redações e Estações de Rádio — Reportagem de Francisco de Assis Barbosa

A declaração acima é importante, pois identifica o objetivo da direção de Genolino Amado frente a Agência Nacional. Como já foi indicado nos itens anteriores sua meta era tornar as produções da Agência necessárias à imprensa geral. Seu objetivo era divulgar ao máximo, não apenas para o Brasil, mas para o exterior, informações oficiais a respeito do governo de Vargas.

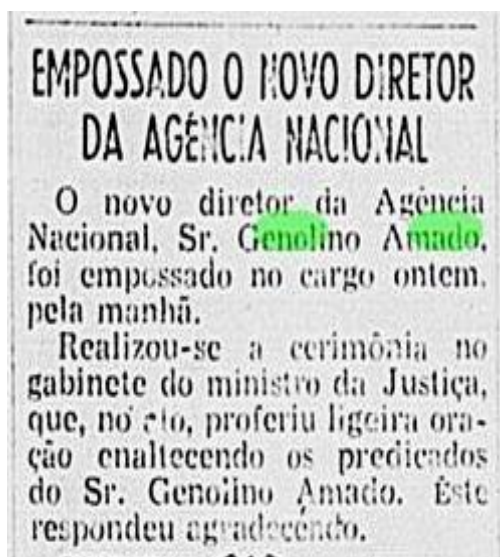


Imagem 24

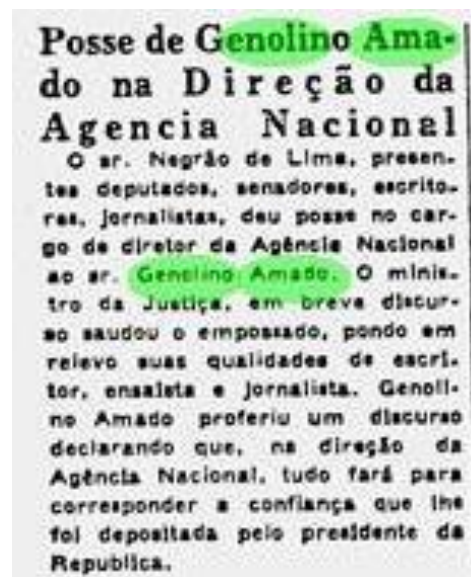


Imagem 25

Genolino era bem visto até mesmo pelos opositores do governo Vargas que o achavam íntegro e capaz de gerir da melhor maneira um órgão como a Agência Nacional.



Pois este é um livro que encontro de descansar, sendo útil; e como o jornal está cheio de notícias ruins, eu escolho as boas para dar aqui. Até logo, que vou meter uma gravata para assistir a posse do cronista Genolino Amado na direção da Agência Nacional — uma escolha tão certa e direita que até dá a impressão de que o sr. Vargas estava distraído e se enganou. Passe bem, meu irmão.

R. B.

Imagem 26

Através de algumas das correspondências expedidas por ele, e apresentadas nesse capítulo, identificamos seu esforço para a melhoria desse órgão do governo quando: denunciou as más condições de acondicionamento do material cinematográfico e fotográfico que por diversas vezes entrara em combustão; quando tentou reformular as Instruções Reguladoras da Agência Nacional, apontando para as suas novas necessidades, ampliações e divisões, perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; quando sugeriu ao Ministro que efetivasse os colaboradores “permanentes” da Agência, alertando-o para a falta de funcionários e para o aumento da demanda sobre

o órgão e seus setores; quando se empenhou para cumprir o que fora seu objetivo: despertar o interesse da imprensa acerca das publicações da Agência, insistindo na distribuição, para todo o país, das informações produzidas em seu interior; quando se empenhou em solicitar ao diretor do SAPS<sup>75</sup> que esse órgão passasse a administrar o refeitório que existia na Agência Nacional, trazendo uma melhoria nos serviços nutricionais para seus funcionários<sup>76</sup>; e quando expediu correspondência para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores a respeito da precariedade das viaturas que eram destinadas à locomoção, em serviço, dos jornalistas da Instituição<sup>77</sup>.

Além dessas requisições pontuais Genolino tinha uma percepção ampla das atividades concernentes à Agência Nacional e daquilo que excedia suas funções. Em constante contato com setores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como: Divisão do Pessoal, Divisão do Orçamento, Divisão do Material, Divisão de Obras e Departamento de Administração, Genolino deparou-se com algumas dificuldades, principalmente no que dizia respeito às aquisições de materiais para suprir todos os setores e urgências da Agência. Diversas correspondências expedidas por ele e direcionadas ao diretor da Divisão do Material solicitavam adiantamentos e pedidos de compra de passagens, diárias e outras despesas ou materiais de consumo. Através do relatório enviado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, contendo o resumo das atividades anuais de 1953, Genolino pontuou tal dificuldade.

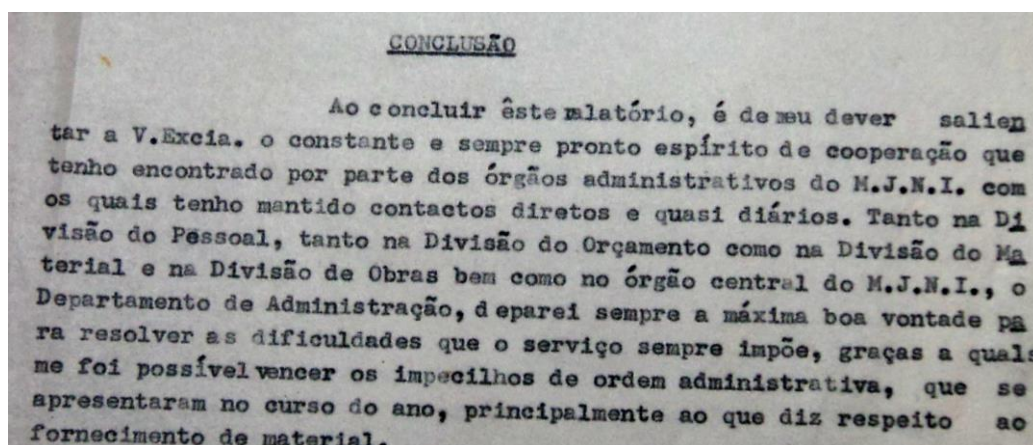


Imagem 27

<sup>75</sup> Serviço de Alimentação da Previdência Social, criado em 1942. Tal solicitação encontra-se na correspondência expedida pela Agência Nacional DAN/ 186 de 16 de Maio de 1953.

<sup>76</sup> Tal solicitação encontra-se na correspondência expedida DAN/186 em 16 de Maio de 1953, disponível no acervo da Agência Nacional, depositado no Arquivo Nacional.

<sup>77</sup> Tal solicitação encontra-se na correspondência expedida DAN/434 em 30 de Novembro de 1953, disponível no acervo da Agência Nacional, depositado no Arquivo Nacional.

A existência de uma comunicação direta entre a Agência Nacional e o Palácio do Catete fica explícita através das correspondências expedidas. Havia, nesse último, uma sala de imprensa, denominada anexo, onde um redator da Agência trabalhava e fornecia em primeira mão as informações e diretrizes passadas por Vargas e seu governo a serem divulgadas pela Agência. Tal telefone direto, chamado de *Magneto*, comunicava-se diretamente com a sede da Agência Nacional à Avenida Presidente Wilson.

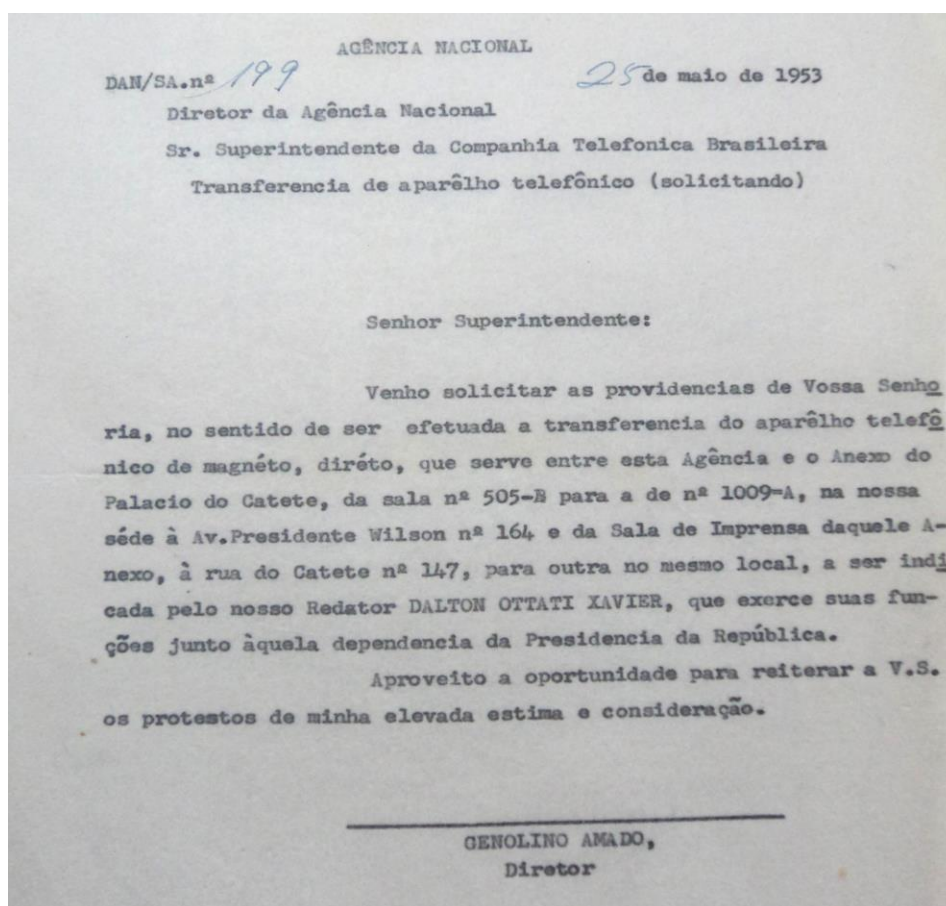


Imagem 28

Após uma mínima identificação daquele que assumiu a Direção geral da Agência Nacional durante a maior parte do governo Democrático de Vargas segue a exposição das atribuições dos cargos de direção e chefia da Agência Nacional, a partir das *Instruções Reguladoras da Estrutura e do Funcionamento da Agência Nacional*, identificando o nível de controle e autonomia que possuíam e, além disso, uma melhor visualização sobre a divisão de responsabilidades e sobre a hierarquia que, à época,

existia. Há alguns itens dessas atribuições que merecerão comentários por suscitarem dúvidas ou curiosidades.

Art. 30º - Ao Diretor da A.N., orientador e coordenador das atividades desse órgão, incumbe:

I – Despachar com o Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores;

II – Despachar com o Diretor da Divisão de Informações, com o Diretor da Secretaria e com o Diretor do Serviço de Administração;

III – Assinar o expediente da A.N. e delegar tal atribuição;

IV – Requisitar servidores por indicação dos dirigentes mencionados no item II;

V – Solicitar o preenchimento e propor a dispensa das funções de mensalista;

VI – Solicitar o processamento de admissão de contratados;

VII – Admitir e dispensar diaristas e tarefeiros de conformidade com a legislação em vigor;

VIII – Fixar vantagens e indenizações;

IX – Localizar os redatores correspondentes nas capitais dos Estados;

X – Localizar nos diferentes órgãos os servidores lotados na A.N.;

XI – Autorizar a requisição de transporte;

XII – Antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;

XIII – Autorizar a antecipação ou prorrogação remunerada do período normal de trabalho;

XIV – Designar e dispensar, por indicação do respectivo dirigente, os ocupantes de função de chefia, bem como os substitutos eventuais;

XV – Elogiar e impor penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias e de destituição de função, bem como propor à autoridade superior as penalidades que excederem à sua competência;

XVI – Designar e dispensar o seu secretário;

XVII – Determinar a apuração imediata de irregularidades ocorridas no serviço por meios sumários ou mediante processo administrativo;

XVIII – Expedir portarias, instruções e ordens de serviço;

XIX – Designar servidores da A.N. ou requisitados, para serviço, missão ou estudo em qualquer ponto do território nacional;

XX – Organizar a escala de férias dos servidores que lhe são diretamente subordinados;

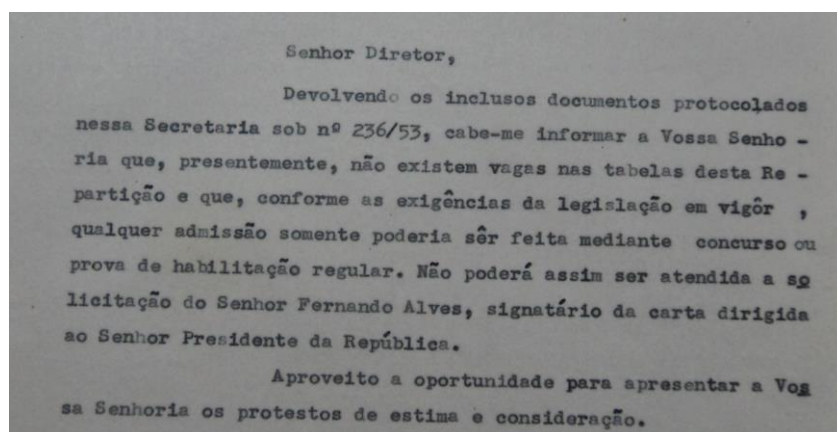
XXI – Expedir boletins de merecimento; e

XXII – Apresentar anualmente, ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, relatório circunstanciado das atividades da A.N., bem como observações sobre os serviços que lhe estão subordinados.<sup>78</sup>

As competências listadas acima variam entre atividades de gestão de pessoal, elaboração de normas, intermediação entre as posturas governamentais e as práticas institucionalizadas pela Agência, controle dos processos e expedientes e reporte de resultados e dificuldades às instâncias superiores, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O inciso IV legitima a requisição de servidores “*por indicação dos dirigentes mencionados no item II*”, ou seja, pelos diretores dos três núcleos macro da Agência Nacional: *Secretaria, Divisão de Informações e Serviço de Administração*. Através deste item chegamos à conclusão que não apenas os altos cargos eram ocupados por indicação, mas servidores, em geral, poderiam ser indicados a fazer parte da estrutura da Agência Nacional.

Porém, não há como afirmar a recorrência dessa prática, pelo menos durante o período em que Genolino Amado esteve à frente da direção da Agência, pois, em uma correspondência expedida por ele em resposta à secretaria da Presidência da República, o Diretor ratifica a necessidade da aprovação em um concurso público ou teste de habilidades para o indivíduo fazer parte do corpo de funcionários da Agência Nacional. Genolino recusou até mesmo um pedido, uma indicação, por parte de um deputado, feito a Lourival Fontes, chefe do gabinete Civil da Presidência<sup>79</sup>.



Senhor Diretor,

Devolvendo os inclusos documentos protocolados nessa Secretaria sob nº 236/53, cabe-me informar a Vossa Senhoria que, presentemente, não existem vagas nas tabelas desta Repartição e que, conforme as exigências da legislação em vigor, qualquer admissão somente poderia ser feita mediante concurso ou prova de habilitação regular. Não poderá assim ser atendida a solicitação do Senhor Fernando Alves, signatário da carta dirigida ao Senhor Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de estima e consideração.

Imagem 29

<sup>78</sup> Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional. Art. 30º.

<sup>79</sup> Correspondências Expedidas pela Agência Nacional, parte do Acervo do Arquivo Nacional. DAN/83 de 19 de Fevereiro de 1953.

Em uma correspondência enviada ao Ministro da justiça e Negócios Interiores Genolino Amado solicita a admissão, como funcionários da Agência Nacional, de diversos nomes, porém, no final da correspondência o Diretor explica que se tratam de colaboradores “permanentes” da Agência e que, por isso, entendia como justa suas admissões, não se tratando de indicações políticas.

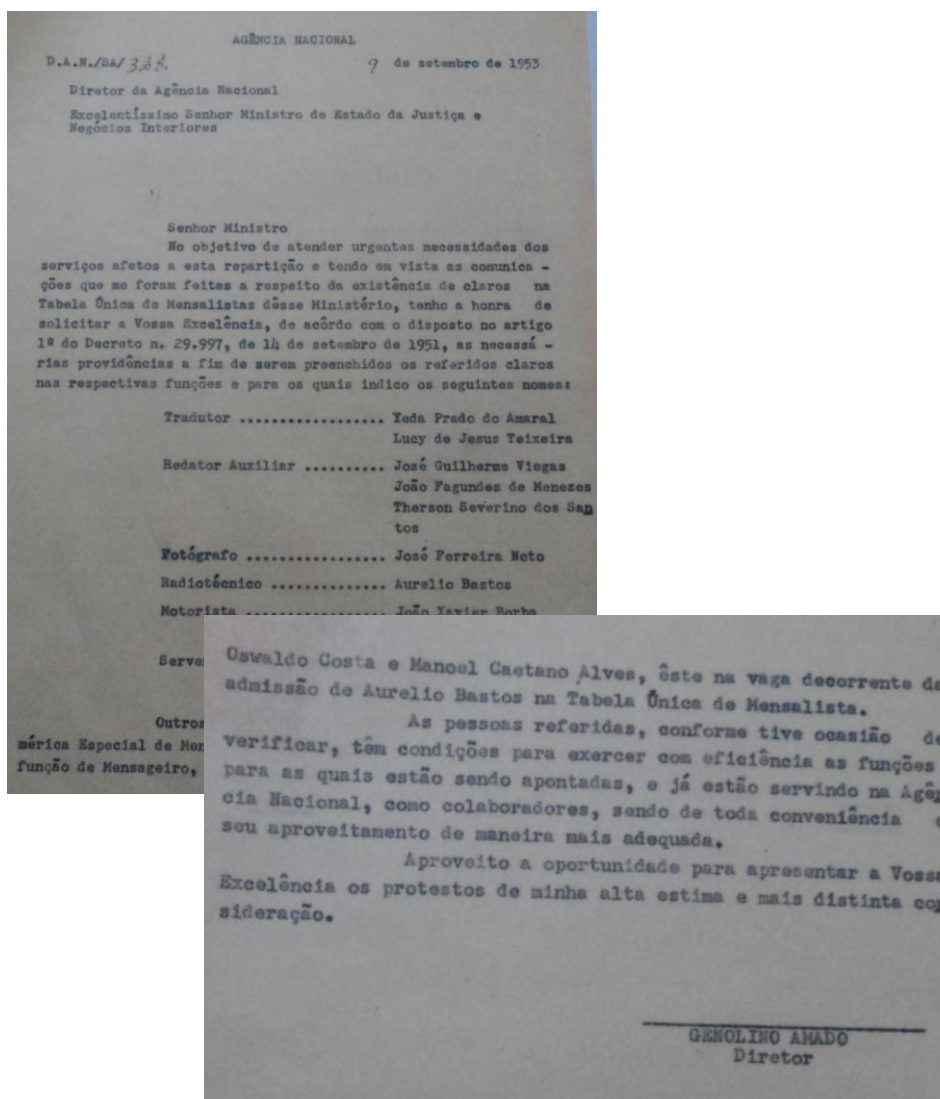


Imagem 30

Além das atribuições do Diretor Geral da Agência Nacional, estão identificadas abaixo as competências dos diretores dos três setores macro da Agência, já citados acima, que coordenam as demais áreas com seus respectivos chefes. Cada um dos três reporta-se ao Diretor Geral e também são cargos ocupados por concordância e nomeação do presidente da república.



Art. 31º - Aos demais Diretores compete:

I – Despachar pessoalmente com o Diretor da A.N.;

II – Despachar com os Chefes que lhes sejam subordinados;

III – Desenvolver o espírito de colaboração entre os órgãos dos seus setores de trabalho, procurando despertar e manter nos respectivos servidores os sentimentos de união e solidariedade, bem como o indispensável entusiasmo e orgulho pelas finalidades da A.N. e pelo próprio organismo que integram;

IV – Propor ao Diretor a requisição e a volta de servidores às respectivas repartições;

V – Solicitar a localização do número de servidores necessários ao bom andamento dos trabalhos do órgão que dirige;

VI – Propor a concessão de vantagens a seus servidores;

VII – Antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho até uma hora diária;

VIII – Propor ao diretor da A.N. os nomes dos servidores que devem exercer as funções de chefia, bem como os dos substitutos eventuais destes;

IX – Distribuir e redistribuir os seus servidores pelos órgãos diretamente subordinados, de acordo com as conveniências de serviço e em obediência às especializações funcionais;

X – Elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão de até 15 dias aos servidores localizados no órgão, propondo ao diretor da A.N. a aplicação da penalidade que exceder a sua alçada;

XI – Designar e dispensar o seu secretário;

XII – Determinar e autorizar a execução de serviço externo a ser realizado pelos chefes de serviço, Seção ou Turma, fazendo a devida comunicação ao Diretor do Serviço de Administração;

XIII – Organizar e alterar a escala de férias dos servidores que lhes são diretamente subordinados;

XIV – Aprovar a escala de férias dos servidores do órgão;

XV – Expedir boletins de merecimento;

XVI – Baixar instruções para execução dos serviços;

XVII – Distribuir pelos serviços e Seções os assuntos dependentes de estudo;

XVIII – Propor ao Diretor da A.N. quaisquer medidas consideradas necessárias ao bom andamento dos trabalhos ou ao aperfeiçoamento do serviço;

XIX – Promover as diligências necessárias à execução dos trabalhos a seu cargo;

XX – Organizar e autorizar a organização de turnos de trabalho de acordo com as necessidades do serviço;

XXI – Dirigir-se por delegação do Diretor da A.N. aos diretores ou Chefes de repartições públicas em objeto de competência do órgão; e

XXII – Apresentar anualmente ao Diretor da A.N. relatório circunstanciado sobre as suas atividades, ou, eventualmente, quando solicitado.<sup>80</sup>

Em conformidade com o item XXII “*Apresentar anualmente ao Diretor da A.N. relatório circunstanciado sobre as suas atividades, ou, eventualmente, quando solicitado*” eram enviadas, por Genolino Amado aos seus diretores subordinados, correspondências solicitando o relatório parcial das atividades realizadas em seus setores para que possa elaborar um relatório final a ser apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores acerca da produção da Agência Nacional, como já foi citado anteriormente.

Obedecendo a hierarquia de cargos estruturada na Agência Nacional, subordinados ao diretor geral estavam os diretores das três áreas macro da instituição, como foi apresentado acima, e subordinados a esses estavam os Chefes das subdivisões, que compõem essas três áreas. Esses Chefes estão mais próximos da produção e daqueles que a elaboram tendo, portanto, um controle maior sobre o produto final de sua seção. Suas atribuições são similares a dos diretores, porém, em escala menor.

Como já foi mencionado neste capítulo não há nenhuma menção nas *Instruções Reguladoras da Estrutura e do Funcionamento da Agência Nacional* acerca dos demais cargos que não sejam de direção ou chefia. Tal Portaria, de 1950, não especifica as atividades e competências a serem realizadas por cargos que não sejam de comando, nem mesmo como eram admitidos como servidores, colaboradores ou extranumerários da Agência Nacional.

Através da Correspondência de Genolino Amado, já apresentada, o ingresso na Agência Nacional, por concurso ou prova de habilitação regular, foi mencionado. Além disso, também através dessas correspondências, ficou claro que servidores de outros órgãos cumpriam seus horários na Agência Nacional – talvez por empréstimo, devido à falta de mão de obra como Genolino também apontou para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Porém, não há como afirmar que no período em que fora diretor não aceitou indicações, por mais que haja correspondências, expedidas por ele, demonstrando a recusa de alguns nomes e a ratificação da necessidade de concurso público.

---

<sup>80</sup>Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional. Art. 31º.

Na direção geral anterior, do major Caio Miranda, o qual ficou à frente da Agência Nacional por um ano, em 1951, surgiram denúncias na imprensa em relação a nepotismo e a efetivação de outros militares em cargos por sua indicação, ou seja, sem terem realizado concurso. Isso em um período em que dizia estar a Agência incapacitada de contratar e pagar a seus funcionários e estava, inclusive, com as gratificações e os salários de seus colaboradores atrasados.

Tal denúncia foi feita no Jornal *Diário de Notícias* de 16 de Março de 1951<sup>81</sup>, a qual foi desmentida pelo diretor e major Caio Miranda. A gestão de Genolino Amado, de 1952 a 1954, foi apresentada na imprensa de forma menos conflituosa, porém, não há, através da documentação pesquisada, como garantir que a única forma de ingresso na Agência era o concurso público.

A partir da mínima descrição e apresentação das atribuições, tanto dos serviços, setores, seções, divisões quanto dos cargos que os dirigem e administram percebemos a grandiosidade da estrutura da Agência Nacional e sua responsabilidade e importância, dentro do governo, em prover toda a parte de cultura, jornalismo, turismo e telecomunicações a serviço do poder vigente.

## **5 – A Agência Nacional e o seu Ministério**

A Agência Nacional era subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Este é o atual Ministério da Justiça brasileiro que, em sua renomeação, no ano de 1967, já havia deixado de compreender, sob sua jurisdição, assuntos concernentes à cultura, educação, turismo, telecomunicações, etc. Todas as funções que se estruturavam sob a nomenclatura “Negócios Interiores” foram atribuídas a outros ministérios criados posteriormente. Hoje em dia existem muito mais Ministérios que há tempos atrás, pois foram se tornando cada vez mais específicos e objetivos.

É interessante percebermos essas alterações ao longo do tempo. Quando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi criado, em 1891, suas responsabilidades eram bastante diferentes das de hoje, abrangendo o controle da instrução e da informação:

Art. 4º São da competencia do Ministerio da Justiça e dos Negocios Interiores:

---

<sup>81</sup> Jornal **Diário de Notícias** de 16 de Março de 1951. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_03&pesq=Servidores%20da%20Ag%C3%A2ncia%20Nacional&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=Servidores%20da%20Ag%C3%A2ncia%20Nacional&pasta=ano%20195) Acesso em: 02/04/2013.

- a) os serviços e negócios relativos á administração da justiça local do Districto Federal e á administração da justiça federal, tanto neste districto como nos Estados;
- b) a policia do Districto Federal, bem como a administração do Corpo de Bombeiros;
- c) a Guarda Nacional no Districto Federal e nos Estados;
- d) tudo que for concernente ao desenvolvimento das sciencias, letras e artes, á instrucção e á educação e seus respectivos institutos nos limites da competencia do Governo Federal, e inclusive a catechese dos indios;
- e) os demais serviços que pertencem ao actual Ministerio do Interior.<sup>82</sup>

A letra d) do artigo especifica como uma de suas atribuições o controle de “tudo que for concernente ao desenvolvimento das sciencias, letras e artes, á instrucção e á educação e seus respectivos institutos”. Não havia, como hoje em dia, Ministérios que cuidassem especificamente da cultura, da educação, e nem agências reguladoras criadas para dar conta dos serviços de Telecomunicações e Cinema, como hoje temos a ANATEL e ANCINE, criadas apenas em 1997 e 2001 respectivamente<sup>83</sup>.

Desde 1967 com a renomeação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para Ministério da Justiça, as competências deste órgão passam a ser apenas:

- I - Ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais.
- II - Segurança interna. Polícia Federal.
- III - Administração penitenciária.
- IV - Ministério Público.
- V - Documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais.<sup>84</sup>

Desta forma, deixa de ser competência do Ministério da Justiça responsabilidades a cerca de outros quesitos que não estes determinados acima. O mesmo Decreto-Lei que o renomeou e adequou suas funções citou o Ministério da Educação e Cultura (existente de 1953 a 1985) e o Ministério das Comunicações (desde 1967) como específicos para a gerência de seus objetos.

---

<sup>82</sup> Lei n.23 de 30 de Outubro de 1891 – Art. 4º. - Reorganiza os Serviços da Administração Federal

<sup>83</sup> Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 cria a ANATEL e Medida Provisória 2.228-1 de 6 de Setembro de 2001 cria a ANCINE.

<sup>84</sup> Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 – Art. 39º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

## 6 - Agência Nacional e seu Novo Regimento de 1956

Em 1956 foi elaborado um Novo Regimento para a Agência Nacional<sup>85</sup>, já no Governo de Juscelino Kubitschek. Este reordenou a estrutura da Agência criando mais órgãos, subdivisões específicas para o tratamento dos diversos tipos assuntos, antes condensados em menos setores (ANEXO 6). Neste momento a Agência Nacional ainda era subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Não serão tratadas aqui estas transformações ocorridas na instituição, pois o presente trabalho tem como delimitação cronologia o último governo Vargas, entre os anos 1951-54. Porém, é importante sinalizar as alterações, visto que representam nada menos que alterações ocorridas na política brasileira e nos diferentes governos que ocuparam a Presidência da República.

A Agência Nacional existiu de 1945-1979, aparentemente, sempre com a mesma finalidade, porém, há uma pequena diferença nos textos de 1950 e 1956 que falam de seu objetivo final e essa pequena distinção verbal também marca uma diferença entre esses dois momentos da política brasileira.

Art. 1º - A Agência Nacional (A.N.), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores tem por objetivo **ministrar** aos órgãos federais, estaduais e municipais, às associações privadas, à imprensa, ao rádio, às agências telegráficas e ao público em geral, toda a sorte de informações sobre assuntos de interesse do país, ligados à sua vida social, cívica, política, administrativa, econômica, financeira, cultural e artística. [Grifo meu].<sup>86</sup>

Art. 1º - A Agência Nacional (A.N.) órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (M.J.N.I.), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade **colaborar** com os órgãos federais, estaduais e municipais, associações privadas, imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e público em geral, mediante a divulgação de assuntos de interesse do País, ligados a sua vida política, econômica, financeira, administrativa, social, cultural, cívica e artística. [Grifo meu].<sup>87</sup>

Em 1950 a Agência Nacional assumia um papel de coordenação e distribuição, aos órgãos e empresas listados, de todo o noticiário e todas as informações a respeito dos “interesses do País”. Não que em 1956, na prática, ela tenha perdido esta função, mas a linguagem utilizada para explicitá-la já sugere uma postura mais branda do governo vigente, mais democrática, sugerindo uma colaboração em detrimento à

---

<sup>85</sup> Decreto nº 39.447, de 26 de Junho de 1956 – Aprova o Novo Regimento da Agência Nacional.

<sup>86</sup> Portaria nº 266, de 14 de Dezembro de 1950. Art. 1º - Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional.

<sup>87</sup> Decreto nº 39.447, de 26 de Junho de 1956. Art. 1º – Aprova o Novo Regimento da Agência Nacional.

gerência total, coordenação, sobre o objetivo, a produção e a distribuição das informações elaboradas pela Agência.

Em 1979, já no final do período ditatorial, esta é substituída pela Empresa Brasileira de Notícias, não mais subordinada ao Ministério da Justiça, mas à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

## **7 – Observações Finais**

A busca de um diálogo entre as Instruções Reguladoras da Agência Nacional, de 1950, e as correspondências expedidas pela mesma demonstrou, mesmo que superficialmente, uma correlação entre a lei e a prática. Muitos dos artigos expostos pela Portaria nº266 14 de Dezembro de 1950 foram reconhecidos através das demandas e resoluções de Genolino Amado.

Da mesma forma, outras questões, ausentes no texto legal, foram encontradas a partir da pesquisa com as correspondências expedidas pela Agência Nacional. O contraste entre a macro estrutura dessa instituição e, não apenas a falta de autonomia financeira, mas a dificuldade ao acesso de materiais essenciais para o trabalho executado foi o que mais se destacou, pois, a todo momento eram realizados pedidos de adiantamentos para as despesas da Agência e mesmo pedidos de materiais de papelaria e de laboratórios, e entre o pedido e sua efetivação, havia um espaço de tempo. Dificilmente essas demandas da Agência eram atendidas de imediato.

Porém, como um grande conjunto de departamentos, divisões, seções e serviços a Agência Nacional funcionou de forma a continuar mantendo, e até mesmo expandindo, a sua relação com setores da imprensa brasileira devido ao esforço de sua direção, nesse período, em distribuir suas produções para uma vasta rede de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas.

A estrita ligação que havia, também fisicamente, entre a Agência Nacional e o Palácio do Catete corroborava para que essa instituição se especializasse, cada vez mais, não apenas na produção de informações acerca do governo, mas na produção de propaganda política de Vargas a ser disseminada para todo o país através do rádio, da mídia impressa e do cinema.

## Capítulo III

# Versões da História

A dimensão ilusória da imagem como fiel reprodução do real fica então evidenciada a partir dessa possibilidade, o que nos leva a concluir com Pierre Sorlin (1994:95) que a imagem é mentirosa. Imagens podem ser utilizadas para quaisquer fins, não sendo por si só provas de verdade, muito embora não possamos desconhecer a existência de um registro do real na imagem documental.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> KORNIS, Mônica de Almeida. **Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950**, in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n°34, Julho-Dezembro de 2004, p.73

Este capítulo busca entender o Governo Democrático de Vargas através do embate de algumas narrativas que, em muitas vezes se complementam, em outras, contradizem-se, produzindo um quebra-cabeça com variadas peças em um jogo de forças de omissão e denúncia, enaltecimento e crítica, em construções e desconstruções constantes de um painel político, econômico, social e cultural que expôs os conflitos dos anos 1951 a 1954.

Através dos Cinejornais Informativos desse período, também, foram produzidas versões oficiais que pudessem ilustrar os objetivos, diretrizes, realizações e tomadas de decisões do governo, sob sua própria ótica. Sua produção era concluída a partir de filmagens realizadas e editadas pelo *Serviço de Rádio, Radiotelegrafia e Cinema* da Agência Nacional, mais precisamente no Laboratório de Cinema à Avenida Marechal Câmara, 350, e veiculadas em cinemas nacionais antes do filme principal.

Seu conteúdo consistia em eventos cotidianos da vida pública de Vargas e integrantes de seu governo. A exaltação da figura de Getúlio e das medidas políticas por ele tomadas eram o fio condutor da produção, assim como o era o empenho na ratificação da imagem do presidente como a solução para o Brasil e como o defensor e mesmo salvador dos trabalhadores e do povo brasileiro. Seu governo assumia um caráter salvacionista nessas narrativas oficiais, e a mobilidade de sua imagem mediante aos diversos temas abordados em um único Cinejornal Informativo lhe atribuía um caráter onipresente, onipotente e onisciente.

A utilização do cinema como canal de transmissão das mensagens oficiais não era novidade nos anos 1950. Tal prática já era recorrente e, desde a década de 1930, presente como instrumento de disseminação e construção de imagens não apenas acerca, mas pelo governo vigente. Por tanto, assumiam um caráter muito parcial e particular. Não nos cabe pensarmos dentro de uma lógica binária de certo e errado ou verdade e mentira. Os Cinejornais Informativos, assim como qualquer outra produção, oficial ou extra oficial, vão além de constatações simplistas que envolvam oposições entre o real, o fictício e o ideal.

Trabalharei com a noção de versões da História contadas tanto pela ótica do governo, o que também não significa, necessariamente, uma narrativa homogênea, quanto pela ótica de uma imprensa independente que, opositora ou não, traçou as características e eventos ocorridos no governo de forma, muitas vezes, mais crítica e abrangente, em um constante embate entre Culturas Políticas.



## 1 – Temáticas abordadas pelos Cinejornais

Muitos temas foram abordados nos Cinejornais informativos ao longo desses quase quatro anos de governo. Isso significa que tantos outros foram deixados à margem. Isso não quer dizer que estavam fora do âmbito de ação, ou mesmo, dos interesses do governo, mas apenas poderiam não corresponder aos objetivos pretendidos por tal produção. Sua característica áudio-visual, mais impactante por sensibilizar outros sentidos que não apenas a visão, além de facilitar uma interação com o público, assume um caráter mais verídico por trabalhar com imagens documentárias, no intuito de “provar” o que está sendo dito e, assim, transmitir o fato “exatamente como aconteceu”.

Ao longo dos quatro anos do Governo Democrático de Vargas os Cinejornais Informativos abordaram temas diversos como: 1. Relações entre governo e militares; 2. Relações exteriores/ Diplomáticas; 3. Cultura; 4. Assistência social; 5. Saúde e Educação; 6. Industrialização e modernização; 7. Políticas internas; 8. Manifestações populares; entre outros menos relevantes.

Tais temáticas construía em sua narrativa a harmonia, o equilíbrio, a legalidade e a força de um governo dinâmico e atento tanto aos problemas sociais quanto aos acordos diplomáticos, apresentando-se de maneira coesa, inclusiva, democrática e madura frente às demandas e aos deveres que o cargo impõe. Dentro de cada um dos oito temas apresentados e estipulados acima variados assuntos eram abordados, por exemplo:

Em relação à temática 1: Homenagens e condecorações a chefes das Forças Armadas, com festas e almoços, contando com a presença de Getúlio e seus ministros, eram recorrentes nos Cinejornais. Visitas a quartéis, à Vila Militar e a campos de treinamento e pilotagem, para batismo de novos aviões das Forças aéreas da Aeronáutica, assim como, formatura e diplomação de cadetes eram assuntos reincidentes e que ratificavam a boa relação estabelecida entre o governo e os setores militares brasileiros. Havia também homenagens prestadas pelos militares a Getúlio Vargas, imagens que contribuía para a criação de uma legitimidade quanto ao governo eleito e estabelecido, pois contava com o apoio, consentimento e satisfação das Forças Armadas.

Em relação à temática 2: Reuniões e congressos com representantes, principalmente, norte americanos, mas também da América Latina, para trocas políticas e culturais, como o 1º Congresso da União Latina, realizado no Palácio Quitandinha em Petrópolis, com o objetivo de *“irmanar ainda mais os países latinos, sem outros*

*objetivos senão o de paz e de amor à cultura e à inteligência*”<sup>89</sup> e a 5ª Conferência dos Estados das Américas contribuíram para a formação da imagem de um governo estável e compatível com a Nova Ordem mundial que se solidificava após a Segunda guerra Mundial, baseada na diplomacia, na busca pela paz, equilíbrio e apoio entre as nações aliadas frente ao inimigo comum representado pelo comunismo.

As visitas de Pierre De Gaulle, prefeito de Paris e sobrinho do General De Gaulle, comandante da resistência francesa contra a política de Vichy, fez-se presente em mais de um Cinejornal, sendo convidado ao Catete para receber homenagens do governo Vargas. Acordos assinados entre o governo e a ONU e entre órgãos como o SENAI e a Repartição Internacional do Trabalho, visando “*pela ajuda técnica, melhorar o padrão de vida no continente americano*”<sup>90</sup> demonstravam as movimentações feitas por Vargas e seus ministros em prol dos trabalhadores, além de apresentarem um governo mantenedor de boas relações com países e órgãos, pilares da Nova Ordem Mundial.

Além disso, também podem ser incluídas nessa temática as entregas de credenciais a Vargas dos embaixadores estrangeiros no Brasil, além de condecorações oferecidas ao presidente, demonstrando uma boa relação entre o governo brasileiro e os demais países, como: China, Líbano, Peru, República Dominicana, União Sul Africana, Síria, etc.

Em relação à temática 3: os Cinejornais Informativos exibiam manifestações culturais populares e clássicas através de exposições de pintores estrangeiros, muitas delas no Museu de Belas Artes; esculturas; fotografias; peças teatrais; e a apresentação de parte do folclore e tradições brasileiras como, por exemplo, em dois eventos políticos ocorridos em 1951: um, o Congresso de Integração Nacional realizado em Salvador – BA, trouxe a capoeira para encerrar o evento e o outro, o Congresso do Folclore na Quinta da Boa Vista, exaltou a tradição cultural brasileira, através de demonstrações do folclore de regiões do país, sendo descrita a cena, pela voz em off e ao som de Brasileirinho:

---

<sup>89</sup> Cinejornal Informativo s. n. [III]. Edição Especial (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiCldSGIPUyY8pGoKNE9jiJ-WqWTVsGi7hWc09cZ7yd0M.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiCldSGIPUyY8pGoKNE9jiJ-WqWTVsGi7hWc09cZ7yd0M.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 11/11/2012

<sup>90</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 47 (1951) Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiFXNo39NxF89-l8AzMyGSIuzJZC6BhKrljgEVDYgSo2o.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiFXNo39NxF89-l8AzMyGSIuzJZC6BhKrljgEVDYgSo2o.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 11/11/2012

Um dos pontos destacados dessa festa de confraternização, os participantes ao Congresso de Folclore, honrada com a presença do presidente Getúlio Vargas é sem dúvida a apresentação de números de Folclore. São flagrantes típicos da terra carioca, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Todos, agradam sobre modo a todos os convivas. Danças regionais têm interpretação perfeita por parte dos elementos vindos, especialmente, para reviver essas tradições e os assistentes não regateiam aplausos, nem escondem sua satisfação pelo brilho dos números apresentados. A magnífica parada do nosso Folclore e aquilo que ele tem de mais expressivo. O presidente Vargas rende também sua homenagem aos talentosos interpretes de nossos costumes regionais.<sup>91</sup>

Em relação à temática 4: eram freqüentes as cenas de demonstrações da generosidade de Vargas e seu governo, nesse quesito representado pela Legião Brasileira de Assistência - LBA tendo à frente sua esposa Darcy Vargas. Distribuição de presentes aos pobres, visitas a asilos, doação de casas próprias, entrega de muletas aos “inválidos”, festas de caridade para angariar fundos às ações sociais, entre outras, eram cenas freqüentes que contribuía para a imagem de um governo preocupado e comprometido com o povo brasileiro, agindo além da burocracia e reduzindo a distância em relação ao povo.

A forte seca que atingiu cidades do Nordeste brasileiro em 1951 foi retratada pelos Cinejornais entoando as medidas tomadas pelo governo para amenizar e solucionar o problema, deixando registrado que “o governo faz, às vezes, até mais do que pode!”. Abaixo as transcrições da narração dos dois Cinejornais que abordaram essa temática ao longo de 1951. Se repararmos, Luiz Augusto, locutor desse Cinejornal, começa a narração falando da prosperidade de Fortaleza e sua modernização, mostrando que o que cabe ao governo cuidar é realizado e preservado, mas a terrível situação de outras partes do Nordeste decorre de fenômenos naturais e não de uma possível má atuação do governo. E, mesmo assim, Vargas não poupou esforços para minimizar a tragédia natural.

Aspectos de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Bem edificada, com excelentes jardins, muito limpa, Fortaleza é das mais prósperas e avançadas cidades do Norte do país. Estabelecimentos da subsistência da Décima Região militar em Fortaleza, sua chefia cabe ao major João Alves Granjeiro que controla os depósitos de alimentação da Legião Brasileira de Assistência. Desde 30 de Julho último, trabalha-se aí, intensamente, com o objetivo de levar víveres ao interior do Estado, distribuindo-os entre os necessitados. Viajando rumo ao interior cearense o cinegrafista recolhe flagrantes de flagelados, que procuram outras paragens menos causticadas pela estiagem. Rios completamente secos. Na sua corrida atrás de água o sertanejo escavaca

---

<sup>91</sup> Idem.

o leito desses rios, às vezes, encontrando um fio d'água. Então, recolhe o precioso líquido e o carrega em barricas. Mesmo não sendo pura, essa água é usada em todos os misteres domésticos. Em Pentecostes há inúmeras moradias de flagelados. São casas rústicas, de gramagem, sem o mínimo conforto, em as quais homens, mulheres e criança, vivem resignados à espera de dias melhores. Tomando a seu cargo a tarefa de amparar os flagelados, a Legião Brasileira de Assistência está providenciando a remessa de socorros médicos, roupa e alimentação para essa pobre gente, vítima da inclemência da seca. É uma tarefa humanitária que, felizmente, ganha agora um ritmo intenso. Para atender a essa gente a água é apanhada a grande distancia e distribuída equitativamente, evitando-se desperdício. Durante sua recente visita ao Nordeste, a senhora Darcy Vargas, presidente da LBA, visitou as obras que estão sendo realizadas na zona flagelada de Pentecostes, constante de ambulatórios, maternidades e lactários. Em contato com as famílias do local, dona Darcy Vargas pode anotar tudo quanto o que é necessário realizar imediatamente para amparar as vítimas dessa terrível estiagem. Já funciona um lactário que faz diariamente distribuição de leite. A visita da primeira dama do país foi assim proveitosa, pode, de perto, vendo e sentindo às necessidades dos flagelados, dona Darcy Vargas determinar todas as providências que a situação reclama. Os socorros serão intensificados nessa zona a fim de minorar as agruras que passam os quantos nela residentes se viam desprovidos de tudo. É um trabalho insano esse que a LBA está realizando no Nordeste ressequido. Para dar trabalho aos homens o governo está construindo o açude de Pentecostes. As obras tomam a cada dia maior incremento. Oito mil homens estão aí trabalhando, em três turnos de quatro horas para cada grupo de trabalhadores. É uma obra de vulto que virá trazer benefícios sem conta para a população local e das redondezas. O açude tem de comprimento de parede mil duzentos e setenta e quatro metros. Sendo a largura da parede de seis metros e a profundidade de 26. Sua capacidade será de 400 milhões de metros cúbicos, sendo o sangradouro a três quilômetros de distância. O açude uma vez estando pronto e cheio fica a três metros para baixo da parede jamais havendo dessa forma a possibilidade de transbordos. Será uma obra, sem dúvida gigantesca, e agora representa a solução para amparar milhares de criaturas, pois dá trabalho a toda uma legião de pais de família que se viram pelos rigores da seca reduzidos a mais extrema miséria. O governo fornece materiais de subsistência a preços reduzidos, facilitando assim, sobre modo, a vida de trabalhadores, em um total de 8 mil homes. Solução como está, visando dar trabalho aos flagelados. O governo adota em outros pontos da zona atingida pelo flagelo, abrindo estradas e abrindo açudes.<sup>92</sup>

Depois de apresentar a difícil situação da seca na região do Nordeste o Cinejornal segue com sequências exultando a atividade da LBA em prol da população local. Há trechos da narração que o caráter salvacionista do governo fica bastante claro, como: *“Tomando a seu cargo a tarefa de amparar os flagelados, a Legião Brasileira de Assistência está providenciando a remessa de socorros médicos, roupa e alimentação para essa pobre gente, vítima da inclemência da seca. É uma tarefa humanitária que,*

---

<sup>92</sup> Cinejornal Informativo s.n. [IX]. Edição Especial (1951). Disponível em: [http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgi-71-FGvh8Caj5qlpjGv\\_VW4vw94v2-rTV-vDHPZUIpE.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgi-71-FGvh8Caj5qlpjGv_VW4vw94v2-rTV-vDHPZUIpE.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 17/02/2013.

*felizmente, ganha agora um ritmo intenso.*”. E, em: “*é um trabalho insano esse que a LBA está realizando no Nordeste ressequido.*”.

Mais adiante, ao tratar dos Cinejornais que cobriram a seca de 1953, outra forma de construção da imagem do governo, a respeito da mesma temática foi percebida. Enquanto o problema da seca, em 1951, compartilhou, em certa medida, o protagonismo do Cinejornal, junto às medidas do governo – servindo para destacá-las ainda mais - em 1953, o problema da seca quase não apareceu dando espaço apenas para as medidas tomadas pelo governo para solucionar a grave questão. Esse foco mais específico e unilateral, valorizando somente as ações do governo, coincide com o acirramento das oposições a Vargas em 1953.

Tais abordagens denominadas de “assistencialistas” suscitavam um caráter menos formal ao governo e mais próximo às demandas e dificuldades vividas pelas camadas populares, mostrando que Vargas governava para todos e não apenas para a elite brasileira. Esse tipo de ofensiva, desde o Estado Novo, contribuiu para o rótulo de populista<sup>93</sup> dado à Vargas por setores da oposição.

Em relação à temática 5: os Cinejornais Informativos discorreram sobre situações mais pontuais, como: o combate à Malária; visita ao Hospital Souza Aguiar; exposição e congresso sobre radiologia, formatura da turma de jornalistas da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro; e a construção de um novo prédio para a faculdade de Química, além da recepção a estudantes e magistrados da Faculdade de Coimbra e formatura de turmas de Direito em faculdades nacionais.

Sendo que a produção sobre o Hospital Souza Aguiar, que durou nove minutos e meio, foi uma ode ao funcionamento da saúde na capital federal, e mesmo no governo Vargas, exibindo casos de sucesso, eficiência, eficácia e modernismo da saúde brasileira a partir de uma propaganda consistente. Abaixo, vale ressaltar alguns trechos da narração desse Cinejornal por Luiz Augusto<sup>94</sup>, o qual tem como texto de abertura: “*Todas as cenas desse filme são autênticas e foram tomadas no Hospital do Pronto Socorro, focalizando as reais atividades daquele Nosocômio*”.

---

<sup>93</sup> Sobre Populismo na política brasileira ler: FERREIRA, Jorge. “**O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. P. 59-124.

<sup>94</sup> Cinejornal Informativo s. n. [XXVII] (1951). LUTANDO CONTRA A MORTE. Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgi\\_Qtq5JFG7JutzxR2WaQlop8jjYdDnhAqY12cB9ga\\_Ec.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgi_Qtq5JFG7JutzxR2WaQlop8jjYdDnhAqY12cB9ga_Ec.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/02/2013.

222121 o telefone do Pronto Socorro chama. Algo sério que necessita a presença de uma ambulância. A telefonista está atenta e cumpre seu dever com absoluta precisão. Não perde um segundo sequer em transmitir o apelo ao antigo e modelado hospital que tantos serviços presta à população carioca. É dada a guia ao motorista que sem demora dá a saída da ambulância. Com sua equipe integrada pelo médico e enfermeiro, afora o motorista e o ajudante, o veículo com a sirene avisando pedestres e veículos de sua aproximação, roda vertiginosamente vencendo a distância que a levará até onde haja alguém carecendo de socorro imediato. Os quilômetros são vencidos rapidamente, pois urge não perder um minuto sequer. Desta vez é um pobre operário que tombou do terceiro andar ao solo. O caso é grave e a solicitude do facultativo se esmera afim de prestar os primeiros socorros ao acidentado. É o início da batalha para salvar uma vida. Os primeiros socorros são essenciais. A maca retorna ao veículo conduzindo a vítima. É necessário levá-la o quanto antes ao pronto socorro para a eficiência da medicação, dada à gravidade do caso. E a ambulância célere rumo para o nosocômio da Praça da República. O serviço do pronto socorro fundado à 26 anos é perfeito, absoluta ordem e presteza em tudo. Assim, com suas viaturas, vem o hospital desde 1925, atendendo à população carioca, servindo desveladamente a quantos dele carecem. (...) em fila no pátio as ambulâncias estão sempre prontas a sair aonde quer que sua presença seja reclamada.<sup>95</sup>

Um Cinejornal Informativo inteiro destinado às maravilhas do Hospital Souza Aguiar que, pelo menos na visão oficial, era um exemplo na área da saúde, e da eficiência do Ministério de educação e Saúde de 1951, tendo à frente o ministro Ernesto Simões Filho.

Em relação à temática 6: o foco recaiu sobre a cidade de Campos e suas usinas de açúcar, mostrando a modernização e a tecnologia chegando ao campo através de máquinas que facilitavam o trabalho de colheita, com isso, aumentando os lucros dos fazendeiros e industriais que dependem dessas matérias primas para a sua produção.

Os mais modernos processos são aplicados na usina Santo Amaro, onde há maquinaria de primeira ordem. Esta máquina, por exemplo, faz o corte da cana de tal maneira que facilita em muito a tarefa diária, duplicando a produção. Dessa forma a sanha do homem é simplificada pelo poder construtivo da mecânica. Aliás, todas as usinas do município estão aparelhadas para atenderem o volume cada vez mais crescente dos pedidos dos mercados consumidores.<sup>96</sup>

Como sinalizado no Capítulo I, os dois aspectos da política Vargasista que se apresentaram como pilares na campanha de 1950 e como propostas para seu mandato a partir de 1951 eram o nacionalismo e a implementação dos benefícios trabalhistas para

---

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Cinejornal Informativo s. n. [XI]. Edição Especial (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgign1w5zYTrw0s\\_1dogNqj9gCFtkyNkLf2XUvnka6wHak.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgign1w5zYTrw0s_1dogNqj9gCFtkyNkLf2XUvnka6wHak.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/10/2012

os trabalhadores rurais, através da Reforma Social. Porém, os Cinejornais desse ano não abordaram nenhuma temática voltada para a ampliação de tais garantias e direitos ao campo. Quando este era mencionado era para exaltar a modernização que se aproximava com máquinas e incentivos industrializantes que favorecessem a produção e colheita dos insumos indispensáveis à economia brasileira, seja para consumo interno ou exportação.

Os acordos assinados entre o Serviço Nacional de aprendizagem industrial (SENAI) e a Repartição Internacional do Trabalho, em 1951<sup>97</sup>, também buscou constituir mão-de-obra capacitada para a crescente industrialização do Brasil. E, no que se refere ao petróleo brasileiro e toda a discussão que o acompanha desde o governo Dutra, Vargas assinou mensagem ao Congresso sobre a sua industrialização com “capitais nacionais”, contando com a presença de todo seu ministério e representantes da imprensa.<sup>98</sup>

Apesar da narração em off do Cinejornal citar a prática de industrialização do petróleo apenas com capitais nacionais, a historiografia sobre esse período, como *Maria Celina D’Araujo em seu livro O Segundo Governo Vargas (...)*, aponta-nos para um persistente conflito acerca dessa temática do petróleo devido à postura de Vargas em criar a Petrobrás com capitais, também estrangeiros, angariando a oposição de diversos setores nacionalistas, principalmente militares. O conflito só foi amenizado com a Lei que sancionou a criação da Petrobrás, assinada em 1953, garantindo o monopólio estatal do petróleo.<sup>99</sup>

Em relação à temática 7: foram registrados o Congresso de Integração Nacional, em Salvador – BA, convenções do PSD, visita de representantes sindicais da Bahia prestando apoio ao governo de Vargas e a histórica recepção aos jangadeiros, vindos do Nordeste, novamente, para o reencontro com o presidente.

---

<sup>97</sup> Cinejornal Informativo. V.2 nº47 (1951)

<sup>98</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 51 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgirw3A0xyR6wKuxwCWDPhskVuLBRIWE7volJ9qjSGNFg.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgirw3A0xyR6wKuxwCWDPhskVuLBRIWE7volJ9qjSGNFg.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 01/02/2013

<sup>99</sup> LAMRÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer e MOREIRA, Regina da Luz. **Petrobrás**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>. Acesso em: 12/11/2012

Acompanhados pelo titular do Trabalho, o senhor Danton Coelho, são recebidos por Getúlio Vargas os representantes dos 52 sindicatos da Bahia. Em nome desses órgãos de classe é então hipotecada a solidariedade ao chefe da nação e apoio ao seu programa administrativo. O presidente Vargas agradece em rápidas palavras a expressiva manifestação dos trabalhadores baianos<sup>100</sup>.

A jangada Nossa Senhora de Assumpção, conduzida em um caminhão, chega ao Palácio do Catete com cinco bravos pescadores que fizeram com êxito o raio de Fortaleza ao Rio e são recebidos pelo chefe do governo. Os jangadeiros trazem uma mensagem contendo as aspirações dos homens que vivem da pesca no Nordeste. Esperam eles serem atendidos pelo chefe da nação e o Presidente Vargas promete estudar o pedido dos heróicos jangadeiros. Em linguagem simples e sincera, mestre Jerônimo diz de seu reconhecimento ao chefe do governo.<sup>101</sup>

Os dois últimos itens dessa temática apresentam um presidente receptivo e disponível para tratar diretamente com o povo, sem interlocutores. Um presidente que não apenas ouve e corresponde aos anseios populares como os recebe em seu próprio gabinete. Tais imagens contribuem para a construção da figura de Vargas como político representante dos interesses populares e dos trabalhadores.

As convenções ou reuniões com a cúpula e políticos do PSD, único partido com o qual Vargas se encontra ao longo das exposições dos Cinejornais de 1951, não deixam claros seus objetivos, pois a narração em off é superficial e concisa, não expondo as discussões em pauta, o que é uma perda, sabendo-se do apartidarismo do presidente, não termos esses diálogos apresentados.

Em um dos Cinejornais<sup>102</sup>, apresentando uma convenção do PSD, apareceu o governador do Rio de Janeiro Amaral Peixoto discursando, seguido por Nereu Ramos, do PSD de Santa Catarina, enquanto seus partidários os aplaudiam. Porém, não é exibido o teor da convenção e dos discursos proferidos. O mesmo se segue com outra exposição, em que Getúlio recebe no Palácio do Catete representantes federais e estaduais

---

<sup>100</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 34 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiMevtGEm9GpOf4J8fUVXhsxJ6XuHegm70tHoGutACbE4.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiMevtGEm9GpOf4J8fUVXhsxJ6XuHegm70tHoGutACbE4.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/12/2012

<sup>101</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 52 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgid8-Usyxh1eYIXb5nkQuK1CA\\_Qft-Ted9fWVAC2Rs0NY.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgid8-Usyxh1eYIXb5nkQuK1CA_Qft-Ted9fWVAC2Rs0NY.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/10/2012

<sup>102</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 21 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgi05Z2FJ4S1bzT\\_M5FlsFLnR8u2y4tOv156jh2-y3NMZg.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgi05Z2FJ4S1bzT_M5FlsFLnR8u2y4tOv156jh2-y3NMZg.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/02/2013



do PSD e que, igualmente, não foi demonstrado o objetivo do encontro, além das trocas de homenagens<sup>103</sup>.

Em relação à temática 8: os Cinejornais Informativos de 1951 apresentam como manifestação popular unicamente o Comício de estudantes contra o Comunismo e a narrativa em off da produção não poupa adjetivos pejorativos, críticas e denúncias ao regime comunista, bem em consonância com o período de Guerra Fria no qual viviam.

Regessos da Alemanha, decepcionados com o Comunismo, três jovens estudantes brasileiros denunciam a verdadeira farsa que é a doutrina Soviética e o fazem em comício público nas escadarias do Teatro Municipal, presenciados por grande massa popular. Com eloquência os estudantes relatam o regime de violência e de mistificação na URSS. Discursa Suane Nazaré de Andrade, sua oração é uma análise candente da burla russa, os processos incríveis adotados pelos vassalos de Stalin. A mentira, o engodo vil dos líderes vermelhos é estigmatizado pelo orador. Carmem Ribeiro diz também com eloquência de sua revolta do horror e injustiças que pode presenciar em Berlim, na parte Oriental. Tassiano Cordeiro é igualmente claro e impetuoso na sua análise do regime vermelho. Outros oradores se fazem ouvir, todos condenando com veemência os métodos comunistas.<sup>104</sup>

Os Cinejornais, recuperados pelo Arquivo Nacional e digitalizados para a consulta pública, apresentam uma gama variada de temas e assuntos, mas há um ponto em comum entre eles que é a exaltação da figura de Vargas e de seu governo, assim como a construção de uma realidade sem embates ou conflitos que os envolvessem, os quais, pelo contrário, mostravam-se em equilíbrio com o contexto da época.

Geralmente, tais Cinejornais Informativos abordam situações pontuais e isoladas como eventos, assinaturas de acordos, homenagens, matérias um pouco mais demoradas sobre alguma região do Brasil ou mesmo sobre algum produto ou ramo profissional. O esporte também foi representado pelo Iatismo, corridas de carro, golfe e aviação, assim como eventos e festas cívicas entoando o nacionalismo proclamado de Vargas.

Porém, notícias pontuais que não deram ensejo a confrontos ou disputas, ou que, pelo menos, seus desdobramentos, caso tenham existido, não foram exibidos pelos Cinejornais Informativos. Informes que terminavam em si próprios, mas de qualquer forma, expressaram o roteiro e o objetivo dessas produções que, como propagandas

---

<sup>103</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 45 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgim4MCuL7DRR0PRr59VTDi7kLhDh\\_kRllhi7c4rFAjNTQ.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgim4MCuL7DRR0PRr59VTDi7kLhDh_kRllhi7c4rFAjNTQ.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 13/02/2013

<sup>104</sup> Cinejornal Informativo v. 2 n. 38 (1951). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgilgbh2BEpJf6JCOPPFKfDpLWunUzmTNwXWn4H6tD6pR8.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgilgbh2BEpJf6JCOPPFKfDpLWunUzmTNwXWn4H6tD6pR8.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 05/02/2013

políticas, divulgam as realizações e as experiências positivas do governo Vargas, contribuindo para a criação de uma atmosfera pró-governo, ao mesmo tempo em que promove um diálogo com a população, prestando contas de um “dia-a-dia” de Getúlio Vargas e seus compromissos com a nação.

Os Cinejornais Informativos de 1952 não fogem muito aos assuntos abordados nas exibições do ano anterior. Os dois primeiros anos do governo Vargas, apesar de terem enfrentado muita oposição, tanto partidária, quanto militar – após a perda de força da ala nacionalista devido à derrota nas eleições para o Clube Militar, somada aos conflitos já existentes com o próprio governo que resultaram na saída de Estilac Leal do Ministério da guerra<sup>105</sup> - ainda foram anos menos conturbados que os dois últimos (1953-54), onde a situação já apresentava indícios de sua irreversibilidade, conforme exposto no Capítulo I.

Porém, em meados de 1952, a relação entre Vargas e os militares tornou-se mais complicada com a vitória da Cruzada Democrática para a presidência do Clube Militar em detrimento dos nacionalistas. A oposição a Getúlio acirrou-se com a posse do general Alcides Etchegoyen, contrário ao governo. O Cinejornal Informativo exibiu a posse do novo dirigente do Clube Militar sem expor as oposições e os conflitos já existentes entre a Cruzada Democrática e Vargas e muito menos sem mencionar tal eleição como ameaça, não apenas às políticas varguistas, mas ao próprio mandato do presidente.

A produção manteve, até 1954, no auge de uma situação de crise, uma postura que preservava o governo dos conflitos, confrontos e embates pelos quais vivenciava e se opunha. Principalmente, em relação ao Exército e às Forças Armadas em geral, pois era imprescindível a não exibição alarmante da perda de apoio de Vargas por tais setores. Preservaram a imagem do governo e da boa relação que havia entre este e setores militares. Porém, em paralelo, à concórdia perene entre essas duas forças, sustentada pelos Cinejornais Informativos, era criado um abismo, cada vez mais intransponível entre o governo e a Cruzada Democrática.

Em 1952, ano de sua promoção a general-de-divisão, o Brasil negociou um acordo militar com os Estados Unidos da América. Etchegoyen colocou-se ao lado dos defensores do acordo, exigindo ao mesmo tempo medidas mais enérgicas contra os comunistas. No mesmo ano, eram intensas as discussões sobre a questão do petróleo no Clube Militar. Contrário à tese nacionalista, o

---

<sup>105</sup> CASTRO, Celso, **Os militares e o segundo governo Vargas**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Militares> Acesso em: 12/02/2013

general Alcides encabeçou a chapa da Cruzada Democrática nas eleições para a presidência do Clube Militar, concorrendo contra outra liderada por Newton Estillac Leal. Realizadas em março de 1952, as eleições deram a vitória à chapa da Cruzada que, a partir de então, proibiu as discussões sobre a questão do petróleo no clube. Nas eleições seguintes, realizadas em 1954, apoiou a chapa vitoriosa, encabeçada por Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora. Em agosto de 1954, juntamente com outros generais, solidarizou-se com oficiais das outras armas, assinando um manifesto à nação onde se exigia a renúncia de Getúlio Vargas.<sup>106</sup>

Abaixo, a forma como foi narrada a posse do general Etchegoyen pelos Cinejornais informativos de 1952 que, ao que tudo indica, pelas cenas exibidas, não contou com a participação do presidente Vargas nem de seu vice Café Filho :

O secretário do Clube Militar abre a sessão solene que toma posse, no lugar de presidente o general Alcides Etchegoyen. Fala o general Estillac saudando o presidente eleito. Encerrando a sessão agradece o general Etchegoyen, novo dirigente da tradicional associação. O ato se reveste de grande brilhantismo, tendo comparecido várias autoridades e pessoas gradas. Tem lugar no salão nobre do Clube Militar um baile em homenagem ao presidente eleito. A elegante festa se inicia com o desfile de 30 debutantes que encantam a todos com a sua graça e distinção. Estão presentes, além de elementos de destaque de nossa sociedade, o senhor ministro da guerra, generais e oficiais do exército. O baile que se seguiu ao desfile ocorreu em um ambiente de regozijo e animação. Em nome das 30 debutantes falou a senhorita Luiza Ruiz Gonçalves. Usou também da palavra o general Etchegoyen. Finalmente tem início a valsa das debutantes que dançam com seus respectivos padrinhos. Logo em seguida os padrinhos são substituídos pelos jovens acompanhantes<sup>107</sup>

O aumento no salário mínimo, concedido por Vargas em 1952, também foi apresentado pelos Cinejornais, contando com a presença de empresários, líderes sindicais e representantes militares, além de políticos do governo. O aumento, após quase dez anos de estagnação e constante desvalorização<sup>108</sup>, não significou uma melhora considerável na vida do trabalhador devido à inflação e ao encarecimento do custo de

---

<sup>106</sup> Verbete sobre **Alcides Etchegoyen**. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alcides\\_etchegoyen](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alcides_etchegoyen) Acesso em: 12/02/2013.

<sup>107</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 20 (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiAfuMwB5m-aF3x1zI3pvB-9RAmJ2a75NeVBM7vxbY\\_7c.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiAfuMwB5m-aF3x1zI3pvB-9RAmJ2a75NeVBM7vxbY_7c.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 12/02/2013

<sup>108</sup> Tabela. Disponível em: [http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo\\_1940a1999.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm) Acesso em 13/02/2013. Ou Disponível em: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> Acesso em: 13/02/2013.

vida. E, aproximadamente, um ano depois, em Março de 1953, eclodiu a greve dos 300 mil paralisando fábricas e indústrias<sup>109</sup>.

(...) durante os anos de 1951 e 1952, a inflação e o custo de vida subiram bem mais que o salário mínimo, que, desde 1943, quando fora criado, recebera um único e insuficiente aumento. Juntando-se os dois lados da moeda – difíceis condições salariais e maior liberdade para a mobilização sindical –, o resultado é um grande número de greves. Segundo alguns cálculos, elas alcançaram a cifra de 264 nesses dois anos, concentrando suas reivindicações nos aumentos salariais ou no pagamento de salários atrasados. A categoria que mais se fez presente foi a dos operários têxteis, mais numerosos devido ao perfil da indústria do país nos anos 1950.<sup>110</sup>

Abaixo, a narração do Cinejornal a respeito do aumento que, além de apresentá-lo como um grande benefício ao trabalhador, não menciona o processo inflacionário que o Brasil vinha sofrendo, sendo necessário esse ajuste para, pelo menos, tentar equiparar o salário mínimo à inflação, repondo as perdas salariais desses quase dez anos sem reajustes.

No Palácio do Catete realiza-se solenidade de assinatura do chefe do governo do decreto que fixa os novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional. Autoridades e líderes sindicais estão presentes. O titular da pasta do trabalho, ministro Segadas Vianna. O presidente Getúlio Vargas dirige-se aos trabalhadores do Brasil. Ao terminar a sua vibrante oração o chefe da nação é vivamente aplaudido por todos os presentes. Os líderes sindicais, altas autoridades civis e militares, jornalistas, todos solicitam o chefe do governo no momento em que sua excelência acaba de atender aos reclamos dos trabalhadores de todo o país<sup>111</sup>

Um Cinejornal de 1952, também, interessante, por alguns motivos, é o que mostra o presidente Vargas passeando por Petrópolis, cidade da Região Serrana do Rio de Janeiro. Em 1951 não havia tido nenhuma produção como essa<sup>112</sup>. Todas as vezes que Getúlio apareceu era a trabalho, mesmo em se tratando de banquetes, exposições, feiras, inaugurações ou solenidades em geral. Porém, esta temática, especificamente, mostra um presidente com tempo livre, passeando nas ruas de Petrópolis sem nenhum

---

<sup>109</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Trabalhadores, Movimentos Sindicais e Greves**. CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores\\_movimento\\_sindical\\_e\\_greves](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_greves) Acesso em: 13/02/2013

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 1 (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiVBrYQl6vMR5kGtPfuA19wlubfCQg22c2XPf3szhc7\\_E.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiVBrYQl6vMR5kGtPfuA19wlubfCQg22c2XPf3szhc7_E.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 14/02/2013

<sup>112</sup> Pelo menos dos Cinejornais recuperados pelo Arquivo Nacional e digitalizados no portal Zappiens.

compromisso político, além do da exibição pública de sua figura. Apresentar, mais uma vez, e por outras vias, Vargas acessível ao povo, aceitando bombons de uma criança que o cumprimenta afetiva e respeitosamente. Em um momento da cena Getúlio fica rodeado de crianças o que lhe empresta um ar calmo e bonachão, quase inofensivo e, acima de tudo, protetor.

Tal passeio à pé pelas ruas de Petrópolis não foi gratuito, havia uma equipe ou pelo menos um cinegrafista da Agência Nacional fazendo a cobertura desse momento para ser veiculado posteriormente. Vargas caminhando pelas ruas como um transeunte comum, misturando-se ao povo à medida que a este não era vedado o acesso ao presidente para cumprimentos e saudações. Essa era uma boa forma de exaltar o carisma e a simplicidade de Getúlio. A narração do Cinejornal ratifica que esse era um dos “raros” momentos de descanso do presidente, ou seja, mesmo nesses momentos escassos ele faz questão de estar com o povo, como se sua vida pessoal e a profissional fossem uma só e que a própria população poderia participar desse momento de descanso do presidente, compartilhando sua presença pelas ruas de Petrópolis.



Imagem 31

Aproveitando um dos seus raros momentos de descanso, o presidente dá um passeio à pé pelas ruas de Petrópolis fazendo durante cerca de uma hora todo o circuito da cidade. O presidente no seu passeio pela bela cidade serrana é

alvo das mais variadas manifestações de simpatia por parte do povo. A criança que vemos ao seu lado ofereceu-lhe bombom saudando-o com a maior simplicidade “Alô Doutor Getúlio! Como vai?”<sup>113</sup>

Sobre a temática da modernização, outro Cinejornal de 1952 a traduz de forma clara e objetiva, em acordo com as aspirações tecnológicas e industrializantes do período. O avanço tecnológico, não apenas representou, mas ainda representa a força e a atuação de um país no cenário mundial. Sua capacidade de produzir energia e maquinários sinalizava o grau de desenvolvimento e modernização de um governo, sendo respeitado pelas ações “grandiosas” e pelo incentivo à ciência e ao aparelhamento militar<sup>114</sup>. Os Cinejornais Informativos, desde 1951, buscaram apresentar essa faceta de modernidade e industrialização brasileiras como representantes do progresso do país, associado ao nacional desenvolvimentismo com concessões ao capital estrangeiro, mas precisamente, o norte americano.

Agora que o mundo entra na chamada Era Atômica o Brasil não pode ficar à margem dessas conquistas. Trabalharemos, mobilizaremos nosso pessoal especializado e daremos o maior dos nossos esforços para que isso se torne uma realidade. Dominaremos e aplicaremos essas novas forças na medicina, em nossas indústrias e nossos transportes. Brasil: o país que deu ao mundo o prodígio da aviação entra com o pé direito na energia nuclear<sup>115</sup>

Em outro número, com o título: *Locomotivas adquiridas pelo governo brasileiro*, novamente o tom de progresso e superioridade da narração do Cinejornal Informativo apontava para um governo participativo e agente da modernização do país. A nova identidade assumida pelo Brasil frente aos esforços realizados para seu desenvolvimento tecnológico foi construindo-se no decorrer na década de 1950. E, apesar de Vargas apresentar receios quanto aos capitais e interesses estrangeiros, tal modernização não se iniciaria sem os mesmos. Tal foi o nacionalismo implementado e defendido por Vargas, como exposto no capítulo I, ao fazer acordos com os capitais que auxiliariam o desenvolvimento brasileiro, porém, diretamente, não o controlariam.

Locomotivas adquiridas pelo governo brasileiro, que vão contribuir para o melhor funcionamento das nossas estradas de ferro. São locomotivas modernas e estão prontas para um trabalho eficiente e regular. É transmitida a saída. Já em marcha, as novas unidades da Central do Brasil entram no horário normal de trabalho, facilitando o transporte que se torna mais difícil

---

<sup>113</sup> Cinejornal Informativo s. n. [IV] (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn\\_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsg1il3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsg1il3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

com o aumento da população e a convergência de pessoas que diariamente se dirigem para o Rio de Janeiro<sup>116</sup>.

A parada de Sete de Setembro de 1952 também foi filmada pela Agência Nacional e exibida em um Cinejornal com onze minutos e vinte e oito segundos, uma das maiores durações, se não a maior do período democrático de Vargas. E, a partir dessa produção é possível identificar mais de uma temática, daquelas sugeridas como estrutura para os Cinejornais Informativos apresentados pelo presente trabalho.

Corroborando com a questão da modernização do Brasil, discutida acima, o Cinejornal demonstrou o poderio militar a partir de seus aparelhos e veículos de guerra, exultando tal “tecnologia de ponta” e, simultaneamente, as nossas Forças Armadas, como símbolos do progresso do Brasil e da união com o presidente Getúlio Vargas que, da tribuna presidencial, cercado por políticos, militares e em companhia da primeira dama assistia a Parada, encerrando-a com o seu próprio desfile em um carro sem capota, acenando para a multidão, acompanhado por militares.

Porém, vale lembrar que as relações entre os militares e Vargas já não eram as melhores, principalmente, após a vitória da Cruzada Democrática para a presidência do Clube Militar em Maio, do mesmo ano, onde correntes anti-comunistas e, inclusive, anti-Getulistas, assumiram o poder através do general Alcides Etchegoyen, com o dobro dos votos recebidos pelos “nacionalistas”.

Tal indisposição não refletiu no conteúdo dos Cinejornais e tampouco na forma como esses conteúdos eram transmitidos. Ao longo da Parada de Sete de Setembro, exibida, não se percebe qualquer atrito entre Vargas e militares, pelo contrário, as imagens conjugadas com as narrações em off ilustram uma perfeita harmonia, ausência de insatisfações ou mesmo clima belicoso.

(...) em seguida são as tropas mecanizadas que desfilam, impressionando pelo conjunto poderoso das máquinas de guerra. Dirigidos por soldados experimentados, esses mecanismos representam um dos principais espelhos do nosso Exército. Continua o desfile do agrupamento de artilharia, exibindo máquinas leves e pesadas, que constituem um magnífico aparelhamento moderno e eficiente. A sua função é da maior importância na manutenção da

---

<sup>114</sup> Lembrando que se trata de uma época pós-Segunda guerra e em plena Guerra Fria.

<sup>115</sup> Cinejornal Informativo s. n. [IV] (1952). Disponível em:  
[http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn\\_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsg1il3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiTJbB4Jn_Tt0qkoFMPu7zxDS5MEvZtfsg1il3g6aVC2E.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

<sup>116</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 23 (1952). Disponível em:  
[http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgilg9CQxqnpNQFkI86BhqltU1M54JuNqcX4cI2flaPm6Y.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgilg9CQxqnpNQFkI86BhqltU1M54JuNqcX4cI2flaPm6Y.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

paz, assim como nas necessidades da guerra. Os possantes refletores antiaéreos em grande número precedem os canhões de artilharia de costas. Essas são as armas que defendem as nossas costas. As máquinas de longo alcance rodam pelo asfalto da rua em uma demonstração de nosso equipamento de guerra. Desfila agora o núcleo da Divisão Blindada, constituído pelos primeiro, segundo e terceiro batalhão de carros de combate. Outros aspectos da Parada é quando passam as Divisões blindadas. Em seguida vem os tanques, poderosas máquinas do Exército. Na frente vem os elementos mais leves, vindo depois o grupo dos tanques pesados que encerram o desfile da Divisão Blindada<sup>117</sup>

O que é de se estranhar, em contraposição com a narração acima, é o fato de menos de um ano e meio depois do evento os militares, a propósito do aumento no salário mínimo de 100% concedido por João Goulart e Vargas, terem exposto no Manifesto dos Coronéis a insatisfação não apenas quanto ao soldo recebido e sem perspectiva de aumento, mas também quanto ao descaso do presidente em relação às Forças Armadas e a falta de reaparelhamento mediante os equipamentos obsoletos<sup>118</sup>.

Outros relevantes eventos foram destacados nos Cinejornais de 1952. Comemorações a respeito dos governos anteriores do próprio Getúlio, como o aniversário da Revolução de 1930 e mesmo uma homenagem aos soldados mortos na luta contra a Intentona Comunista em 1935, marcaram presença nas produções como forma de preservar uma memória oficial a respeito não dos acontecimentos isolados, mas do governo do qual fizeram parte. E ambas as comemorações foram acompanhadas por militares das Forças Armadas brasileiras ao lado de Getúlio Vargas.

A comemoração pelo aniversário da Revolução de 1930 foi exibida pelos Cinejornais enaltecendo os progressos trazidos ao país pelo novo governo formado. Em seguida, há a apresentação de milhares de trabalhadores com cartazes, aclamando Getúlio Vargas em frente ao Palácio do Catete, enquanto o presidente do Sindicato dos Vigilantes portuários fazia um discurso, ao lado do presidente, na sacada do Palácio. Essa sequencia de imagens associa diretamente a Revolução de 1930 e a figura de

---

<sup>117</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 29 (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgih4NS-QNUk4-SK7h3VwpChn9CnRSQOwOtHrcMVIM5q2w.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgih4NS-QNUk4-SK7h3VwpChn9CnRSQOwOtHrcMVIM5q2w.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

<sup>118</sup> COSTA, Célia. **João Goulart, o aumento no salário mínimo e o Memorial dos Coronéis**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/JoaoGoulart> Acesso em: 15/02/2013



Vargas às satisfações trabalhistas e ao bom entendimento de seus governos com as camadas populares.<sup>119</sup>

Apesar de Vargas não ter assumido o poder de forma constitucional em 1930 e de ter dado continuação ao seu governo acirrando o autoritarismo e impondo o continuísmo, o assunto foi tratado, pelo Cinejornal, em uma época democrática e pós-traumática, focando um discurso de Vargas que: *“faz um histórico de seu governo e seus planos para o progresso da economia e da Defesa Nacional”*<sup>120</sup>. A narração em off do conteúdo comemorativo não exaltou nenhuma característica dos governos anteriores de Vargas, e mesmo porque, o contexto da época e o esforço de estabilização do governo na década de 1950 não comportariam exultações a um período iniciado inconstitucionalmente e evoluído de forma autoritária. Se a insatisfação de muitos grupos civis e militares em relação à volta de Vargas ao poder dizia respeito ao seu passado ditatorial, o qual não seria mais admitido pela Nova Ordem Mundial, não seria prudente uma produção oficial exaltar para o público expectador essa realidade, com o prejuízo de atrair e acirrar suas oposições.

A temática da educação nos Cinejornais de 1952 também esteve presente entre a formação de uma turma ou outra de cadetes e a inauguração de duas sedes a mais do Colégio Pedro II, uma no Humaitá e a outra em São Cristóvão. Tal produção aborda o assunto com tom de homenagem ao Colégio e aos ilustres professores que lá lecionaram, ao mesmo tempo em que sugere a expansão de uma educação pública e de qualidade pelas mãos de Getúlio.

Os Cinejornais Informativos de 1952 não apresentaram diferenças significativas em relação às temáticas e conteúdos apresentados no ano anterior. Geralmente, as mesmas figuras políticas se repetem em eventos, solenidades, comemorações e homenagens, apresentadas sem sobressaltos pelos Cinejornais. Como em uma receita de bolo, os elementos e ingredientes básicos para sua elaboração não mudam, nem destoam entre si. São estruturas prontas, variando apenas nos detalhes.

Muitos foram os Cinejornais, tanto em 1951 quanto em 1952, que trataram da “Assistência Social” através da LBA (Legião Brasileira de Assistência), presidida por

---

<sup>119</sup> O Cinejornal Informativo v.3 n.34 de 1952 está cortado no momento em que iria narrar o discurso de Moisés Zacarias da Silva, líder do Sindicato dos vigilantes Portuários. Há uma emenda com o assunto seguinte sobre a construção da Esplanada do Castelo. Não foi verificado se esse corte pertence ao original ou a sua digitalização.

<sup>120</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 34 (1952). Disponível em: [http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiUA9cCcAYAeBYXFE92B2g-WKXvEsIzab8VTJhQv1yJb8.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiUA9cCcAYAeBYXFE92B2g-WKXvEsIzab8VTJhQv1yJb8.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

Darcy Vargas, que representava um dos braços do governo Vargas. E, nos Cinejornais de 1953 e 1954, não foi diferente. O povo, nessas produções, assumiu um papel passivo, de receber das mãos de um governo generoso e atento às suas necessidades. Em meio a harmonia e equilíbrio transmitidos pela visão oficial, houve insatisfações e paralisações nas ruas onde esse mesmo povo lutava por melhores condições de vida, principalmente, em 1953 e 1954, quando eclodiu a greve dos trezentos mil na cidade de São Paulo. Porém, esse era um processo gestado desde o início do governo com o aumento do custo de vida, devido a políticas cambiais e internas que não conseguiram solucionar o problema da inflação.

Em 1953 os Cinejornais Informativos se apresentaram com os mesmos temas e assuntos já conhecidos, porém com o agravante da forte seca no Nordeste. Mais de um Cinejornal foi voltado para apresentar o problema ao público e, principalmente, as medidas realizadas para a solução ou amenização do sofrimento de parte da população nordestina afetada com a alteração climática. A narração dos Cinejornais de 1953 serão apresentadas abaixo para a análise do discurso oficial.

Através do programa radiofônico A Voz do Brasil, o presidente da República pronuncia expressiva e veemente oração expressando as providências tomadas pelo governo Federal a fim de combater o flagelo da seca que quebranta as populações nordestinas. O combate ao cataclisma será intenso até ser superada a tremenda catástrofe, afirma o chefe do executivo nacional. (...) O presidente Getúlio Vargas assiste a passagem por Petrópolis da frota de dez caminhões da COFAP, conduzindo gêneros, os mais diversos para as massas flageladas do Nordeste. É uma ajuda desse órgão controlador de preços no sentido de auxiliar nossos irmãos vítimas da longa estiagem<sup>121</sup>.

O governo com seus órgãos competentes, com o propósito de fixar o homem à terra, tem procurado auxiliá-lo, oferecendo-lhe gêneros alimentícios e roupas em troca de trabalho. Boa Viagem, que fica para trás é o ponto de partida de uma excursão pelo interior do Estado do Ceará onde a seca tem se feito sentir de maneira brutal. Um dos pontos principais desse programa de auxílio é a construção de estradas de rodagem, através de extensa zona do interior cearense. Até agora o governo já construiu uma extensão apreciável de rodovias, restaurou 175 quilômetros e mantém, atualmente, vários quilômetros em reparos. Em Canindé, por exemplo, trabalha-se intensamente procurando dar-se trabalho aos filhos da terra. As estradas novas, de construção já ultimadas são modelares no seu gênero. Além da construção de açudes, de aberturas de avenidas, de bueiros para esgotos, construção de campos de esportes, serviço de terraplanagem, vem o executivo, realmente, cumprindo sua patriótica tarefa. Essa tarefa é, em troca de trabalho, oferecer ao sertanejo, vítima do tremendo cataclismo, os meios de subsistência.

---

<sup>121</sup> Cinejornal Informativo n. 10/53 (1953). Disponível em: [http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgi32d9ReQ1g7KLgxtgkjpz5QAmbJY36k6hr0kCxH0MPK4.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgi32d9ReQ1g7KLgxtgkjpz5QAmbJY36k6hr0kCxH0MPK4.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 10/02/2013

Visando assim retê-lo na gleba que tanto quer e quando só sai, como agora, se vê premido e forçado por circunstâncias superiores a suas forças<sup>122</sup>

No interior do Estado do Ceará, a Comissão de Abastecimento do Nordeste vem realizando obras de barragens afora outras de gêneros diversos, a fim de facultar meios de vida aqueles que sofrem o efeito da longa estiagem. Esta é a cidade de Jaguaribe, interior cearense onde os flagelados estão terminando um campo de aviação, medindo oitocentos metros por cinquenta de largura, permitindo até mesmo a aterrissagem de aviões duplas. Isso possibilita o serviço de aparelhos comerciais que podem assim trazer cargas diversas para a cidade. Um avião Piper já está utilizando o campo de pouso cuja construção oferece serviços a numerosos flagelados, pagos pela CAM. Esta Usina elétrica também está sendo construída por flagelados. Em breve estará funcionando e mostrando serviços à região. Roosevelt outra cidade do interior do Ceará, também está sendo beneficiada pela Comissão de Abastecimento do Nordeste. Inúmeros trabalhadores estão entregues à construção de uma barragem. Todas essas obras vão dando trabalho aos flagelados e assim promove-se a detenção do êxodo, garantindo à fixação do sertanejo à gleba onde ele nasceu e que deseja viver apesar da inclemência do tempo e das necessidades que os assediam e quebrantam<sup>123</sup>.

O avião especial da FAB que conduz a senhora Darcy Vargas a mais essa visita aos Estados nordestinos atingidos pela seca sobrevoa a capital alagoana. Acompanham a presidente da Legião Brasileira de Assistência nessa viagem de auxílio às vítimas da seca o senhor Fernando Pereira, o ministro Alencastro Guimarães e as senhoras Maria Alencastro Guimarães e Maria Spínola de Castro, dois técnicos da LBA além de um representante da imprensa. No aeroporto de Maceió a senhora Darcy Vargas e sua pequena comitiva são recebidas pelo governador Arnon de Melo e a senhora Leda Collor de Melo, vários secretários do governo alagoano e outras autoridades estaduais, jornalistas e dirigentes da LBA no Estado. Notamos ainda a presença de numerosas senhoras da sociedade local. No Palácio das esmeraldas realiza-se a reunião da senhora Darcy Vargas com os dirigentes da LBA em Alagoas. No decorrer dos trabalhos, a primeira dama do país faz a senhora Leda Collor de Melo a entrega de um cheque de quinhentos mil cruzeiros. Essa importância é destinada à assistência das vítimas da seca do interior alagoano é para ser aplicada exclusivamente em socorros de emergência à critério da Comissão Estadual. Terminados os trabalhos em Maceió, estamos agora em Aracajú. As belezas da capital sergipana aparecem em uma visão rápida, contemplada do alto de um dos seus mais modernos edifícios. Aracajú é isso que estão vendo, uma cidade tranquila, com paisagem suave e um povo acolhedor. Chegam ao Palácio do governo a presidente da Legião Brasileira de Assistência, os membros de sua comitiva e várias autoridades estaduais. Com a presença do governador Arnaldo Garcez e a senhora Maria Augusta Garcez e outras figuras sergipanas, a senhora Darcy Vargas faz a entrega de mais um cheque de quinhentos mil cruzeiros. Essa importância também é destinada aos socorros de emergência que devem ser prestados pela Legião Brasileira de Assistência aos flagelados sergipanos. Deixando o Palácio do governo, dona Darcy Vargas dirige-se à sede da Legião Brasileira de Assistência, visitando demoradamente todas as dependências do edifício onde funcionam um bem montado laboratório, creche, parque infantil, curso de artes domésticas, além de outros serviços assistenciais. Nessa oportunidade a primeira dama do país palestrou com

---

<sup>122</sup> Cinejornal Informativo n. 7/53 (1953). Disponível em:  
[http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiT5n70YIeWST\\_afdtlccBSvBSp7kT951hE-h5U7NXWag.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiT5n70YIeWST_afdtlccBSvBSp7kT951hE-h5U7NXWag.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

<sup>123</sup> Cinejornal Informativo n. 9/53 (1953). Disponível em:  
[http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiYopXI7HDr9dSniby4Ui9wBkblLaFBp7Ya2ydudpA9Fo.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiYopXI7HDr9dSniby4Ui9wBkblLaFBp7Ya2ydudpA9Fo.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/1953

vária gente de condição modesta que se encontravam no local desejando serem atendidas. Com o máximo de boa vontade a todos, a ilustre visitante ouviu com atenção. A todos dirigiu palavras de carinho, acolhendo generosamente as inúmeras solicitações que lhe foram feitas. Concluídas todas as atividades programadas para Sergipe, seguimos para Recife, onde dona Darcy Vargas visita o local onde estão depositadas 150 toneladas de leite em pó destinadas às crianças nordestinas das regiões flageladas. Acompanhada da senhora Antonieta Agamenon Magalhães e algumas autoridades pernambucanas, dona Darcy Vargas examina as condições do produto e determina as providências necessárias, a distribuição do leite a diversos Estados atingidos pela seca tendo arbitrado as respectivas cotas. Em São Luis do Maranhão onde se encontram agora a senhora Darcy Vargas e sua comitiva, prosseguiremos os trabalhos de instalação do serviço de assistência às vítimas da seca, o novo órgão especializado, criado dentro da LBA para atender as necessidades de emergência decorrentes da prolongada estiagem. Na sede da Legião Brasileira de Assistência, o senhor Fernando Pereira em nome de dona Darcy Vargas dá posse a senhora Rosalina de Barros, esposa do governador maranhense na presidência da Comissão Estadual. Reunida com os dirigentes da LBA no Maranhão a senhora Darcy Vargas, depois de instalar o serviço de assistência às vítimas da seca faz a entrega de mais outro cheque de quinhentos mil Cruzeiros. Essa importância como acontece nos demais Estados, presta-se a prestar auxílios de emergência aos flagelados maranhenses. Acompanhada de outras pessoas, a senhora Darcy Vargas faz uma visita à sede da Legião Brasileira de Assistência, sendo recebida por inúmeros funcionários e um dos quais, uma jovem maranhense entrega à primeira dama do país uma pequena lembrança. A ilustre visitante e sua comitiva acabam de chegar a Teresina, onde prosseguiremos os trabalhos de organização a assistência das vítimas da seca. Temos agora uma visão panorâmica da cidade que é a capital do Piauí aparece com sobriedade de sua paisagem cheia de Sol. No edifício do Arquivo Municipal realiza-se a reunião com os dirigentes regionais do Piauí, participando do trabalho representantes de várias classes sociais. Nessa oportunidade a presidente da Legião Brasileira de Assistência faz a esposa do governador Almeida Freitas a entrega de mais um cheque de quinhentos mil Cruzeiros. Depois de cinco dias de trabalho intenso o regresso ao Rio de Janeiro. A volta de uma viagem proveitosa, durante a qual foi levada pela senhora Darcy Vargas mais uma grande parcela de auxílio da Legião Brasileira de Assistência aos flagelados nordestinos<sup>124</sup>

Os Cinejornais descritos, em parte, acima, através da transcrição de suas narrações ilustram alguns aspectos que compõem o discurso do governo para a construção de imagens formadoras de uma única realidade em relação a si próprio e ao Brasil. A busca pela coesão, agregação e aceitação produz mensagens que, mesmo parciais e excludentes, correspondem a uma versão oficial da situação brasileira e, muito presente nos Cinejornais e claramente exemplificados pela temática da seca, essa busca se constitui em não focar diretamente no problema que aflige a sociedade, mas sim nas soluções.

---

<sup>124</sup> Cinejornal Informativo s. n. [X]. Edição Especial (1953). Disponível em: [http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgibPqFIJJ1tVYm-7fjSLd24mSdRvPXB1uhqzBtfyHqroo.&idRepositorio=0&modelo=0](http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgibPqFIJJ1tVYm-7fjSLd24mSdRvPXB1uhqzBtfyHqroo.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15;02;2013

Em nenhum desses Cinejornais de 1953 a seca foi protagonista, como o foi em 1951. Muito menos os tais flagelados. Não há imagens diretas da seca nem mesmo daqueles que sofreram, e mesmo morreram, com ela, Mas sim de trabalhadores motivados pelo governo a ararem e construírem sobre a terra a fim de modernizá-la para a solução da falta de chuva e de água. O governo é a principal personagem em todas as narrações apresentadas seja autorizando a saída de caminhões com alimentos para prestarem auxílio, seja no incentivo ao trabalho do homem do interior a fim de que ele próprio, através do governo, crie meios de vencer a dificuldade, ou através da distribuição de cheques auxílios entregues nas capitais de cada Estado visitado pela LBA.

A seca não apareceu, apenas as medidas do governo foram destacadas. O interior dos Estados visitados não foram apresentados, fora cenas pontuais de trabalho. E todo o esforço do governo em solucionar o problema da seca é narrado não como obrigação, pois afinal uma das diretrizes políticas de Vargas na campanha de 1950 era a Reforma Social com ênfase no campo, mas sim como ajuda, auxílio, generosidade. Diferente de um dos Cinejornais de 1951 que abordou essa temática, os de 1953 não deram espaço para as imagens da seca em si, mas para as medidas do governo e da LBA.

Além disso, os dois Cinejornais que apresentaram os trabalhadores construindo barragens, usina ou mesmo pista de pouso para aviões, em 1953, frisam o fato do trabalho promovido pelo governo frear o êxodo desses “flagelados” para as capitais, mantendo-os em suas “glebas” e não emigrando para os centros. Dessa forma, soluções foram apresentadas para dois problemas diferentes: um para a própria sustentação desse homem do interior e o outro para evitar o inchaço nas grandes cidades a partir da década de 1950<sup>125</sup>.

No último Cinejornal apresentado dona Darcy Vargas percorre vários Estados do Nordeste entregando nas mãos de cada governador e direção regional da LBA um cheque de quinhentos mil Cruzeiros para empregarem em assuntos emergenciais ligados à seca. Nos Cinejornais não ficam claras as prestações de conta dessa quantia para o governo Federal e também não há outra produção que apresente ao público as realizações de cada um desses Estados. O que está em pauta é a ação do governo em, prontamente, buscar soluções adequadas a todos os problemas que se apresentassem.

---

<sup>125</sup> CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural: envelhecimento e masculinização no Brasil – panorama dos últimos 50 anos**. IPEA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf) Acesso em: 15/02/2013

Darcy Vargas, como braço de Getúlio no social e assistencial, corrobora para a construção da imagem de Vargas como solução para o Brasil e não como um problema como afirmavam as oposições.

Ao longo do mesmo ano os Cinejornais Informativos apresentaram produções que falavam das belezas do Nordeste brasileiro ou mesmo em planos de modernização para a capital baiana. São dois lados de uma mesma moeda, como se buscasse um equilíbrio. Recife e Olinda foram apresentados com seus atrativos naturais seguidos por Fortaleza e o ofício dos seus pescadores. As formas que as temáticas, envolvendo o Nordeste, foram abordadas não dão uma dimensão real do problema da seca e de sua gravidade, pois, até mesmo nas viagens feitas por Darcy Vargas e sua comitiva as paisagens eram sempre belas e muito ricas em aspectos naturais, sendo ratificadas pelos Cinejornais que abordavam exatamente as belezas do Nordeste.

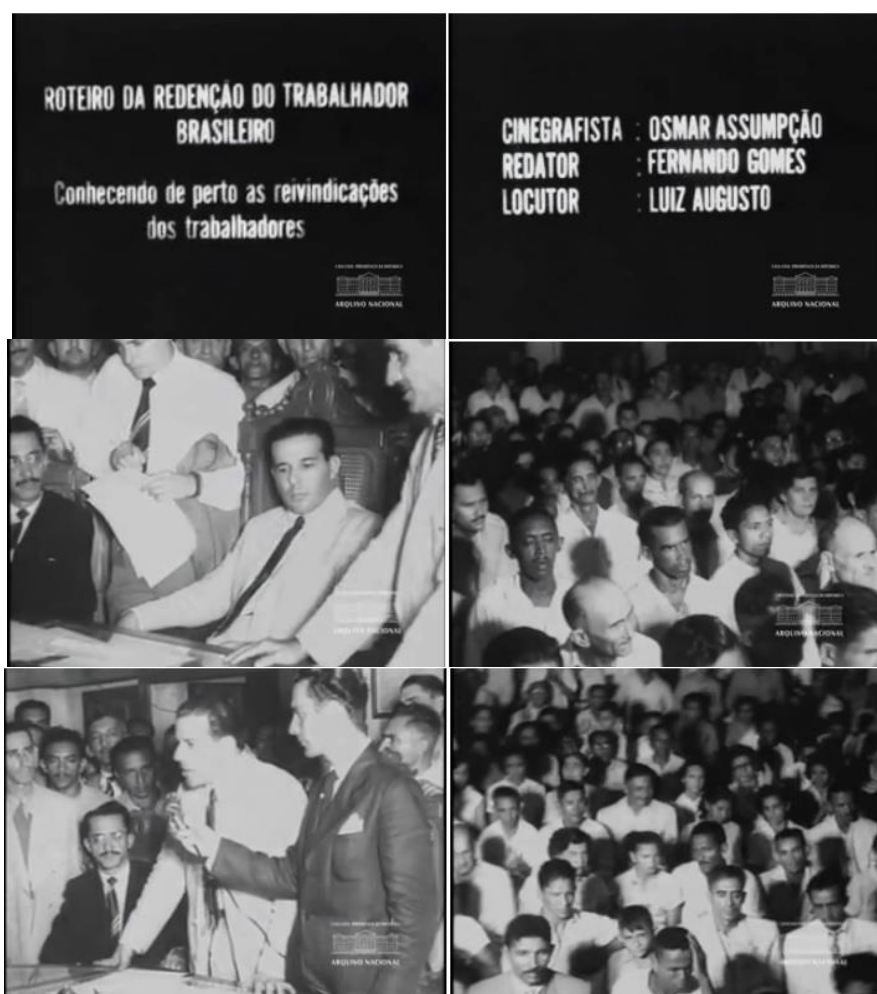
Agora, podemos passar para um outro tema, de um outro Cinejornal, que também sintetiza alguns dos objetivos dessa propaganda oficial. Com o sugestivo título de “*O roteiro da redenção do trabalhador brasileiro*” tal produção apresenta o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart, acompanhado por políticos e militares a discursar para trabalhadores, tanto em salas fechadas como em palanques, recebendo homenagens dos mesmos, através de cartazes e apresentações de danças típicas. Caminhando entre os trabalhadores e suas crianças, a céu aberto, Goulart fala de igual para igual com o povo, demonstrando entender e compartilhar de seus anseios e demandas. Desfilando em carro aberto na cidade de Raposos João Goulart e sua comitiva são saudados por centenas de trabalhadores, mulheres e crianças pelas ruas. Um dos cartazes que se observa em meio a multidão é o que solicita ao ministro: “salário para trabalho noturno” e, apesar da reprodução deste Cinejornal estar sem o áudio, estando disponibilizadas apenas as imagens, estas falam por si só e expressam a euforia e a confiança que os trabalhadores depositavam em Jango e no governo para resolver os problemas sociais.

Essas imagens apresentaram um governo preocupado e ocupado com as demandas populares, um governo sem intermediários que vai ao povo para ouvir opiniões, solicitações, reclamações. Demonstrava a participação popular na política brasileira através do contato direto com os representantes da democracia no Brasil e, como o título do próprio Cinejornal nos aponta, essa participação pacífica e presente deveria ser o “*roteiro da redenção do trabalhador brasileiro*”, em detrimento de greves ou manifestações mais agressivas e violentas. Todos os conflitos e insatisfações

poderiam ser resolvidos pela conversa e por acordos e o que esse, como outros, Cinejornais demonstram é que há diálogos entre governo e trabalhadores, por tanto não há necessidade de confrontos entre as duas partes.

A sequência de imagens editadas englobam vários momentos e, talvez, consistindo até em dias, do ministro do trabalho. Pois, há discursos à noite e durante a manhã, cenas internas e externas, um tanto descontinuadas entre si. Até mesmo os aplausos do povo, após alguma manifestação de Jango, podem não corresponder, necessariamente, à cena anterior de discurso. Há uma nítida impressão de que pode ter havido a inclusão de imagens não pertinentes ao momento filmado. Mas não há como afirmar, afinal muitos foram os discursos e apresentações públicas editadas em um único Cinejornal que, com a perda do áudio ficou sem as informações que poderiam lhe situar em espaço e tempo.

Os 22 quadros abaixo selecionados acerca do Cinejornal “*Roteiro da redenção do trabalhador brasileiro*”:



(Continua na próxima página)



(Continua na próxima página)





Imagem 32

Os trabalhadores de Petrópolis também marcaram presença nos Cinejornais de 1953 ao reunirem-se, às centenas, em frente ao Palácio Rio Negro para ouvirem o presidente Vargas e o líder do Sindicato de fiação e tecelagem discursarem. As tomadas aéreas feitas pelo cinegrafista registraram a multidão que tomou as ruas e à frente do edifício para a homenagem ao presidente.

Os trabalhadores de Petrópolis acorrem ao Palácio Rio Negro a fim de assegurar solidariedade à política Social do governo da República. Discursaram então o senhor prefeito da cidade serrana o senhor Gordulino Ambrósio e o presidente do sindicato de fiação e tecelagem, o senhor José Maria Barbosa que traduziu o pensamento da massa trabalhista petropolitana, afirmando que sua saudação se dirigia ao trabalhador número um do Brasil. O presidente Getúlio Vargas de improviso responde agradecendo a expressiva homenagem dos operários de Petrópolis. Reitera então mais uma vez objeto do governo a necessidade de se unirem os trabalhadores, formando um bloco indissolúvel ajudando a administração a enfrentar os graves problemas da atualidade nacional<sup>126</sup>.

Essa é uma das poucas narrações, se não for a única, indicando uma situação delicada na política brasileira, onde Getúlio solicita a união dos trabalhadores para, junto ao governo, reverterem os tais “*graves problemas nacionais*”, os quais também não foram citados e nem apresentados em outro Cinejornal. Porém, em 1953, os trabalhadores foram importantes personagens não apenas nas homenagens e apoios ao presidente, mas nas demandas e insatisfações em relação ao governo, ocasionando uma das maiores paralisações da História brasileira, principalmente para o período, a greve dos 300.000.

Em relação à temática militar os Cinejornais Informativos de 1953 apresentaram a já esperada harmonia entre as Forças Armadas e o Governo, sempre presente nas produções oficiais. E, como representante desse equilíbrio e clima amistoso, produzidos pelos Cinejornais, o de título: “*Almoço das Forças Armadas. Marinha, Exército e Aeronáutica homenageiam o presidente da República*”, apresenta ao público o apoio e o respeito das Forças Armadas a Getúlio, muito patente na fila formada por oficiais para cumprimentar o chefe de governo.

Não houve uma oposição generalizada dessas Forças a Vargas, alguns grupos ainda o apoiavam, por mais que não fossem majoritários e nem detivessem o poder que os opositoristas detinham. Porém, os Cinejornais apresentaram a parte pelo todo, como

---

<sup>126</sup> Cinejornal Informativo n. 6/53 (1953). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgilNPM3KDP4DK5z9ILj7pZe\\_H3ffrcP0sgm\\_Cb5weggUI.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgilNPM3KDP4DK5z9ILj7pZe_H3ffrcP0sgm_Cb5weggUI.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 17/02/2013.

se houvesse um equilíbrio e uma aliança incontestada entre os militares brasileiros e o presidente. A começar pelo título, indicando uma homenagem das três Forças, de forma geral, a Getúlio. Muitas das pastas de seu ministério, antes e após a Reforma de Março, eram confiadas a militares e estes não eram contrários a Vargas, mas isso não representa toda a conjuntura político-militar de 1953.



Imagem 33

Na Ilha do Piraquê realiza-se o almoço de confraternização das Forças Armadas que então homenageiam o presidente da República. É uma reunião que se realiza há vários anos, marcando um expressivo encontro entre o chefe do governo e os comandantes militares sempre que o Ano Novo se inicia. O almirante Renato Guillobel, titular da pasta da Marinha saudou o presidente Getúlio Vargas. A sua oração é vivamente aplaudida. Em grande e expressivo discurso o chefe do governo agradece a homenagem e ressalta mais uma vez o relevante papel que cabe à Forças Armadas, sempre atentas e conscientes de suas responsabilidades. A fala presidencial é ardorosa e intensamente aplaudida pelos presentes. Antes de se retirar o presidente da República recebe os cumprimentos dos vários comandantes das três armas<sup>127</sup>

O ano de 1953 seguiu com Cinejornais que exibiam as atividades da LBA; almoços comemorativos; Dias comemorativos; entrega de credenciais ao presidente; peças teatrais e exposições; e rotina interna do Palácio do Catete. A Parada de Sete de Setembro desse ano não foi narrada com a mesma riqueza de adjetivos como a de 1952.

<sup>127</sup> Cinejornal Informativo n. 2/53 (1953). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiUz9pb0MvZPcSi3fUiKzx9EGPevtgWebQrVr1RqTm4Lc.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiUz9pb0MvZPcSi3fUiKzx9EGPevtgWebQrVr1RqTm4Lc.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 15/02/2013

Apenas houve uma simples identificação de cada grupo que desfilava, sem maiores comentários. Porém, o título do Cinejornal: “*Parada de 7 de Setembro. 30.000 homens de todas as armas desfilam perante o presidente da República*” difere quanto ao título do Cinejornal com a mesma temática, de 1952: “*Parada de 7 de Setembro de 1952. Realizam-se com grande brilhantismo as comemorações do Dia da Independência.*” Esse último denota uma homenagem ao Dia da Independência, uma data importante tanto para os civis e, principalmente, para os militares; já o título dado em 1953 tem uma conotação um pouco distinta, como se a homenagem estivesse sendo prestada ao presidente com o desfile das Forças Armadas, justamente em um período onde as insatisfações militares em relação ao governo estão em uma crescente.

Uma grande parte dos Cinejornais de 1953 e 1954, digitalizados pelo Arquivo Nacional no portal Zappiens, está sem o áudio, tornando a análise mais complicada. Mas, em geral, apresentam-se de forma a embasar o governo e a exibir uma visão bem particular da situação política, econômica e social do Brasil. Muitos temas como, por exemplo, a educação e a saúde, são apresentados com enfoque maior sobre suas estruturas materiais do que, propriamente o serviço que prestam à população. O foco recai, em geral, sobre a modernização dos edifícios, espaço interno e tecnologia dos equipamentos, e mesmo assim de escolas e hospitais mais tradicionais e importantes para o Estado do Rio de Janeiro, Capital Federal, com mínimas exceções. Não há um Cinejornal que informe ao público um panorama mais amplo acerca da saúde e da educação. Talvez porque tal perspectiva não fosse tão boa, pelo menos no que concerne à Educação, a ponto de divulgá-la, como nos aponta Helena Bomeny em seu texto sobre *a Educação no Segundo Governo Vargas*:

Ao contrário do primeiro, o segundo governo Vargas não despertou nos analistas o mesmo fervor ao tratar da educação. Desapareceram os problemas? Teríamos avançado o suficiente com tantas medidas estruturais promovidas no período anterior? Os dados do IBGE não nos confortam nessa direção. Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. Educação continuava sendo, portanto, um grande problema no início da década de 1950, conhecida na história brasileira como a década do desenvolvimentismo. A aura desenvolvimentista expunha com mais nitidez a precariedade educacional dos brasileiros. O segundo governo Vargas, conhecido pelo impulso nacionalista ao desenvolvimento, ficou devendo muito, se o que estiver em

pauta for educação. E quase não se fala de educação nesse período. São tão silenciosas as fontes que, se quiséssemos, poderíamos resumir estas notas à criação de institutos e instituições de administração superior que, de fato, impulsionaram o projeto institucional do país.<sup>128</sup>

A Reforma Ministerial em Março de 1953 também não foi personagem dos Cinejornais desse ano, tampouco o motivo de sua realização, pois caso contrário teria que ser explicitado ao público os conflitos internos do governo, suas desavenças, desencontros e desacordos, o que não facultaria para uma imagem sólida e coesa de Vargas.

1954 foi um ano de muitos conflitos políticos envolvendo Vargas e os militares junto a uma forte oposição conservadora civil. O período já começa de forma conturbada, principalmente, em relação às atividades do Ministério do trabalho. As demandas dos trabalhadores grevistas em 1953 ainda continuavam a pressionar o governo. E, a principal era o aumento do salário acima da inflação que desde o pós-1945 vinha em uma crescente, não sendo contida por Vargas.

A proposta de 100% de aumento no salário mínimo aos trabalhadores urbanos e civis causou um forte impacto negativo nos grupos oposicionistas ao governo e, a partir de então, começaram especulações e propagandas da oposição acerca de uma guinada à esquerda de Getúlio. Tais ofensivas, em época de Guerra Fria, onde o combate ao Comunismo era o foco Central das políticas norte americanas, poderiam derrubar o governo com a alegação de uma possível aproximação aos países e políticas vermelhas. Ou mesmo, e não menos pior para os conservadores, aproximar-se da República Sindicalista de Perón.

Após a proposta realizada em Janeiro de 1954, os militares se organizaram e, no mês seguinte, em Fevereiro, apresentaram a oposição e a insatisfação formal ao governo através do Manifesto dos Coronéis. Os apoios diminuía e em Primeiro de Maio Vargas anuncia o aumento em detrimento do apoio militar. Porém, nem mesmo a satisfação do povo foi suficiente para a manutenção do governo Vargas. O cerco já se fechara e a UDN não poupou esforços para aproveitar a oportunidade e contribuir para derrubar Getúlio da presidência do país. O Impeachment foi pedido ao congresso.

O Manifesto dos Coronéis foi veiculado pelo jornal A Noite como forma de colaboração dos chefes militares ao governo Vargas e não como ameaça ou mesmo

---

<sup>128</sup> BOMENY, Helena. **A Educação no Segundo Governo Vargas**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em: 15/02/2013.

oposição. Porém, essa “colaboração” já era um sinalizador explícito dos caminhos que a política brasileira poderia tomar caso o governo continuasse transpor as orientações da alta cúpula das Forças Armadas. A reportagem abaixo apresenta o Manifesto de forma cordial e pacífica ao governo Vargas. Aproximadamente, cinco meses depois Getúlio suicida-se para evitar sua deposição do poder pelas Forças Armadas.

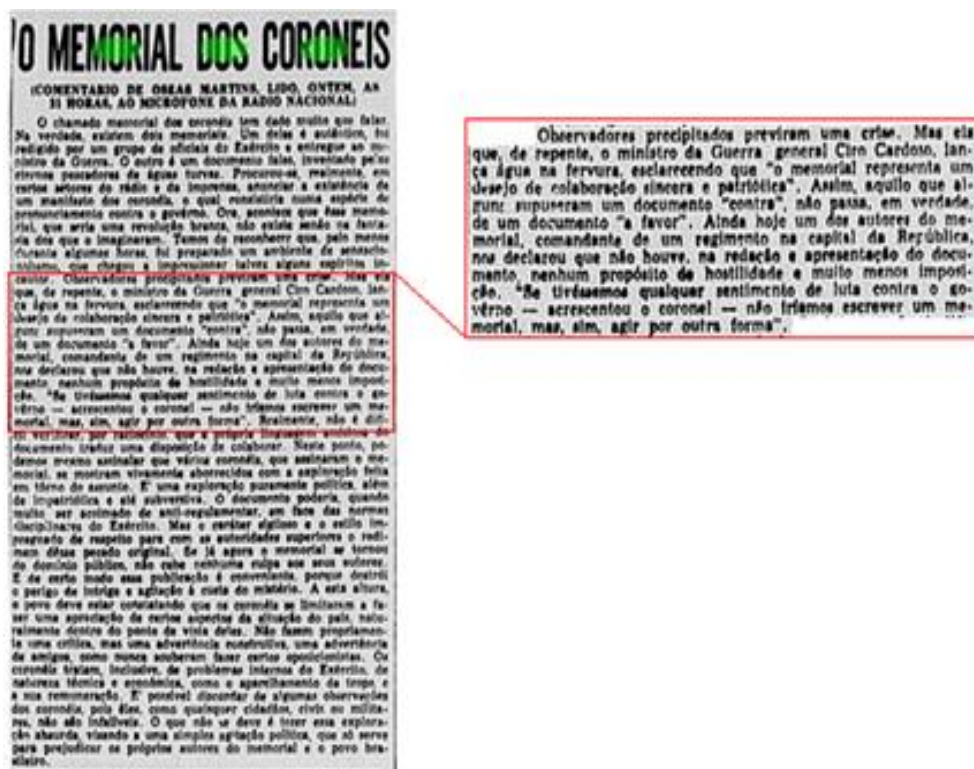


Imagem 34

Os Cinejornais apresentados em 1954 trouxeram a temática dos trabalhadores em três produções distintas, porém, a análise foi dificultada por falta dos áudios, impossibilitando de ouvir as narrações. A primeira delas apresenta o presidente Vargas recebendo sindicalistas que discursam e aplaudem o discurso do presidente; a segunda se refere à recepção por Vargas e por João Goulart de uma multidão de manifestantes nos jardins do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, igualmente, aplaudindo os discursos feitos pelo chefe de governo e pelo ministro do trabalho; e a terceira e última aparição dos trabalhadores nos Cinejornais de 1954 diz respeito a uma homenagem, em frente ao Palácio do Catete, feita pelos trabalhadores a Getúlio, com a presença de João Goulart.

A questão migratória do Campo para a cidade, na década de 1950 se apresentou de forma mais incisiva por alguns motivos: a grande seca de 1951 e 1953 que acometeu cidades do interior nordestino; a precariedade da vida; a inexistência de leis que

garantissem aos trabalhadores rurais direitos equivalentes aos das cidades; e a falta de uma política de terras, a qual até hoje não foi realizada.

Os Cinejornais pouco apresentaram essa questão, a não ser nos assuntos relacionados à seca no nordeste, apresentados em 1951 e 1953. E, mesmo assim, não tocou diretamente no problema da imigração e no inchaço dos centros urbanos, apenas mostrando as frentes de trabalho proporcionadas pelo governo para empregar os “flagelados”, para que dessa forma conseguissem se manter no campo, não migrando para as cidades.

Outros Cinejornais, como em 1952, apresentaram no interior do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos, a industrialização crescente, porém, deram pouca ou nenhuma visibilidade ao interior nordestino ou mesmo a outras localidades onde a industrialização não tendo chegado não ofereceu empregos suficientes aos moradores que, com condições precárias de vida migraram para outros Estados ou Cidades.

Em 1954 um Cinejornal mencionou a questão dos imigrantes e do interior rural do Brasil com o título: “*Imigração e Colonização*”, mas apenas discorreu sobre a posse do novo diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) acompanhada pela autorização do Ministro da Agricultura, o político João Cleofas, representante da UDN no governo Vargas e não destituído com a Reforma Ministerial de 1953.

Não foi mencionado a gravidade do problema e, em relação à política externa, nem a seleção de imigrantes realizada a partir de órgão responsável pelo veto ou aceite da entrada de estrangeiros em territórios brasileiros. Tampouco foi apresentada ao público as atividades concernentes ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização e os planos deste para novas políticas quanto à imigração e a problemas relativos ao campo de uma forma geral.

Em meio ao estremecimento das relações entre os militares e Vargas, os Cinejornais de 1954 apresentavam banquetes, homenagens, recepções, sem o menor sinal da situação de crise que se alastrava. Em um Cinejornal de Abril, há dois meses passados do Manifesto dos Coronéis, foi exibido “*A Páscoa dos Militares*”, com uma missa a céu aberto onde Getúlio também estava presente. E, na seqüência, um outro Cinejornal intitulado “*Homenagem ao chefe do governo*” onde Vargas aparece almoçando com autoridades civis e militares em um clima amistoso. Ambas as produções estão sem o áudio, porém, as imagens não indicam nenhum tipo de atrito. Entre risos, discursos e “tapinhas nas costas” as cenas demonstram perfeita interação e respeito entre os convidados e o presidente.

### 1.1 – Sobre a linguagem Cinematográfica utilizada por esses Cinejornais.

As cenas selecionadas e editadas para comporem os Cinejornais Informativos não foram gratuitas, assim como não o foi o posicionamento das câmeras, nem as músicas escolhidas para o plano de fundo e muito menos as narrações que apresentaram as temáticas e assuntos dos Cinejornais para o público.

Por se tratar de produções oficiais, toda a filmagem, edição e produção são voltados a exaltar o governo e suas realizações em diversos aspectos, procurando não criar conflitos que possam abalar a opinião pública e nem confrontos que ameacem a estabilidade e o equilíbrio do governo. Seu papel é realçar os aspectos positivos de Vargas e sua política. Demonstrando que o governo trabalha em prol do progresso e da justiça, do combate à pobreza e à corrupção, provendo o povo com segurança, paz e melhores condições de vida. Além de conciliar problemas internos e externos que inevitavelmente se apresentarão ao governo.

Os Cinejornais variam, aproximadamente, de quatro a doze minutos cada, englobando diversos temas e assuntos sequenciais, geralmente, sem ligação entre si. Pode ser uma colcha de retalhos e, muitas vezes, em um mesmo bloco podem apresentar assuntos ligados à medicina, assim como uma exposição no museu de Belas Artes e mesmo uma homenagem dos trabalhadores a Vargas, seguida pela beleza das praias nordestinas. José Inácio de Melo Souza já discutiu sobre essa generalidade em seu artigo intitulado *Trabalhando com Cinejornais: o relato de uma experiência*, sobre isso aponta:

A fragmentação dos temas e assuntos dos Cinejornais é outro obstáculo para a leitura histórica do documento fílmico. Os vários tópicos cobertos por um número de Cinejornal levado semanalmente às telas pedem uma complexa abordagem de enunciados descontínuos e separados no tempo, no espaço e muitas vezes, na própria construção da Imagem (um Cinejornal pode ser feito a partir da filmagem de mais de um cinegrafista). Como escreveu Raymond Fielding, Cinejornais podem ser “uma série de catástrofes seguidas por um show de moda”, ou então, “uma coleção de saltitantes cartões postais”. Qual q postura a se tomar diante de um objetivo tão volátil? De que forma apreender significados que se renovam a cada dois minutos? Existe uma desconfiança generalizada quanto aos conteúdos veiculados por documentários e Cinejornais oficiais ou oficiosos<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. **Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência**. In: História: Questões & Debates. Curitiba, Ed. UFPR, 20 (38): jan/jun. de 2003.



Sobre a citação acima é importante complementar que nem todos os Cinejornais que foram transmitidos possuem créditos. Isso dificulta também a pesquisa a respeito dos seus produtores, roteiristas, editores, cinegrafistas, narradores, fotógrafos e até mesmo o responsável pela escolha das músicas que os embalam, assim como outros técnicos necessários para a finalização do produto.

A minoria mantém esse registro até hoje, se é que na época em que foram produzidos eles receberam esses créditos. Destaco aqui cinco Cinejornais dessa minoria que apresentou essas informações:

1. Cinejornal Informativo s.n[XXVII] [1951] Edição especial. Descrição: LUTANDO CONTRA A MORTE. [As atividades do Hospital do Pronto Socorro, atual Souza Aguiar (RJ), no atendimento de emergência. Presença dos médicos Wilson Mufarraes e Darci Monteiro.

Fotografia: Osmar Assumpção e Rodolfo Linhares

Narração: Luiz Augusto

Redação: Lopes da Silva

Direção: Walter R. Peixoto

2. Cinejornal Informativo n.13/53 [1953] Edição especial. Descrição: ROTEIRO DA REDENÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO. Conhecendo de Perto as reivindicações dos trabalhadores. [com a presença do ministro do trabalho, indústria e comércio, João Goulart].

Cinegrafista: Osmar Assumpção

Redator: Fernando Gomes

Locutor: Luiz Augusto

3. Cinejornal Informativo s.n [X] [1953]. Edição especial. Descrição: AMPARO AOS FLAGELADOS. Visita da Sra. Darcy Vargas a vários Estados nordestinos.

Cinegrafista: Romeu Pasqualine

Redator: Wilson Barbosa

Narrador: Luiz Augusto

4. Cinejornal Informativo s.n. [IX]. Edição Especial [1951]. Descrição: AMPARO AOS FLAGELADOS. O trabalho da Legião Brasileira de Assistência em prol das vítimas da seca no estado do Ceará.

Cinegrafista: Romeu Pasqualine

Redator: Lopes da Silva

Narrador: Luíz Augusto

5. Cinejornal Informativo s. n. [VIII]. Edição Especial [1951]. Descrição: SENHORA DARCY VARGAS NO NORDESTE: Recife, João Pessoa e Natal recebem a visita da presidente da Legião Brasileira de Assistência [LBA].

Cinegrafista: Romeu Pasqualine

Redator: Lopes da Silva

Narrador: Luíz Augusto

Os Cinco Cinejornais acima são considerados Edições Especiais o que significa uma única temática ao longo do Cinejornal. Essa modalidade é diferente da apresentada por José Inácio de Melo Souza, pois discorre sobre, apenas, um único tema e nos Cinejornais desse período não eram incomuns as Edições especiais. Há um tema em específico que, uma vez por ano, quando era exibido, sempre era uma Edição especial: a Parada de Sete de Setembro.

Vargas, presente em quase todos os Cinejornais do período 1951-54, era figura central nas produções em que aparecia. Sempre rodeado de parlamentares e militares, tinha posição de destaque nas cenas e a impressão de que estava sempre muito bem protegido e apoiado, pela quantidade de pessoas a sua volta. Não deixando a desejar a nenhum monarca, Vargas recepcionava suas visitas no confortável sofá do Palácio do Catete, promovia banquetes, muitos ao ar livre, e era homenageado pelo povo, por políticos e por militares. E, em muitos desses eventos dos quais participava ou como ilustre convidado ou como anfitrião, como feiras, exposições e comemorações em geral havia espetáculos com números de cultura e do folclore brasileiro, seja capoeira, danças típicas, entre outras exibições que refestelavam seus convidados estrangeiros ou mesmo da elite brasileira, inclusive exposições sobre agropecuária, o que era extremamente presente nos Cinejornais, mostrando a boa carne do país, além da exaltação à origem Gaúcha de Vargas.

Quando estava sobre palanques, discursando, a câmera, muitas vezes o filmou em contra-plongé, imprimindo-lhe magnitude e importância através de sua postura. Porém, esse recurso nem sempre foi utilizado, pois apesar de sua baixa estatura os Cinejornais já o engrandeciam em seu governo.

Sempre risonho, cordato e de aparência calma Vargas caminhava tranquilamente pelas ruas de Petrópolis o que lhe aumentava o carisma. Estando rodeado de crianças e cumprimentando seus responsáveis adquiria um certo ar de candura e bondade, a ponto de cativar a inocência dos pequeninos que o abraçavam.

Vargas era a personagem principal, mas ao lado dele, muitos grupos representavam papéis singulares nessas exhibições. Os militares, as mulheres, os estudantes, os trabalhadores<sup>130</sup>, além das relações diplomáticas, da modernização, das homenagens e da própria narração, todos os elementos que compuseram os Cinejornais correspondem à ratificação de uma imagem política, econômica, social e cultural para o período. Para cada produção houve a seleção de cenas e sua respectiva composição da narração e da música de fundo para cada uma. Foi uma edição pensada. Não há como nos debruçarmos sobre as filmagens não aproveitadas para as confecções dos Cinejornais, mas há como pensarmos sobre o porquê dessas cenas terem sido as escolhidas, com certeza em detrimento de outras.

Há mesmo sequências que parecem destoar tanto umas das outras que, por mais que estejam compondo uma narrativa linear sobre algum assunto apresentado, dão a impressão de não terem sido filmadas em um mesmo momento, ou seja, talvez a cena de aplausos sobre um discurso proferido possa não ter ligação alguma com tal discurso, mas sim ter sido pertinente sua inclusão.

As mulheres, na maioria das vezes que apareciam nos Cinejornais, não exerciam um papel político direto. Eram esposas, acompanhantes, damas da sociedade, trabalhadoras da Legião de Assistência Brasileira ou artistas expondo suas pinturas. Com exceção de um assunto ou outro, como no caso do *Cinejornal Informativo v.2 n.38 de 1951* que abordou o comício de estudantes contra o comunismo e nele havia uma moça que discursara contra o regime soviético, as mulheres dos Cinejornais não se envolviam com temas políticos, faziam apenas a vez de boas esposas acompanhando seus maridos nos banquetes e nas festas oficiais em um desfile de boas maneiras, bons costumes, educação, elegância e graça.

Os estudantes, por sua vez, muito disciplinados, limpos e arrumados eram o retrato do futuro do Brasil, semeado no governo Vargas. O presidente participara inúmeras vezes da formatura de turmas tanto do ensino superior quanto de escolas militares, prestando seus cumprimentos e participando da entrega dos diplomas aos

---

<sup>130</sup> CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. **A Propaganda Política no governo Vargas (1951-54) através dos Cinejornais**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

estudantes, frutos de uma “educação primorosa” de seu governo. E esses demonstravam seu respeito e cordialidade para com o presidente.

Os militares, sempre ao lado de Vargas, representavam os pilares de sustentação do governo, a segurança e o apoio desejados pelos Cinejornais. Em nenhum momento houve alguma cena que colocasse em dúvida a aliança entre Vargas e os militares, mesmo em 1954. As Forças Armadas eram exibidas como aliadas e protetoras no governo, eliminando qualquer conflito que não fosse conveniente à imagem do presidente. Ao mesmo tempo, o fato de Getúlio estar sempre acompanhado de militares pode ser interpretado como um resquício do autoritarismo e poder de outrora, emprestando-lhe um ar de líder soberano, como se fosse, também, um deles. Havia uma necessidade de identificação e pertencimento, pois as Forças Armadas legitimavam ou não o poder. Suas diretrizes e opiniões políticas ainda tinham muito peso na política brasileira.

Os trabalhadores apresentados pelos Cinejornais sempre prestaram homenagens a Vargas e trataram suas demandas de forma pacífica com o governo. Não havia greves nem manifestações violentas, pelo contrário, reinava a concórdia e o apoio incondicional dos sindicatos e seus associados. Cumpriram o papel de, também, sustentáculo do poder de Vargas. Geralmente, filmados em milhares, aplaudindo e bradando após cada discurso de Getúlio, formavam, nas telas, um grupo sólido e coeso, forte e capaz de se impor perante as oposições ao presidente.

A modernização assumiu, junto à industrialização, um papel relevante nos Cinejornais a apontar para o progresso do Brasil com Getúlio à frente do executivo nacional. Seja com a compra de trens, frotas navais, aéreas, tecnologia militar, criação de indústrias, exploração de petróleo ou acordos internacionais que visassem a especialização técnica de mão-de-obra para ser empregada nas indústrias brasileiras, Vargas construiu sua imagem calcada em um nacionalismo industrializante ou em uma modernização autoritária, segundo Boris Fausto<sup>131</sup>. Atrelar sua imagem ao progresso e à ciência era estar apto a governar e levar, ao Brasil, o desenvolvimento esperado por todos.

Muitas foram as cenas de visitas de embaixadores de diversos países ao Palácio do Catete para a entrega de credenciais ao presidente, e também, muitos foram os encontros com políticos norte americanos para a discussão de soluções ou apenas para

---

<sup>131</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Coleção Perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

homenagens. Os Cinejornais demonstravam a boa política externa do governo Vargas, alinhada com os capitais estrangeiros ao mesmo tempo em que mantinha seu nacionalismo. Além disso, mostrava que com Getúlio os acordos internacionais não estagnaram, pelo contrário, estavam em pleno andamento viabilizando o progresso e a boa imagem do país.

Porém, dentre todos os elementos aqui enunciados, o mais importante era a narração, tanto o texto quanto à entonação empregadas por Luiz Augusto e mesmo outros locutores que possam ter participado de alguns números. Os Cinejornais, praticamente, não exibiam o som ambiente das filmagens, a voz do presidente lendo seus discursos, as palavras dos militares ao falarem sobre o governo e nem mesmo as vozes dos trabalhadores em suas demandas, homenagens e ovações ao governo. Sequer ouvimos os aplausos, que por sinal estavam presentes em quase todos os números dos Cinejornais. Apenas a voz em off do narrador nos descreve o que está acontecendo nas cenas e não necessariamente mantém fidedignidade aos eventos. Há momentos em que a euforia da narração não condiz com as imagens apresentadas.

Esse é um dos elementos mais interessantes que compõem e dão vida aos Cinejornais Informativos, mas ao mesmo tempo suprime informações ou as narra de forma muito superficial. Na Parada de Sete de Setembro de 1952 é impressionante a quantidade de adjetivos empregados às Forças Armadas e ao desfile por elas organizado. Para cada grupo que se apresentava, como: infantaria, artilharia, cavalaria, policiais militares, bombeiros, etc... eram só elogios por parte do locutor, como se não houvesse o menor atrito entre o Clube Militar, de Alcides Etchegoyen, e o governo Vargas.

Mônica Kornis também nos chama atenção para a análise da imagem em si, nos Cinejornais. Pois, nem todas, necessariamente, correspondem ao período que está sendo tratado. Sendo os Cinejornais uma sucessão de imagens, as mais diversificadas devemos nos atentar para a relação entre a narração e as cenas exibidas e, não apenas isso, mas para a própria criação e associação da imagem dentro daquele contexto apresentado. A historiadora, em seu artigo *Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950*, demonstra como as imagens podem ser migradas de um período a outro e ressignificadas pelo contexto da época na qual foram encaixadas.

Cabe sempre a indagação sobre como analisar as imagens, na medida em que, além de não se constituírem como expressão direta do real, assumem novos significados no momento em que são deslocadas para contextos históricos e formatos narrativos distintos. Tomamos como pressuposto que esse movimento de apropriação por diferentes estratégias narrativas impõe novos significados às imagens, considerando sobretudo a forma de seu conteúdo em outras produções e conjunturas históricas<sup>132</sup>.

Os temas e os assuntos escolhidos para serem apresentados pelos Cinejornais, como vimos, vêm associados a escolhas de imagens e som. E, antes mesmo disso, ao posicionamento da câmera perante cada cena filmada, a quantidade de luz necessária, à proximidade do objeto, a escolha do cinegrafista quanto ao enfoque dado ao objeto filmado, entre outras decisões que competem à visão de quem está por trás da câmera.

A edição das imagens desses Cinejornais também são muito importantes, pois as seqüências das cenas podem apresentar mensagens com interpretações variadas, ou mesmo nem serem percebidas. É um trabalho delicado e nem sempre exato, pois lida com olhares daqueles que os analisam. No Cinejornal Informativo v.3 n.29 [1952] sobre a Parada de Sete de Setembro há um trecho em que desfilam os carros do exército enquanto a voz em off se refere aos veículos como um impressionante conjunto poderoso de máquinas de guerra que *“dirigidos por soldados experimentados esses mecanismos representam um esteio do nosso Exército”*. Na cena seguinte a essa fala aparecem a dona Darcy Vargas na tribuna com outra senhora ao seu lado, dando a nítida impressão que se entreolharam como forma de crítica ao que fora dito, em off, no quadro anterior. E, logo em seguida, as imagens do desfile retornam ao foco da produção. Se foi proposital ou não, não há como saber. Mas, permite interpretações, até mesmo porque o governo não investia no reaparelhamento do Exército, sendo essa uma das reivindicações e insatisfações apresentadas no Memorial dos Coronéis em Fevereiro de 1954.

Abaixo 22 quadros selecionados sobre a Parada de Sete de Setembro de 1952. No item acerca da linguagem cinematográfica utilizada por esses Cinejornais este, em específico será retomado:

---

<sup>132</sup> KORNIS, Mônica de Almeida. **Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950**, in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº34, Julho-Dezembro de 2004, p.73



(continua na próxima página)



Imagem 35



## 2 – Outras versões da História

Em paralelo às produções oficiais dos Cinejornais, havia a publicação de inúmeros periódicos pela imprensa brasileira, a qual, nesse período, apresentava forte oposição ao governo Vargas. Algumas reportagens foram selecionadas para fazerem frente às temáticas exibidas pelos Cinejornais. Porém, não são apresentadas em um sentido de “desmascarar” as produções oficiais. Mesmo porque, também, são frutos de opiniões e idéias, afins ou não ao governo. Trata-se apenas de confrontar versões sobre um mesmo período político, criar um embate entre discursos e buscar, assim, um panorama mais amplo sobre o governo Democrático de Vargas.

(...) o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas: como renunciar ao estudo do poder no interior dessas empresas? Decerto, elas não são homotéticas em relação à coletividade nacional, mas muitas instâncias funcionam de modo semelhante em toda parte: o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos (que não são menos isentos das paixões que outros atores), o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e do fracasso (...). Se alguém alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, eu retrucaria, a partir da minha experiência, que sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política no país<sup>133</sup>.

### 2.1 – O embate entre forças políticas na imprensa brasileira: o posicionamento político dos periódicos analisados

Antes da análise das reportagens é importante fazer um breve apontamento sobre as tendências políticas de cada periódico utilizado nesse item. Dessa forma podemos identificar se seu editorial é contra ou pró-Vargas, se é adepto ou crítico ao liberalismo, comunismo, nacionalismo, etc, e com isso entendermos as matérias aqui apresentadas a partir do lugar de quem as publica. Esse era um período de disputas desenvolvimentistas e liberais, sendo que havia conflitos entre os projetos desenvolvimentistas existentes na UDN, PTB e PSD. Foram pesquisados sete periódicos para a análise do período, são eles: Jornal do Brasil; Jornal A Manhã; O Correio da Manhã; A Noite; Flan: o jornal da semana; Imprensa Popular; e A Última Hora<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> RÈMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 225.

<sup>134</sup> Tais pesquisas foram realizadas através do site da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O *Jornal do Brasil*, desde 1891, quando foi criado, passou por reformas e mesmo mudanças em sua postura política. Inicialmente monarquista, com Joaquim Nabuco a sua frente, passou a ser, mais tarde, um órgão mais informativo do que de opinião. Buscou posição moderada frente à política brasileira, mas apoiou os paulistas em 1932 contra o governo provisório e inconstitucional de Getúlio Vargas. Manteve uma visão conservadora e católica e, ao longo do Estado Novo, preocupou-se em conciliar-se com o governo Vargas. Na década de 1950, já sem a censura que existia no período varguista anterior, o *Jornal do Brasil* teceu diversas críticas a Vargas, principalmente no que dizia respeito às medidas anti-inflacionárias buscadas por seu ministério da fazenda. Não se definia como um jornal pró Vargas, mas ao mesmo tempo, não alinhava-se diretamente à oposição.

Durante essa fase de transição, o *Jornal do Brasil* manteve sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas. O jornal condenou o atentado da Toneleros e reprovou o chamado “mar de lama”, mas não se pronunciou a favor do *impeachment* do presidente nem encampou as denúncias apaixonadas de Carlos Lacerda.<sup>135</sup>

O *Jornal A Manhã* foi criado em 1941, por Cassiano Ricardo, para ser porta voz do Estado Novo. Após a queda de Vargas sobreviveu sem uma postura contundente que pudesse se alinhar ao período Democrático do país ou mesmo fazer frente a esse momento. Seguiu sem diretriz por estar associado unicamente ao Estado Novo. Durante o governo autoritário de Vargas *A Manhã* reunia em sua redação grandes nomes da literatura brasileira que, aos poucos foram se desvinculando do jornal devido a crises financeiras com a queda eminente do Estado Novo. Fechou em 1953 sem se coadunar com o período Democrático brasileiro.<sup>136</sup>

O *Correio da Manhã*, criado em 1901, compôs sua História por oposições à situação. De 1930 a 1937 opôs-se ao governo de Getúlio devido às políticas econômicas e imigratórias adotadas. Não compactuou com o movimento Queremista, apoiando a candidatura de Eduardo Gomes. Manteve suas tradições e posições liberais. Já na década de 1950 contrariou o monopólio estatal do Petróleo pela Petrobrás a favor da liberdade de exploração pelos EUA, assim como protestou contra o limite de 10% para

---

<sup>135</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, e MONTALVÃO, Sérgio. **O Jornal do Brasil**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 20/03/2013.

<sup>136</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Manhã (1941)**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 20/03/2013.

a remessa de lucros das empresas estrangeiras no país. Acusou Getúlio de dar uma guinada política à esquerda devido ao aumento do salário mínimo e também ignorou o “Plano Aranha” como sendo uma tentativa de solucionar o problema inflacionário brasileiro e apoiou o Manifesto dos Coronéis. Basicamente uma postura anti-varguista ao longo de todo o seu Governo Democrático.

O jornal *A Noite*, criado em 1911 assumiu, com seu segundo proprietário Geraldo Rocha, o apoio a Julio Prestes, nas eleições para sucessão de Washington Luís, em detrimento a Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal. Empastelado e depredado pelos revolucionários *A Noite* contraiu imensas dívidas que o tirou das mãos de Geraldo Rocha para as mãos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, assumindo uma postura mais moderada. Porém, em 1940 o *A Noite* foi encampado pelas Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, pois, de acordo com Carvalho Neto: “a independência de *A Noite* incomodava o governo, e a alternativa era transformá-lo num ‘diário oficial’... Assim, *A Noite*, no decorrer dos 17 anos de encampação, transformou-se por decreto em órgão de elogio obrigatório a todos os governos”.<sup>137</sup>

Flan: o jornal da semana foi um semanário oposicionista lançado em 1953. Suas matérias eram escritas de forma a satirizar e incitar protestos acerca o governo Vargas e suas medidas. Com caráter popular, mantinha em suas manchetes um tom sensacionalista e apelativo.<sup>138</sup>

O jornal *Imprensa Popular*, criado em 1948, foi um jornal vinculado ao Partido Comunista Brasileiro – PCB. Criado após a cassação do mesmo em 1947 e para substituir a *Tribuna Popular*, jornal do partido. Era um jornal que apoiava campanhas populares e fazia denúncias políticas e econômicas em benefício das classes operárias. Em 1953 sofreu repressão do governo Vargas por incitar a revolta dos operários contra o governo.<sup>139</sup>

Por fim, o *Jornal Última Hora*, fundado em 1951 por Samuel Wainer, corroborava com o Getulismo perante a imprensa. Foi criado para dar suporte e apoio ao governo levando também em conta as demandas populares. Auxiliava e disseminava as

---

<sup>137</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Noite**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 20/03/2013.

<sup>138</sup> Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=100331> Acesso em: 20/03/2013.

<sup>139</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **Imprensa Popular**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 20/03/2013.

ações de Vargas através dos meios de comunicação, defendendo o governo em meio as críticas da imprensa.

As características acima são percebidas ao longo das reportagens apresentadas a seguir. Alguns jornais assumiram posturas moderadas, outros de apoio, oposição e havia mesmo aqueles que pertenciam ao governo - Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – como o jornal A Noite.

Ao assinar o decreto-lei nº 2.073, Getúlio Vargas criava as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. A instituição encampava não só os bens de A Noite, mas todo o acervo da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, presidida por Guilherme Guinle, mas na verdade controlada pela empresa estrangeira Brazil Railway, devedora ao Tesouro Nacional de um empréstimo de mais de 3 milhões de libras esterlinas.<sup>140</sup>

## 2.2 – A imprensa e os Cinejornais: a construção de diversas verdades

Como foi dito no início do capítulo, alguns assuntos ficaram à margem dos Cinejornais e, através da pesquisa com alguns periódicos da época, essa seleção de temas e assuntos fica evidente. A seguir serão apresentadas algumas matérias com temáticas importantes e recorrentes no período, mas que não tiveram espaço nos Cinejornais ou foram abordadas de forma superficial. Essa é uma busca para melhor entender o momento vivido pela sociedade brasileira, através do embate de algumas versões de sua história.

Em Primeiro de Janeiro 1952 o *Jornal do Brasil* teceu inúmeras críticas ao primeiro ano do novo mandato de Vargas no que concerne à educação, em uma matéria intitulada *Educação e Ensino*. Acusou a falta de um plano pedagógico que guiasse e respaldasse o governo, além de apontar a urgência na reestruturação do Ministério da Educação e no currículo escolar. O projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional não era aprovado pelo Congresso, rendendo inúmeras discussões desde o governo anterior, tornando-se, esse, um dos maiores embates do ministro da Educação e Saúde Ernesto Simões Filho.

Simões Filho foi nomeado para o Ministério da Educação e Saúde. Sua atuação à frente da pasta foi bastante condicionada pela tramitação, no Congresso, do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que desde 1946 vinha ocupando grande espaço nas discussões sobre o assunto no país (e continuaria a ocupar até 1961, quando seria finalmente

---

<sup>140</sup> SAROLDI, Luís Carlos. **Vargas e o rádio como espetáculo**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/156463124003468509753889983083929756387.pdf> Acesso em: 14/04/2013

aprovada). Ainda em 1951, foi criada no âmbito da sua pasta a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior.<sup>141</sup>

Em 13 de Março de 1953, publicada pelo Jornal *A Manhã*, uma matéria intitulada *Descentralização do Ensino sem Direito a Novas Reformas* apresentou o ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho falando sobre a Educação brasileira, contrariando idéias de reforma no ensino e tentando a aprovação do projeto de Diretrizes e Bases que desde 1946 tramitava no Congresso em busca de um veredicto dos parlamentares. Abaixo a resposta do ministro ao ser questionado sobre os maus resultados nos exames vestibulares anteriores, admitindo uma falta de preparo no nível médio:

Dos graus do ensino no Brasil, nenhum tem sofrido mais que o grau médio. O que há é um despreparo geral. Temos feito um grande esforço e posso afirmar que no Ministério da Educação há um desejo muito profundo de melhorar o nível do ensino. O governo vai, naturalmente, rever algumas leis referentes ao ensino. Mas, não vamos falar em Reforma. A palavra é pedantesca e não quero ver meu nome, de maneira alguma, ligado a Reformas. Há na Câmara um projeto de Bases e Diretrizes do Ensino que reputo um dos melhores já feitos no Brasil. Virá, principalmente, descentralizar o ensino e, ao mesmo tempo, aprimorar os programas, porque até hoje, ao meu ver, o ensino no Brasil tem ficado muito preso a leis e portarias. O melhor seria dar liberdade ao mestre e aprimorar o rendimento do esforço dele.<sup>142</sup>

A partir de Junho de 1953, com o início da Reforma Ministerial Simões Filho foi substituído, deixando a pasta de Educação e Saúde do governo Vargas. Sua resposta, acima, não esclarece exatamente as medidas que o governo iria tomar para melhorar a educação, apenas negou-se a participar de qualquer reforma, à espera da aprovação do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual só foi aprovado em 1961. A descentralização do ensino, esperada e aprovada pelo ministro, daria mais autonomia aos Estados, não sobrecarregando o poder Federal, como aponta o artigo 10º da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

---

<sup>141</sup> CPDOC. **Ernesto Simões Filho**. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/ernesto\\_simoes\\_filho](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/ernesto_simoes_filho) Acesso em: 17/02/2013

<sup>142</sup> Jornal A Manhã de 13 de Março de 1953. **Descentralização do ensino sem recurso a novas reformas**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20195&pesq=Educa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 17/02/2013

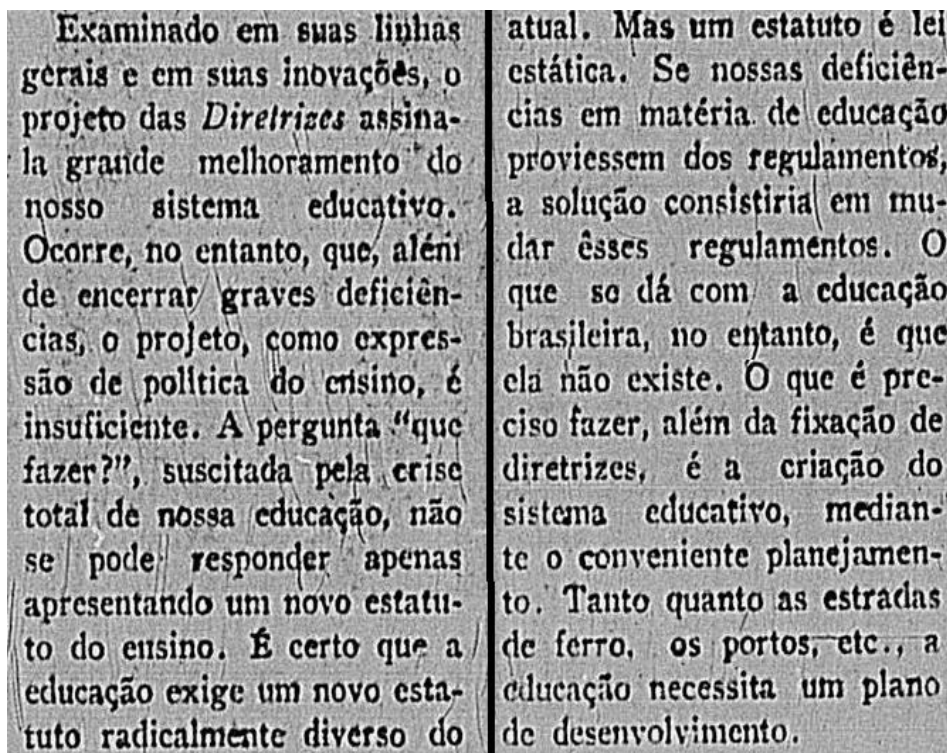


Imagem 36

O Jornal *O Correio da Manhã* de 12 de Agosto de 1952, em uma matéria intitulada como *Diretrizes e Plano*, apresentou sua opinião a respeito da crise da educação vivenciada pelo Brasil, em primeiro lugar elogiando o projeto de lei das Diretrizes e Bases, que seguia em discussão no Congresso, pela autonomia que iria facultar aos Estados e até mesmo aos professores para a elaboração de currículos menos estáticos. Porém, encerrou o texto com a conclusão de que não bastaria mudar a lei ou o estatuto da educação no Brasil, pois mediante a crise desse sistema, por melhor que fossem as teorias, não refletiriam às práticas.

Os Cinejornais do período, 1952 - 53, não exibiram o debate acima mencionado a respeito do esforço pela aprovação do projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tampouco o "*despreparo geral*" que rondava a educação brasileira, de acordo com a entrevista mencionada com o próprio ministro Simões Filho.

Os assuntos relativos à temática da educação que estavam presentes nos Cinejornais diziam respeito às cerimônias militares de encerramento do ano letivo nas: Escola de guerra naval, Escola do Estado Maior do Exército, FAB – Estado Maior da Aeronáutica e Escola Superior de Guerra, onde o presidente aparece entregando os diplomas a cada aluno e militar. Assim como a participação na cerimônia de entrega de

espadins aos cadetes da Escola Naval e na colação de grau dos novos engenheiros da Escola técnica do Exército, entre outras.

E, em relação às cerimônias civis, há de se destacar a *Festa do Aluno n.º 1*, onde estudantes cariocas recebiam medalhas de mérito pelo bom desempenho na escola, como incentivo para “*persistirem nos estudos com dedicação redobrada*”<sup>143</sup>. E, não muito diferente, a cerimônia de *Entrega de insígnias e diplomas da Ordem do Mérito a professoras* no Palácio do Catete. Ainda no âmbito cerimonial, formaturas da Faculdade Nacional de Filosofia, assim como do Colégio Pedro II e entrega de certificados de cursos diversos ilustraram a temática nos Cinejornais. Sem contar os assuntos ligados a modernização, construção e reformas de prédios ligados à educação como do próprio Colégio Pedro II, da Faculdade Nacional de Química, a visitas às instalações de uma escola profissionalizante em Friburgo, etc...

O aspecto qualitativo, ou mesmo quantitativo, da transformação do processo educacional, como: os níveis de matrículas realizadas; ou mesmo de estudantes aprovados no vestibular para ingresso ao ensino superior, assim como as medidas propostas pelo governo relativas à ampliação do acesso às escolas, e os planos e diretrizes adotados para solucionar o déficit no campo educacional, são assuntos inexistentes dentro da temática nos Cinejornais, restando a busca na imprensa escrita para a obtenção de informações a esse respeito e, na maioria das vezes, apesar do número de instituições de ensino e pesquisa implementados, o que se observa são críticas sobre a qualidade e a abrangência do sistema educacional brasileiro.

Assim como no caso dos Cinejornais que abordaram a questão da seca no Nordeste em 1953, já apresentados nesse capítulo, essas produções, mais uma vez, demonstram ter o seu foco voltado, não para os processos, mas sim, diretamente para as soluções ou demonstrações de eficiência por parte do governo. Tantas cenas de entregas de diplomas e formaturas foram exibidas, como se isso pudesse ratificar a excelência educacional do período. Na medida em que o analfabetismo e as baixas taxas de matrículas não são mencionados sequer como parte de uma ação governamental, sendo apenas veiculados ao público os estudantes, civis e militares, recebendo seus diplomas e certificados de conclusão de curso há uma intencional construção de conteúdo.

---

<sup>143</sup> Cinejornal Informativo v. 3 n. 1 (1952). Disponível em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentifier=0&\\_EntityIdentifier=cgiVBrYQl6vMR5kGtPfuAl9wlubfCQg22c2XPf3szhc7\\_E.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentifier=0&_EntityIdentifier=cgiVBrYQl6vMR5kGtPfuAl9wlubfCQg22c2XPf3szhc7_E.&idRepositorio=0&modelo=0) Acesso em: 17/02/2013

# EDUCAÇÃO E ENSINO

**BALANÇO ANUAL** - É necessário e oportuno, no momento mesmo em que começa o Novo Ano, realizarmos sumário balanço das principais atividades pedagógicas que se desenvolveram no País no decorrer de 1951. A total ausência de um plano governamental, que sistematize e especifique o que deveria ter sido feito obrigando a respigar, aqui e ali, as atividades do Ministério e suas realizações pedagógicas de cunho prático e produtivo. Não será preciso dizer que esse balanço igid que apresentará saldo negativo. A c o m p a nhamos, desveladamente, tudo quanto os jornais noticiaram sobre educação. Procuramos nos informar sobre o assunto e somos forçados a confessar que pouco foi realizado.

Em primeiro lugar, ipri de termos uma Constituição promulgada há cinco anos, ainda não possuímos as leis complementares que, em pedagogia, harmonizem nosso ensino aos novos ditames legais que governam o País. Regemo-nos atirados de estatutos sancionados quando outro era o regime constitucional. Por consequente, fossemos um País organizado e isso constituiria crime de irresponsabilidade flagrante e intencível, eis que todas as nossas leis de ensino estão inquinadas de insanável nulidade. Pari-passu, uma legislação casuística e episódica, inteiramente contrária aos seus postulados pedagógicos, e posta em execução, inutilizando mais ainda o nosso panorama educativo. O Ministério da Educação precisa ser urgentemente reestruturado, pois seus atuais órgãos não se coadunam com o papel constitucional que lhe está reservado. Todos sabem quais os principais problemas que atigem o nosso ensino. Falta, apenas, remédio adequado e eficaz. Acha-se o currículo sobrecarregado.

Realmente esta. Mas que se faz para aliviá-lo? Ao que nos consta, absolutamente nada. A Lei de Bases e Diretrizes - postulado constitucional importantíssimo - está placidamente adormecida no seio do Parlamento.

Ninguém se apressa em despertá-la da letargia. Os novos programas não podem cumprir a sua finalidade, primeiro, porque o maior repouso no currículo, que não foi alterado e, depois, porque os novos deixam muito a desejar pelos motivos que tantas vezes expusemos sem contestação possível. O mesmo se pode dizer dos horários, elaborados como simplex remendo sem utilidade prática de nenhuma espécie. Tudo isso ui esta. Existem, também, as famosas campanhas do Ministério da Educação ora menos trunfeteadas pela publicidade oficial, mas, nem por isso, mais frutuosas ou produtivas. O ensino privado - a deusa da salvação - não sabe como lhe correrá o ano de 1952. A situação do corpo docente e o alto e inevitável preço das anuidades para pagar o professorado, colocam a educação secundária no mesmo nível em que já se encontram os artigos de alto luxo. E, até agora o Governo não tomou a menor providência para conjurar a crise.

A propalada duplicação do Colégio Pedro II ainda é problemática em que presem reiteradas declarações ultimamente publicadas pela imprensa...

Claro está que esses fatos serão apontados em cores roseas e frases otimistas no classico relatório submetido pelo Executivo ao Legislativo. Mas, conrenhamos entre o linguajar oficial e a realidade dos fatos ha uma grande diferença. E o mais tragico a nosso ver, é que o povo já está compreendendo tudo isso e se esboça, com suma gratidade, uma crise de confiança muito mais séria do que podemos imaginar. Realmente, promessas não bastam. É preciso ação. Que adianta prometer ensino barato, se essas escasseiam ante o aumento crescente da população escolar?

Que adianta prometer ensino barato, se esse cada vez se apresenta mais caro e deficiente? Que adianta assegurar facilidades aos estudantes, se a deserção escolar - com base fundamentalmente econômica - e cada vez maior e mais irrequente? Tudo isso e muito mais é patente aos olhos de todos e todos começam a sentir tudo isso talando fundo na propria carne. Esperemos que em 1952 sejam realizadas as promessas do candidato de 1950. - SOUZA BRASILEIRO

1

prático e produtivo. Não será preciso dizer que esse balanço igid que apresentará saldo negativo. A c o m p a nhamos, desveladamente, tudo quanto os jornais noticiaram sobre educação. Procuramos nos informar sobre o assunto e somos forçados a confessar que pouco foi realizado.

2

Claro está que esses fatos serão apontados em cores roseas e frases otimistas no classico relatório submetido pelo Executivo ao Legislativo. Mas, conrenhamos entre o linguajar oficial e a realidade dos fatos ha uma grande diferença. E o mais tragico a nosso ver, é que o povo já está compreendendo tudo isso e se esboça, com suma gratidade, uma crise de confiança muito mais séria do que podemos imaginar. Realmente,

3

Que adianta prometer ensino barato, se esse cada vez se apresenta mais caro e deficiente? Que adianta assegurar facilidades aos estudantes, se a deserção escolar - com base fundamentalmente econômica - e cada vez maior e mais irrequente? Tudo isso e muito mais é patente aos olhos de todos e todos começam a sentir tudo isso talando fundo na propria carne. Esperemos que em 1952 sejam realizadas as promessas do candidato de 1950. - SOUZA BRASILEIRO

Imagem 37

O conteúdo do trecho 1, da matéria apresentada acima sobre *Educação e Ensino*, pelo *Jornal do Brasil*, já mencionado acima, denuncia o pouco realizado pela educação brasileira no ano de 1951, o que pode ter sofrido o impacto da protelação na aprovação, pelo Congresso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e até mesmo da



instabilidade interna do governo. O trecho 2 é interessante, pois, ao mesmo tempo em que alerta para as dissimulações dos relatórios oficiais perante o assunto da educação, sinalizando para distorções e manipulações por parte do governo no afã de mascarar a crise educacional, aponta para uma crise de confiança na política varguista, por parte do povo, que já percebeu tais mecanismos oficiais e está ciente do avanço dos problemas.

E Souza Brasil, jornalista autor da crítica, finaliza seu texto, conforme assinala o trecho 3, cobrando as promessas feitas pelo candidato de 1950. Pois, este havia prometido educação barata para todos antes de sua eleição e o quadro que o autor apresenta é de deserção escolar crescente por motivos econômicos.

A educação não foi um setor próspero no governo Democrático de Vargas, como já foi demonstrado nesse capítulo a partir do texto de Helena Bomeny, por tanto as ofensivas do *Jornal do Brasil* de 1952 não são despropositadas, mas, ainda assim, devemos tomar cuidado com os extremos. Entre as produções oficiais, representadas aqui através dos Cinejornais e as críticas auferidas a Vargas há um abismo, onde, certamente se localizam algumas realizações, como no ensino profissionalizante, por exemplo, o qual, inclusive, foi apresentado pelo Cinejornal Informativo v.2 n.47 [1951]

Outra questão que esteve presente ao longo de todo o governo Democrático de Vargas foi a escassez de energia elétrica, demandando a construção de mais hidrelétricas. O problema despontou com o crescimento urbano, ocasionando maior gasto de energia, simultaneamente com um período de estiagem baixando a vazão de importantes rios utilizados para a geração de força.

A temática Energia foi apresentada nos Cinejornais, porém, não como um problema. O Cinejornal Informativo n.33/54 [1954] apresenta o tema a partir da realização, no Rio de Janeiro, da Conferência Mundial de Energia. Como esse número está sem o áudio, como uma grande parte das produções de 1954, não foi possível saber o teor da narração, mas as imagens apresentaram, em cerca de um minuto e quinze segundos, um grande auditório com palestrantes e ouvintes de diversas nacionalidades, como se percebe pelas diferentes placas de identificação. O registro dessa conferência foi encaixado, no Cinejornal, entre duas temáticas artísticas que não tinham nada em comum com a questão da energia no Brasil – com isso relembro José Inácio Melo Souza.

De toda forma, o problema em si, não foi debatido por outros Cinejornais e, certamente, também não deve ter sido por esse. Talvez esse caso possa ser identificado como uma abordagem superficial de alguma questão mais grave que preocupava o país.

Nesse caso, preocupava principalmente as metrópoles, pela quantidade de moradores e pela contínua modernização da vida urbana.

# A CRISE DA ENERGIA ELETRICA

**A Usina da Ilha dos Pombos está funcionando a plena carga — Fala o presidente da Comissão de Racionamento**

O racionamento de energia continua sem qualquer alteração, estando, entretanto, os dirigentes da comissão especial sempre alertas em torno do caso. Falando à nossa reportagem sobre a situação nesta capital, disse o coronel Alcir de Paula Freitas, presidente da Comissão de Racionamento:

— Tudo está correndo mais ou menos bem, sendo a situação normal, estando em fase de equilíbrio. Ninguém deve, entretanto abusar, pois agir de modo contrário seria provocar da nossa parte medidas restritivas mais acentuadas, em prejuízo da população. As cotas estão sendo mantidas sem quaisquer modificações. A vazão hoje é de 670 metros cúbicos por minuto, estando a Usina da Ilha dos Pombos em funcionamento a plena carga.

Imagem 38

# GERADORES DE EMERGENCIA PARA ATENUAR A CRISE DE ENERGIA ELETRICA

Solicitada a colaboração dos ministérios militares — Seriam utilizadas as instalações dos cruzadores "Barroso" e "Tamandaré" — Grave, também, a situação em São Paulo

O General Pío Borges, presidente do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, no sentido de atenuar as consequências da escassez de energia elétrica no Rio e em São Paulo, apelou para os ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica: pedindo-lhes a cooperação das forças armadas para minorar os efeitos da falta de energia elétrica decorrente da excepcional estiagem e do acidente (Conclui na 8.ª pág.)

Imagem 39

# **AVISO**

## **AOS CONSUMIDORES DE LUZ E FÔRÇA**

As medidas de racionamento, estabelecidas pelo Egrégio Conselho Nacional de Águas e **Ener-**gia Elétrica, através da Resolução n. 841, de 3 de fevereiro do corrente ano, para vigorar até 31 de agosto próximo, as quais se destinam a aliviar a sobrecarga do sistema gerador desta Companhia, precisam ser observadas com o máximo rigor, a fim de evitar perturbações sérias no suprimento de **energia**.

A capacidade disponível, que será ampliada quando da inauguração das novas unidades geradoras da Usina de Forçacava, está atualmente mais reduzida, em virtude da vazão muito baixa do Rio Paraíba, com diminuição substancial da capacidade da Usina da Ilha dos Pombos.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FÔRÇA  
DO RIO DE JANEIRO LIMITADA, SOCIÉTÉ  
ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO**

Imagem 40

O Governo Democrático de Vargas lidou com uma forte situação de crise econômica, com altos índices inflacionários e graves questões a serem resolvidas sobre as taxas cambiais adotadas. É interessante atentarmos para o fato de que em meio a tal conjuntura, inclusive somando-se os problemas decorrentes da falta de energia, os Cinejornais tinham como um dos principais pilares a modernização brasileira, o

progresso urbano e tecnológico do país. As crises conjunturais e estruturais, internas e externas, passavam longe de qualquer número exibido.

Além disso, a instabilidade econômica do Brasil trazia à baila problemas muito mais graves dos quais ela só era o efeito, por exemplo, o desencontro entre as próprias políticas internas do governo Vargas. Os desencontros de posições e propostas existiram em mais de um setor, prejudicando e postergando decisões. A composição ministerial realizada por Vargas antes de 1953, na tentativa de conciliar interesses e amenizar oposições, já apresentada no capítulo I, favoreceu uma composição de forças que enfraqueceram o próprio governo. Mas, enquanto isso, os Cinejornais exibiam um povo satisfeito e uma economia promissora, voltada para o que havia de moderno em termos tecnológicos.

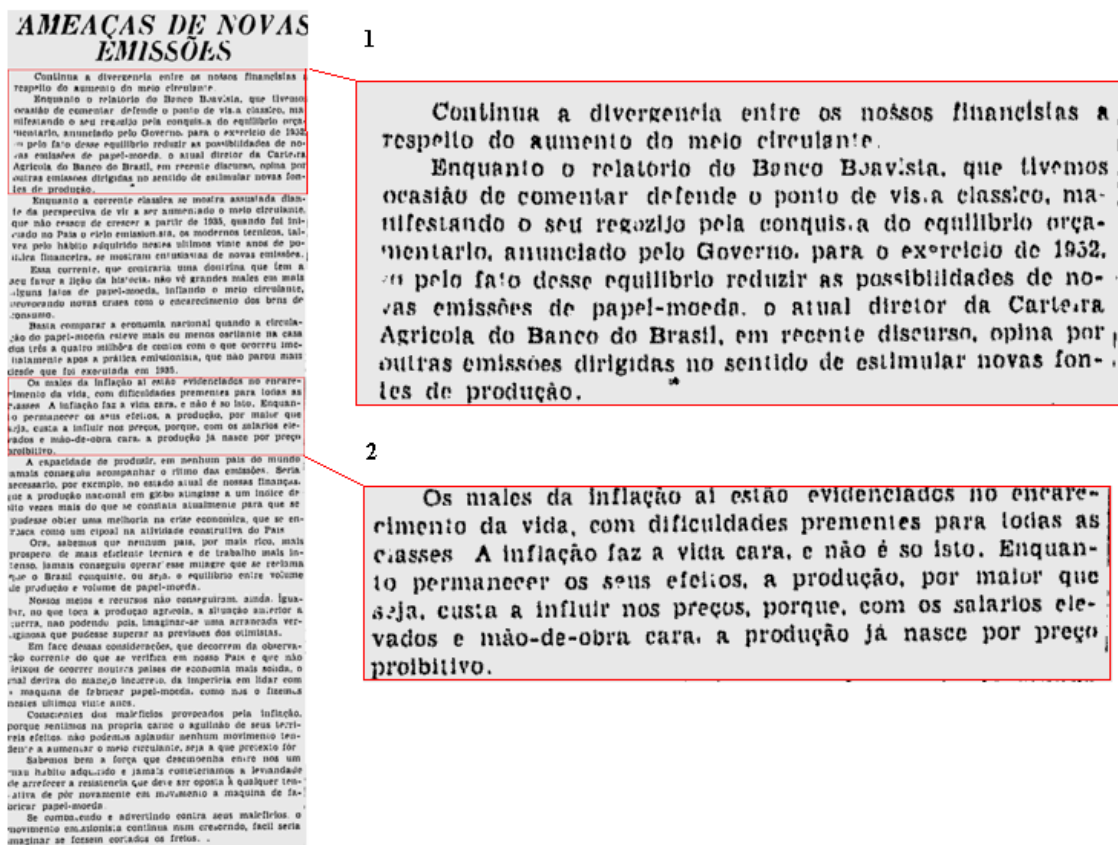


Imagem 41

O texto publicado pelo *Jornal do Brasil* de Primeiro de Março de 1952 expôs as brechas na política de Vargas que os Cinejornais, como propagandas oficiais, trataram de excluir de suas edições. O trecho 1 aborda o problema das emissões de papel moeda, o que só agravaria a inflação e a desvalorização do Cruzeiro. Em paralelo a essa questão está a falta de entendimento entre setores econômicos que, até a Reforma

Ministerial, a qual substituiu o ministro da Fazenda, causou graves problemas para a economia do Brasil e para a imagem do governo também. O trecho 2 trata da inflação, do aumento do custo de vida, da falta de produtos básicos de alimentação e higiene devido aos altos preços e, além disso, do salário mínimo do trabalhador que muitas vezes ficou a baixo da inflação. No ano de 1952 quando esse texto foi publicado, Getúlio havia assinado um aumento no salário mínimo para que pudesse, pelo menos, equiparar-se à inflação.

**O RECONHECIMENTO DA REALIDADE**

Muito se tem comentado, nestes últimos tempos, acerca da situação econômico-financeira do Brasil, que é realmente de graves aperturas e de dias aflitivos para a maioria da sua população, cujos recursos provêm de salários fixos. Isso tem sido causa de toda uma série de sugestões e medidas que se praticam no intuito de reduzir as dificuldades, sem alterar, entretanto, o curso dos acontecimentos.

A vida está cada vez mais cara, porque os preços nominais das providências com que se pretende estabilizá-los. E sucede, então, surgirem os protestos e as greves dos que pugnam pelo aumento dos ganhos, no intuito de poder suportar os gastos indispensáveis à simples condição de viver. Esse é o panorama dos dias presentes, revelado sem exageros e diante das ocorrências registradas pela imprensa.

Muitos são os erros apontados como causa dessa transformação sofrida pelas finanças e pela economia do País e cujas consequências tanto colaboram para esse estado de espírito que vai dominando os brasileiros, já desesperançados de qualquer melhoria. Todos querem obter salários mais altos, porque não acreditam na redução do custo da vida. Acontece, porém, que a majoração dos salários implica, evidentemente, na elevação do custo dos serviços e da mão-de-obra.

**1**

Muitos são os erros apontados como causa dessa transformação sofrida pelas finanças e pela economia do País e cujas consequências tanto colaboram para esse estado de espírito que vai dominando os brasileiros, já desesperançados de qualquer melhoria. Todos querem obter salários mais altos, porque não acreditam na redução do custo da vida. Acontece, porém, que a majoração dos salários implica, evidentemente, na elevação do custo dos serviços e da mão-de-obra.

Aumenta-se, desse jeito, um círculo vicioso de onde ninguém sabe quando se poderá sair.

O recurso às greves e aos dissídios, como ponto culminante dos desacordos, encontra solução na justiça trabalhista, a cujas portas vão bater os interessados sob alegação de ser insuportável o desequilíbrio entre salários e preços. E logo o custo das coisas começa a demonstrar novas investidas para o alto até alcançar nível condizente com o volume das responsabilidades trazidas para os produtores e empregadores, porque esses procuram manter o percentual dos lucros sem baixa de natureza sensível.

**2**

O recurso às greves e aos dissídios, como ponto culminante dos desacordos, encontra solução na justiça trabalhista, a cujas portas vão bater os interessados sob alegação de ser insuportável o desequilíbrio entre salários e preços. E logo o custo das coisas começa a demonstrar novas investidas para o alto até alcançar nível condizente com o volume das responsabilidades trazidas para os produtores e empregadores, porque esses procuram manter o percentual dos lucros sem baixa de natureza sensível.

Não é fácil, portanto, a tarefa que compete ao Governo e sobretudo quando ele próprio, para acudir responsabilidades financeiras, vai ao recurso das emissões de papel-moeda, agravando, cada vez mais, a situação dominante.

A carreira desabalada dos preços, para esse desmanteado que não encontrou remédio até agora, vem desde o início das emissões a jato contínuo, provocadora da redução do poder de compra da moeda, cujas consequências não foram previstas porque, na época, se faziam ouvidos de mercador. E os responsáveis, em parte, por essa política financeira de resultados tão desastrosos, lutam, agora, por encontrar meios e modos de conter, pelo menos, a marcha do mal, embora seja esse um problema dos mais complicados tendo em vista a série de fatores chamados à colaboração e uma vez examinadas as condições de eficiência de cada qual desses elementos.

**3**

Não é fácil, portanto, a tarefa que compete ao Governo e sobretudo quando ele próprio, para acudir responsabilidades financeiras, vai ao recurso das emissões de papel-moeda, agravando, cada vez mais, a situação dominante.

Sendo, talvez, possível ao Governo estabilizar o valor do cruzeiro, pelo abandono de novas emissões, ter-se-á de aguardar o influxo da produção geral no País de jeito a influir para que os preços venham fixar-se levados pela fatura nos mercados consumidores. Sem uma e outra coisa, os embaraços não se removem, vale dizer, a vida tem que prosseguir nesse vácuo de reajustamentos que tanto abalam as condições de ambas as partes interessadas.

Por aí se vê que o mal criou raízes profundas, cuja extirpação exige trabalho longo e cuidadoso. Mas o necessário é executá-lo sem traços de demagogia ou promessas vãs. Antes, fazendo aclarar os horizontes para o futuro por meio não somente das providências anunciadas ou postas em prática, mas por processos de orientação que conduzam o espírito público ao estado de reconhecimento da realidade e como se há de processar a volta ao regime de tranqüila condição de vida.

Anunciar melhorias que a precariedade de certos setores de real importância não permitem realizar, é promover ilusões logo desfeitas e fortalecer o descredito na ação das autoridades que se empenham pela conquista do equilíbrio espiado por todos. Esses têm sido os fatos de até agora, e se surgirem as promessas sobrevenem logo um efeito contraditório e a situação como que se transforma para pior.

Imagem 42

Há um Cinejornal com essa temática, exibindo o ato da assinatura do decreto por Vargas enquanto a narração em off fala de “mais um” benefício para o trabalhador. Porém, tal aumento não proporcionou melhores condições de vida, apenas recuperou o

poder de compra que, com o salário defasado, tornou-se quase nulo para quem dependia de um salário mínimo para viver.

A reportagem acima, publicada no *Jornal do Brasil* de primeiro de Abril de 1953, com o título “*O Reconhecimento da Realidade*” Aponta, novamente, para a grave questão inflacionária, sinalizada no capítulo I. Da matéria apresentada selecionei três trechos para discussão, que nos indicam algumas das demandas e insatisfações pertinentes ao primeiro semestre de 1953. O trecho 1 aponta para erros cometidos pelo governo na área econômica; para um estado de descrédito no governo por parte do povo; e a sinalização de um círculo vicioso que poderá alimentar a espiral crescente dos preços. Ambas observações tem sua justificativa nos conflitos internos ocorridos a partir de 1951 entre os órgãos vitais da economia do Estado, como Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, Assessoria Econômica e Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, também já tratados no capítulo I. A implementação da Lei do Câmbio livre, em Janeiro de 1953, pode ter contribuído para o cenário devido à desvalorização do Cruzeiro frente ao Dólar, onerando as importações. As dificuldades no controle e combate à inflação, além dos desentendimentos internos ao governo, também, foram fatores que impulsionaram a Reforma Ministerial de meados de 1953.

Em meados de 1953, Horácio Lafer e Ricardo Jafet foram substituídos no Ministério da Fazenda e no Banco do Brasil, respectivamente, por Oswaldo Aranha e Marcos de Sousa Dantas. Ambos tinham como meta, novamente, aplicar medidas antiinflacionárias e controlar o déficit público. Mais do que isso, em outubro de 1953, ao anunciar o Plano Aranha, o ministro da Fazenda propôs a subordinação do Banco do Brasil ao Ministério da Fazenda a fim de evitar conflitos como os que haviam ocorrido entre o ex-ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e o ex-presidente do Brasil, Ricardo Jafet, e que haviam criado complicadores para a estabilização fiscal.<sup>144</sup>

A revista *Conjuntura Econômica* de Dezembro de 1952 já trazia uma matéria acerca desses conflitos cambiais da política financeira do Brasil, antes da Reforma Ministerial de 1953, representados pelo déficit nas exportações de produtos brasileiros, contribuindo para uma menor arrecadação da União e uma conseqüente dificuldade de equilíbrio do balanço de pagamentos.

O que contribuiu para tal redução das exportações, além da concorrência de outros países oferecendo os mesmos produtos ou semelhantes aos países importadores,

---

<sup>144</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. **Política Cambial e indústria**. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaCambial> Acesso em: 08/02/2013

foi o elevado preço de nossos produtos causado pela disparidade entre o valor de nossa moeda no mercado interno e externo. A inflação assumindo maiores níveis a partir do final de 1952 em oposição a nossa taxa cambial, a qual permanecia estável, favoreceu as compras no exterior, desaquecendo o mercado interno, o que concorria diretamente para a continuidade do desequilíbrio do balanço de pagamentos do país à medida que continuava o aumento das importações em detrimento às exportações.

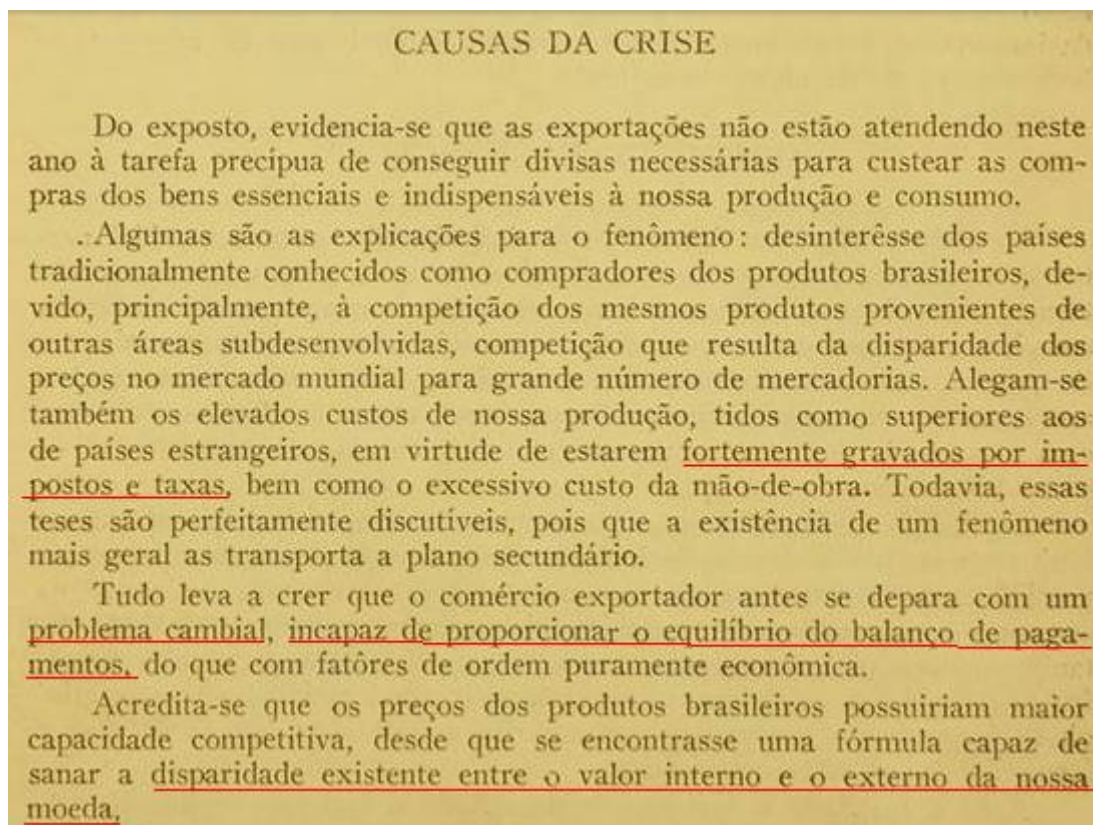


Imagem 43

O trecho 2 apresenta interessante entendimento sobre os fatores que podem ter contribuído para a alta dos preços ao elencar a política trabalhista como um deles. Ao dizer que um dos motivos dos empresários aumentarem os preços de seus produtos era para se reestabelecerem dos gastos e prejuízos que a política trabalhista os impusera ao cobrar o direito do trabalhador é não apenas uma crítica à política econômica de Vargas, mas a sua política social, podendo interferir nas opiniões de setores da elite acerca da condução política varguista.

O trecho 3 apresenta uma denúncia contra o governo frente à situação econômica brasileira ao indicar que, para cumprir com obrigações financeiras imediatas Vargas recorria à impressão contínua de papel moeda agravando ainda mais a situação

de crise inflacionária, acirrada em 1953. A revista *Conjuntura Econômica*, também, de Dezembro de 1952 explica que os mecanismos encontrados pelo governo para tentar conter a situação de crise financeira, além de terem sido provisórios, contribuíram para o círculo vicioso denunciado pela reportagem do Jornal do Brasil apresentada acima:

Surgirão, então, visando aliviar uma situação angustiosa, os financiamentos por preços previamente garantidos pelo governo, e a equisição pelo Banco do Brasil de alguns produtos gravosos, tais como algodão, lã, sisal, etc. Todavia, sabe-se que medidas dessa ordem em países de escassos recursos econômicos e orçamentários, como o nosso, só podem ser transitórias e restritivas. Também, o sistema de compra pelo Governo dos produtos em crise o obrigaria a efetuar emissões maciças, que iriam inflacionar ainda mais o mercado interno e acentuar a disparidade existente entre o poder aquisitivo interno e externo de nossa moeda.

Imagem44

**A DESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO**

O Ministro da Fazenda do Brasil, Sr. Horacio Lafer, declarou no México, com grande seriedade, que não tem o menor fundamento a notícia de uma iminente desvalorização do cruzeiro.

O Ministro não mentiu. E, se os mexicanos viessem fazer uma visita coletiva ao Brasil, teriam oportunidade de verificar que, mesmo se o Governo quisesse, agora já não é possível desvalorizar mais o cruzeiro. A nossa moeda chegou ao mais alto grau de aviltamento, atingindo os limites do possível. Com um cruzeiro não se compra atualmente uma banana ou uma laranja na quitanda. Com um cruzeiro não se compra nada, e, nestas condições, não é crível que o Governo pense em desvalorizá-lo ainda mais. Já chega!

Imagem 45

Os produtos “gravosos” mencionados na reportagem da revista *Conjuntura Econômica* são aqueles que não conseguiram ser exportados, onerando seus produtores por não darem o retorno esperado. Então, para evitar maiores estragos na economia nacional o governo se propôs a comprar tais produtos para tentar revendê-los mais tarde. Essa política já é uma velha conhecida de nossa economia que desde o início do século XX arcava com os prejuízos dos produtores de café ao comprar as safras que não eram



vendas, queimando-as em seguida, para manter estável, provisoriamente, o preço do produto.

Como era de se esperar, o aumento do custo de vida e a inflação, que tornava o salário mínimo, mesmo após o aumento de 1952, já completamente defasado frente às altas constantes de preço, gerou insatisfações populares, o que abalou ainda mais o governo Vargas ao ver-se em meio a uma greve generalizada que reuniu aproximadamente 300.000 trabalhadores. Esses pressionavam o governo a instituírem novo aumento de salário, entre outras demandas.

Os Cinejornais desse período não exibiram as greves, tampouco as insatisfações dos trabalhadores em relação à política econômica e trabalhista do governo. Pelo contrário, em 1953, exibiu homenagens feitas a Getúlio por trabalhadores e, além disso, lançou um Cinejornal de Edição especial intitulado “O roteiro da redenção dos trabalhadores”, já citado nesse mesmo capítulo. Tal número apresentava João Goulart entre os trabalhadores, conversando de perto e recebendo o carinho do povo. Isso significava que o roteiro de redenção seria através da concórdia entre trabalhadores e governo e não através de greves, manifestações ou reivindicações do tipo.

SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 SÃO PAULO 1953 Pág. 3

**de Joel Silveira** Consequência da Incapacidade Dos Homens:

**Em SÃO PAULO o Progresso**

**É Uma CATASTROFE**

No Dia 20 de Março, o Povo da Grande Cidade Começou a Forçar a Jaula de Cimento — A Safra de Dez Anos: um Milhão a Mais de Pessoas, Dois Mil Arranha-Céus, Mil Fábricas Novas, Centenas de Injustiças e Sofrimentos

Os alicerces da sede do Automóvel Clube, em São Paulo, se enterram, profundos, no melhor chão paulista. É um edifício sólido, foi feito para vencer o tempo e durar a vida inteira — como uma inapugnável fortaleza de ouro e pedra guardando, e isolando do mundo urbano, os seus poderosos senhores.

Quando o heráldico homem rico de São Paulo cruza a porta do seu castelo, uma ponte levadiça se ergue atrás dele, fecha e dura. O homem rico se tranca no seu Clube como num cofre. E entre aquelas paredes fortes, amparado pelas poltronas fofas, pisando naquele chão de

tapetes caros, ele há anos vem se sentindo seguro e inatingível.

Mas naquela terça-feira, 22 do mês passado, a terrível explosão na cidade fez estremecer os alicerces do castelo, sacudiu forte os vidros das janelas, e forçou, como um vento de fúria, as cortinas pesadas. Pegado de surpresa pelo estrondo, o homem rico engoliu as presas o resto do almoço, mandou buscar, aflito, os jornais da tarde. E os jornais lhe contaram, aos gritos, a enorme desgraça que acabara de acontecer.



Imagem 46

# GREVE DOS TRABALHADORES DA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

As mulheres dos ferroviários os principais elementos do movimento, que obedece à velha tática dos comunistas

*Belo Horizonte, 1 (Asupress)* — Assumiram novos aspectos de violência nas últimas 48 horas, a greve dos trabalhadores da Rede Mineira de Viação, em Divinópolis, cujo irrompimento anunciamos com o relato de tentativas de depredação esboçada por elementos exaltados no pátio das oficinas. Outras notícias chegadas hoje, anunciam o recrudescimento da greve, da qual participam ativamente mulheres de ferroviários na "campanha da fome" apesar das contramedidas policiais postas em prática para reprimir a infiltração de agitadores comunistas e a propagação da desordem. As últimas horas da noite de ontem, em virtude dos repetidos choques entre grevistas e soldados, novos reforços policiais foram enviados à Divinópolis, inclusive um carro do Corpo de Bombeiros de grande segunda apuramos, a dispersar aglomerações com jatos d'água.

## PARALISADO O TRAFEGO DE TRENS

Em consequência do movimento previsto irrompido sexta-feira última pelos ferroviários da Rede Mineira de Viação, continua paralisado o tráfego de trens, prevendo-se que com a intervenção do governador do Estado seja encontrada uma fórmula conciliatória para o retorno dos paralisados aos serviços.

da Rede Mineira de Viação, e ordenaram aos trabalhadores que paralisassem os trabalhos. Soldados, tendo à frente o delegado José Geraldo, tentaram conter as manifestantes, fazendo vários disparos para o ar. A certa altura diversas mulheres se arruaram com os soldados, saindo do choque vários feridos de parte a parte. Os soldados foram espancados a golpes de cacetetes e com os saltos dos sapatos.

## A FORÇA TIRAVAM OS MAQUINISTAS DAS COMPOSIÇÕES

Os trens que iam chegando à estação de Divinópolis eram impedidos pelas mulheres e os ferroviários. Apagavam as caldeiras e retiravam os maquinistas a força. Muitas das manifestantes deitavam-se sobre o leito da estrada, obrigando os trens a paralisarem sua marcha. Porém, nenhum estrago se verificou no material rodante da R. M. V. Há menos de 12 composições tiveram seus caminhos embargados pelas manifestantes.

Informa-se, que um soldado foi morto ontem à noite, no choque travado com as mulheres, esposas dos ferroviários. Adiantam mais que diversas mulheres foram barbaramente espancadas pelos soldados.



Imagem 48

Outro importante assunto que se fez presente nos anos 1950 e que, mais uma vez se isentou dos Cinejornais foi a questão dos imigrantes, das migrações do campo para a cidade, favorecendo o inchaço urbano em detrimento do campo e, com isso, o problema da energia elétrica, entre outros derivados do excedente populacional que os centros urbanos não estavam preparados para receber.

A única temática relativa ao assunto foi no Cinejornal Informativo n.26/54, tendo como descrição: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO [Posse de Toledo Piza na diretoria do INIC; presente o ministro João Cleofas]. E, de acordo com a descrição as cenas apresentadas consistiram no novo diretor assinando o documento de posse na presença do ministro da Agricultura. Não houve nenhum comentário a respeito da situação da época, ou mesmo dos problemas que o novo diretor do órgão enfrentaria,

nem as medidas que seriam adotadas. Na verdade não foi apresentado nem o objetivo e função do órgão. Mas dessa forma a palavra imigração se fez presente.

<p><b>A seleção de imigrantes</b></p> <p>O Presidente da República preocupado pelas tendências que se têm verificado ultimamente em S. Paulo e no Rio de Janeiro com grupos de imigrantes, resolveu designar um comissário de política para, na qualidade de observador e pesquisador dos princípios ideológicos dos imigrantes, integrar a Comissão Brasileira de Seleção de Imigrantes.</p> <p>Essa medida faz pressupor que o Chefe do Nação já esteja preocupado de levar a cabo certos estudos políticos em determinar a atitude dos imigrantes italianos, não irrelevantes, ao existirem rudimentos de uma restrição.</p>	<p>S. cas. terá sido, certamente, nestes dias, as medidas sugeridas, em Cuba, pelos cafeicultores da América Central, e terá notado, entre elas, uma que se refere à necessidade, para o melhoramento da coltura do café, de criar o padrão de vida dos trabalhadores, assegurando-lhes, com o aumento dos salários, os necessários confortos sociais.</p> <p>Era uma necessidade evidente e abertamente reconhecida pelas próprias classes patronais agrícolas da América Central; a mesma necessidade que, há anos, vem sendo indicada ao senso de responsabilidade do Governo brasileiro e dos legisladores nacionais.</p> <p>Não devemos esquecer, portanto, os motivos econômicos com os motivos políticos que tornaram insatisfatória, agora, alguns grupos de imigrantes italianos a vida nas fazendas cafeeiras.</p>	<p>das profissões liberais, não sendo ou não possa elaborar uma legislação agrícola de modo a enquadrar em sistemas modernos tudo o que ainda existe e resiste do antigo regime agrícola.</p> <p>O comissário de política que vai integrar a Comissão de Seleção de Imigrantes, provavelmente, tornar-se-á, também ele, decorativo; sendo, assim, a atitude que o Joaquim parecer indesejável às autoridades dos países onde deve exercer suas funções.</p> <p>Indubitavelmente, a Comissão de Seleção não está dando prova de alta capacidade e, há dias, enumeramos alguns casos da pouca atenção por ela demonstrada na escolha dos imigrantes. Mas a sua pouca atenção é devida, especialmente, ao fato de que seus membros costumam a orientar-se pelo critério de suficiência, segundo o qual o imigrante deveria considerar-se satisfeito e agradecido pela hospitalidade que encontra no Brasil.</p> <p>Achamos que não é só o sistema da escolha de imigrantes a exigir uma transformação, mas é a progressividade que orienta a seleção.</p> <p>E a mentalidade não se corrige com investigações políticas.</p>
<p>1</p> <p>Tendo sido o Jornal do Brasil, entre os poucos jornais nacionais, sendo o único, a chamar, nestes anos, a atenção do Governo e dos vários órgãos de fiscalização imigratória sobre a indispensabilidade de estudar se a evolução das relações de trabalho entre proprietários agrícolas e os homens rurais, neste País, experimentaram a mesma evolução dos sistemas agrícolas europeus depois das duas grandes guerras, julgamo-nos autorizados a considerar a decisão do Presidente da República sugerida por aqueles que se obstinam a esconder o verdadeiro lado do problema.</p>	<p>O problema é um só, e mesmo o Presidente da República tem prometido, várias vezes, enfrentá-lo com energia, pois não é concebível que um país possuidor de uma bem vasta e bem moderna legislação social, que assiste, guia e protege todas as atividades da mão-de-obra industrial, dos empregados do comércio e</p>	<p>2</p> <p>O problema é um só, e mesmo o Presidente da República tem prometido, várias vezes, enfrentá-lo com energia, pois não é concebível que um país possuidor de uma bem vasta e bem moderna legislação social, que assiste, guia e protege todas as atividades da mão-de-obra industrial, dos empregados do comércio e das profissões liberais, não saiba ou não possa elaborar uma legislação agrícola de modo a enquadrar em sistemas modernos tudo o que ainda existe e resiste do antigo regime agrícola.</p>

Imagem 49

Muitas críticas foram tecidas a partir dessa questão, pois além de representar um problema para os centros urbanos, devido à falta de estrutura para recebê-los, representava também um consistente diagnóstico da situação do interior do país e da população rural. Significava que Vargas não havia cumprido aquilo que havia proposto ao se candidatar: Reforma social, com ênfase na equiparação de direitos e salários entre os trabalhadores urbanos e rurais.

A reportagem acima faz essas duas críticas a Getúlio e questiona como pode um país tão desenvolvido em certos aspectos ser tão retrógrado em outros, denunciando a

falta de uma política rural que, não apenas prenda o homem ao campo, mas sim que esse homem tenha plenas condições de viver no campo, sem a necessidade de migrar-se para os centros urbanos.

1

Aparecem vistas do cais do porto durante o carregamento de viveros. Diz o DIP que são gêneros alimentícios para os nordestinos. No entanto, vê-se perfeitamente os carimbos característicos da sacaria de exportação. Mas ainda: aparece um avião da VASP e o locutor se desmancha em elogios ao sr. Vargas, dizendo que até a aviação foi mobilizada para transportar os gêneros necessários aos «flagelados». Mas onde já se viu a VASP seguir para o norte? Só mesmo nesse «documentário da seca» da Agência Nacional.

## Minguadas Verbas Para Atender a Zona Assolada Pela Sêca

Faz o sr. Vargas dimagogia sobre as suas providências para encobrir o desvio de mais de um bilhão de cruzeiros da verba dotada pela Constituição

Não há alimento de espécie alguma, o governo anda, isso é que é o fato, fazendo marmeladas para proteger os tubarões dos gêneros alimentícios. Agora mesmo mandou o Banco do Brasil adquirir 3 milhões e meio de sacas de arroz por 600 milhões de cruzeiros, que vão para os cofres do IRGA. Tudo isso será exportado. Se aqui no Distrito Federal são escassos os produtos, não havendo nem feijão preto, pois os negociadores continuam fazendo a manobra especulativa, o que não estará acontecendo no nordeste?

As providências se tomam em centros de doação de alimentos. E tem uma comissão nomeada. A Constituição, nas suas Disposições Transitórias, trata um artigo e vários parágrafos sobre verbas a serem aplicadas com o objetivo de atender as regiões de seca e ajudar o adiantamento. A Constituição é do 1934 e não pode ser feita. Este artigo afirma que 3 por cento das rendas tributárias da União serão aplicadas no nordeste. De 1935 a 1950 a soma total que deveria ter sido utilizada com fins

tem sido a 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros. Mas onde foi parar esse dinheiro todo, pelo não chega a meio milhão e dinheiro utilizado nos açudes e obras semelhantes. A intenção dos artigos da seca no Congresso deve ser o artigo 10, por ter a obrigação de proporcionar um pouco mais milhões de dólares entre milhões de dólares. Agora o sr. Vargas manda abrir crédito especial e a dívida interna para desviar dos nordestinos. Se assim, a verba prevista no orçamento e mais os créditos extraordinários, somados, são 100 milhões de cruzeiros. Não há dúvida de que os nordestinos não sabem qual o emprego de verba destinada às áreas assoladas pela seca. Sem dúvida foram enviados a guisa de transferência os recursos destinados à seca, mas passado com fins distintos. Não existem milhões de famílias que não tenham milhões de dólares para serem menos atingidas. O crime deve ser imputado diretamente ao governo e o povo não irá, hoje em dia, chamar a responsabilidade.

2

**A VERDADE É OUTRA**  
A verdade, porém, é bem diferente. Não passam de parlavrório as providências do governo. As vítimas da seca estão morrendo à mingua, uns de fome e outros de moléstias originadas pelo fenômeno da seca. Enquanto não há alimento de espécie alguma, o governo anda, isso é que é o fato, fazendo marmeladas para proteger os tubarões dos gêneros alimentícios. Agora mesmo mandou o Banco do Brasil adquirir 3 milhões e meio de sacas de arroz por 600 milhões de cruzeiros, que vão para os cofres do IRGA. Todo esse arroz será exportado. Se aqui no Distrito Federal são escassos os produtos, não havendo nem feijão preto, pois os negociadores continuam fazendo a manobra especulativa, o que não estará acontecendo no nordeste?

**A VERDADE É OUTRA**  
A verdade, porém, é bem diferente. Não passam de parlavrório as providências do governo. As vítimas da seca estão morrendo à mingua, uns de fome e outros de moléstias originadas pelo fenômeno da seca. Enquanto não há alimento de espécie alguma, o governo anda, isso é que é o fato, fazendo marmeladas para proteger os tubarões dos gêneros alimentícios. Agora mesmo mandou o Banco do Brasil adquirir 3 milhões e meio de sacas de arroz por 600 milhões de cruzeiros, que vão para os cofres do IRGA. Todo esse arroz será exportado. Se aqui no Distrito Federal são escassos os produtos, não havendo nem feijão preto, pois os negociadores continuam fazendo a manobra especulativa, o que não estará acontecendo no nordeste?

Imagem 50

A reportagem acima, do jornal *Imprensa Popular* de 28 de Junho de 1951, apresentou fortes críticas à política do governo em relação às secas que assolaram o Nordeste do Brasil no primeiro semestre de 1951. E, não só isso, também apontou as

“mentiras” contadas a esse respeito através dos Cinejornais do período. Foram destacado neste capítulo os Cinejornais que trataram do problema da seca tanto em 1951 quanto em 1953 e, em ambos, foram apresentadas todas as medidas realizadas pelo governo visando a solução do problema, assim como os esforços quase “sobre humanos” da LBA em lutar contra a miséria e a tragédia “causadas pela seca”. No entanto, o Jornal *Imprensa Popular* ofereceu outra versão para o período, denunciando o governo por inércia, falácia e roubo.

O trecho de número 1, da reportagem, acusa a Agência Nacional de manipulação da realidade e das imagens, a partir do momento em que é construída uma narrativa que estabelece uma falsa relação entre imagem e som. Pois, enquanto o narrador diz que os sacos de alimentos apresentados serão enviados para o Nordeste para atender os flagelados, a reportagem atentou para o fato dessas sacas estarem com o carimbo da exportação, o que sugere que tais produtos seriam exportados, vendidos para o exterior, ao invés de seguirem para as áreas da seca. Além disso, ao ser apresentado o avião da VASP como instrumento de auxílio ao governo no transporte de alimentos ao Nordeste, a reportagem acusa manipulação da informação, pois a VASP, na época, não cobria os Estados do Norte e Nordeste.

O trecho de número 2 ao dizer que “*A verdade é outra*” e que “*não passam de palavrórios as providências do governo*”, afirma não ter chegado alimento de espécie alguma nas regiões da seca e que, ao contrário do que está sendo exibido oficialmente, não há auxílio e o governo estaria interessado apenas em favorecer e proteger a indústria alimentícia de seus prejuízos, e não o povo.

O restante da reportagem denuncia a falta de planejamento para o campo e para as poucas verbas que lhe são destinadas, além de apontar para a corrupção, não apenas do governo Vargas, mas também de Dutra, pelo desvio de verbas garantidas para o Nordeste, pela Constituição de 1946, impossibilitando, dessa forma, o atendimento às vítimas da seca. E, principalmente, denunciando a origem do problema como política, mesmo se tratando de um fenômeno natural.

É interessante notar que no Jornal *A Última Hora*, pró Getúlio, as matérias da seca apresentavam-se de outra forma, mais próximas às exibições dos Cinejornais Informativos. Havia críticas ao governo, mas amaciadas com os elogios tecidos a LBA.

# Auxílio as Vítimas da Sêca



Na sede da Liga Brasileira de Assistência, o sr. João Borges Filho, presidente do Jockey Club Brasileiro, entregou à senhora Darcy Vargas, presidente da L. B. A., estando presente a sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, um cheque no valor de um milhão quinhentos e sessenta e dois mil, oitocen-

tos e sessenta e dois cruzeiros e setenta centavos, representando a renda da "Noite de Longchamps", realizada com pleno êxito social no Hipódromo da Gávea. A importância apurada, agora, em poder da L. B. A. será empregada em roupas, alimentos e remédios para as vítimas da sêca do Nordeste.

Imagem 51

## Os Famintos do Nordeste Também Apela para Jesus

DRAMÁTICO APELO DO BISPO DE FORTALEZA A COLÔNIA CEARENSE DO RIO — EXEMPLO A SEGUIR

Além de alimentos de primeira necessidade, tem a A.V.I.S. distribuído tecidos, medicamentos, materiais para artesanato, etc. as vítimas da seca. E ainda instala serviços de assistência mais amplos em Pedreiras, um dos campos de flagelação no Ceará, numa pequena casa material (alôque de madeira), um consultório médico e dentário, um clube infantil, centro de costura (varão pelo interior e no estado). Serviços semelhantes funcionam em Aracaju-AL. TAMBÉM na "Hospitalaria Getúlio Vargas".

As atividades que se desenvolvem na sede da A.V.I.S. são: o Departamento de Obras Sociais, as aulas e o Departamento Social do Ceará, o SESC e o Departamento de Operações de Ceará e Fortaleza. Além de Fortaleza e Fortaleza, existem centros administrativos de assistência social e serviços de assistência em serviços de grupos e casas instituídas.

As atividades habitam crianças de Ceará, por telefonemas, nos locais das comunidades de flagelação, das crianças do estado e crianças de outras comunidades flageladas de Fortaleza. Em virtude de serem atendidas pela L. B. A. em seu trabalho de assistência social, as crianças de Fortaleza, em todo o Estado, recebem a ajuda de um mil cruzeiros e outros materiais.

NATAL DAS CRIANÇAS FORTALEZA

Na noite de Natal, houve um jantar de comemoração em Fortaleza, D. Darcy Vargas, Bispo Ar-

chiebis de Fortaleza, o qual abençoou a iniciativa e agradeceu.

— Estamos no Rio para ajudar a fome aqui, em nome de milhares de brasileiros que sofrem, nas terras assoladas de Nordeste e que têm o direito de viver. Temos provisões de alimentos e medicamentos. A fome não pode ser vencida. Além de assistência social, prestamos auxílio da L. B. A. mediante repatriamento, com a colaboração da cidade, em nome de milhares de brasileiros que sofrem nas terras assoladas de Nordeste e que têm o direito de viver.

Brasília. Tercina e milha típica brasileira resultando a produção anual de 2500 toneladas de algodão. Intencionalmente, não se produz algodão e não se produz algodão. Não se produz algodão e não se produz algodão.

Muito se tem escrito sobre a seca no Nordeste desde fins de 1942. Alguns observadores mais apressados julgaram a situação ser a mesma desde então, procurando soluções locais e imediatas. De fato, os dados sobre a gravidade e a extensão de um fenômeno agrícola, mostram que a situação é pior. O Brasil continua a sofrer com a seca e a fome. A situação é pior. O Brasil continua a sofrer com a seca e a fome.

Vários serviços federais e estaduais foram iniciados ou ampliados. Já se encontram mais de 51.000 homens amparados por tais serviços. Ao lado deles porém avulta o número dos desempregados que aguardam o início de novos serviços que não foram atacados, embora estes sejam no plano de emergência.

2

Vários serviços federais e estaduais foram iniciados ou ampliados. Já se encontram mais de 51.000 homens amparados por tais serviços. Ao lado deles porém avulta o número dos desempregados que aguardam o início de novos serviços que não foram atacados, embora estes sejam no plano de emergência.

### A L.B.A. TRABALHA

Em hora tão angustiada para o Ceará, surgiu como tábua de salvação a A.V.I.S. (Assistência as Vítimas da Sêca), órgão anexo à L.B.A., criado pela sra. Darcy Vargas, para mitigar os sofrimentos de milhares de seres humanos atingidos tão rudemente pela inelencencia climática.

1

### A L.B.A. TRABALHA

Em hora tão angustiada para o Ceará, surgiu como tábua de salvação a A.V.I.S. (Assistência as Vítimas da Sêca), órgão anexo à L.B.A., criado pela sra. Darcy Vargas, para mitigar os sofrimentos de milhares de seres humanos atingidos tão rudemente pela inelencencia climática.

Imagem 52

O trecho número 1, da reportagem acima, valoriza e destaca o trabalho realizado pela LBA, braço do governo Vargas, através da AVIS – Assistência às Vítimas da Seca, subordinada à LBA. No corpo da reportagem o Bispo de Fortaleza D. Elyseu Mendes disse que a colaboração da LBA é “preciosa e inestimável”, mas o trabalho deve continuar. E, no trecho de número 2 há um destaque para as ações do governo no Nordeste, embora ainda não houvesse atingido a totalidade da população devido ao aumento constante da situação de penúria e do recrudescimento da seca. Mesmo assim, o governo aparece presente nessa reportagem, cumprindo, em parte o seu dever, como mostram os Cinejornais Informativos.



**Conjugação de Esforços**

O Governador Lucas Garcez, havia nos declarado, momentos antes, que o apelo da Sra. Darcy Vargas — que recebera com a maior simpatia — repercutiu da maneira mais intensa, em São Paulo, e que a LBA paulista, bem como a Cruz Vermelha, ambas presididas por sua Exa. esposa, já estavam em franca atividade, no esforço comum de dar a contribuição do Governo e do povo do Estado o vulto que estava a exigir a extensão do flagelo.

— "Realmente — continuou D. Carmelita — não poderíamos, num momento como este, estabelecer divisões, que, em última análise, representariam dispersão de esforços, quando a finalidade de todo o movimento é fazer sentir aos nossos irmãos nordestinos a imensa e total solidariedade do povo paulista, diante dos seus sofrimentos. Devemos fazer convergir as nossas atividades em um só sentido, para que possamos, com a urgência que a situação impõe, encaminhar a maior soma do nosso fraternal auxílio"

Imagem 53

Na reportagem acima, agora sobre a seca de 1953, continua a demonstração de apoio e solidariedade da LBA às vítimas no Nordeste e, também, o suporte prestado pelo Estado de São Paulo, através da primeira dama do Estado e do governador aos propósitos da Legião e ao socorro aos “flagelados”. Essas três últimas reportagens, retiradas do Jornal *A Última Hora*, também nos mostram, minimamente, os embates na imprensa escrita a respeito, principalmente, do recorte dado às medidas e posturas tomadas pelo governo em relação à questão da seca. O que também se reflete em outras temáticas e assuntos.



O Jornal *Imprensa Popular* de 24 de Janeiro de 1952 publicou uma reportagem onde o político Aliomar Baleeiro fez denúncias sobre o governo Vargas e também sobre os Cinejornais exibidos pela Agência Nacional acerca da discrepância entre a figura do presidente e a situação do país. Tal ataque, por parte de Baleeiro, não foi imparcial, pois é importante lembrar que esse deputado tinha alianças com a UDN e com setores anti-getulistas. Mas, de todo modo, a voz dada ao político no Jornal representava os atritos constantes entre as culturas políticas do período, destoando da oficial e, através do conflito, criando outras versões que ilustrassem o Brasil de Getúlio.

Em outubro de 1950, reelegeu-se pela legenda da Aliança Democrática da Bahia, coligação estadual encabeçada pela UDN. Desde o início do governo Vargas, destacou-se como um de seus mais aguerridos adversários constituindo, juntamente com Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Olavo Bilac Pinto, José Bonifácio Lafayette de Andrada, entre outros, o grupo denominado pela imprensa de "Banda de Música" da UDN.<sup>145</sup>



Imagem 54

<sup>145</sup> CPDOC. Aliomar Baleeiro. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/aliomar\\_baleeiro](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/aliomar_baleeiro). Acesso em: 10/12/2012.

### **3 - Observações finais**

Esse capítulo buscou mostrar o embate existente, não apenas entre a imprensa oficial e as demais, mas, além disso, tentou retratar as disputas entre culturas políticas distintas e mesmo opostas entre si, como: o comunismo, liberalismo, getulismo/nacionalismo, ilustrando um período conturbado e repleto de conflitos internos e externos ao governo Vargas, já minimamente apresentados no capítulo I. A cultura política getulista valorizava e se apoiava na harmonia, no pacto social, no nacionalismo, em contraposição a uma cultura política que valorizava a internacionalização, o liberalismo econômico e o antipopulismo.

A propaganda governamental foi, constantemente, repreendida e repudiada pela imprensa através de outras matérias e reportagens que apresentavam caráter de denúncia sobre aspectos do governo e muitas dessas contra propagandas foram publicadas em tom agressivo, como no Jornal Imprensa Popular, por exemplo.

Os Cinejornais Informativos apresentaram a versão oficial acerca do Brasil e do governo, a partir da visão desse último, o que não significa que haja erros, mentiras ou manipulações, como inúmeras vezes sugeriram alguns jornais. Foi construída uma realidade brasileira embasada nas realizações políticas de Vargas, com o intuito de promover sua imagem e seu governo. Assim como a maioria das produções midiáticas, os Cinejornais também foram parciais ao não apresentarem conflitos, disputas e falhas na política oficial.

Porém, devemos assisti-los como uma parte da História que defende interesses específicos, destinados a cumprirem um papel dentro do jogo político dos anos 1950. Há que se confrontar as informações e seus produtores, para ser possível a identificação da notícia, da propaganda, da contra propaganda e mesmo de uma tentativa de neutralidade por parte da imprensa.

Em um grande esforço de eliminar os conflitos existentes no governo Vargas, os Cinejornais Informativos fazem parte de um grande aparato de propaganda política, elaborado pela Agência Nacional, como forma de divulgar e realçar aspectos qualitativos positivos do governo em questão. Sua construção, através da edição de imagens, suas sobreposições, da produção do áudio e de seu casamento e associação a cada cena, a escolha de conteúdos e músicas, todo esse trabalho não foi gratuito, tampouco desvinculado de interesses. Foi permeado pelo objetivo de construção

também de uma memória do que foi o governo nos anos 1950, apresentando não apenas uma imagem do governo para o período, mas para o futuro.

## Conclusão

Apesar do período político conflituoso vivido no Governo Democrático de Vargas, os Cinejornais Informativos e suas Edições Especiais conseguiram apresentar um Brasil harmônico, coeso e centrado na figura de Getúlio como representante legítimo da nação. Produções que, por estarem focadas apenas nas realizações do governo editaram imagens e criaram seqüências que as evidenciassem ao máximo tornando nulas quaisquer interferências contrárias à construção de uma imagem estável, promissora e forte do Governo Democrático de Vargas.

A propaganda política oficial e todo o aparato a ela destinado, como no caso da Agência Nacional busca suplantar as diversas culturas políticas existentes em detrimento do enaltecimento da sua própria como forma de criar um suporte ao governo e projetá-lo através de imagens que contribuam para a criação de uma identidade nacional estruturada sobre seus princípios e diretrizes.

Os Cinejornais desse período apresentaram um Brasil calcado no nacionalismo, no getulismo – por mais que não se tratasse mais de um governo autoritário – e no populismo de Vargas. E como populismo não entendo falácias ou promessas não cumpridas, nem mesmo discursos utilitaristas e mentirosos apenas para atrair o povo, mas considero sim como um esforço de aproximação e de construção de uma relação de confiança entre Vargas e seus eleitores.

Os conteúdos trazidos pelos Cinejornais e a forma pela qual foram editados buscaram erigir não apenas a onipresença de Vargas, apresentando-o em todas as frentes do governo e da sociedade em apenas poucos minutos, como também a sua eternidade e vitalidade frente à política brasileira. Enquanto os conflitos internos e externos ao governo desgastavam seu mandato, ruindo aos poucos com os pilares que o sustentavam, Vargas aparecia nas telas dos cinemas nacionais de forma ativa, demonstrando segurança, calma e a experiência necessária para se dirigir um país como o Brasil. E, em seu sorriso e cordialidade havia estampada a certeza e a superioridade para lidar com as oposições.

O aparato midiático e propagandístico de Vargas tinha objetivos muito maiores e muito mais vastos que apenas a divulgação das realizações políticas, econômicas e sociais do governo e a distribuição do material a seu respeito produzido. Apesar de constar como função da Agência Nacional tais ações o estudo acerca dos Cinejornais desse período demonstrou que muito além de simplesmente produzir, informar, divulgar

e distribuir, a propaganda política potencializa realidades, fabrica necessidades e busca controlar o enfoque político que é apresentado à sociedade, pois, geralmente são veiculadas por órgãos formadores de opinião.

Em um período onde a cultura política do liberalismo estava em pleno desenvolvimento e expansão, não apenas na política e na economia, mas nos aspectos sociais com a disseminação do “American Way of Life”, os Cinejornais defenderam o nacionalismo e, mesmo de uma forma menos autoritária, a figura do líder. Quando o mundo já caminhava para uma política mais participativa, menos centrada em particularismos políticos nacionais e muito menos personificados, os Cinejornais ainda cultuavam Getúlio como o propiciador do progresso e do desenvolvimento industrial, social e tecnológico do Brasil, como se ainda fosse figura chave, necessário e insubstituível no painel político nacional. Eis um dos objetivos das propagandas políticas: fazer com que se acredite que o progresso de um país está ligado exclusivamente a figura de um partido ou de um dirigente.

# ANEXO 1

## Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de Maio de 1945

Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º É extinto o Departamento de Imprensa e Propaganda criado pelo Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939.

Art. 2º Fica criado o Departamento Nacional de Informações subordinado diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3º Compete ao Departamento Nacional de Informações:

- coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional, em cooperação com os órgãos culturais dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com os órgãos congêneres dos Estados e Prefeituras;
- a) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas, intelectuais e instituições culturais do país, podendo para isso estabelecer e conceder prêmios; promover, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições;
- b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo; fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-lei nº 21.111, de 1 de março de 1932, e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa;
- c) estimular a produção de filmes nacionais; promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros e organizar publicações de caráter cultural e turístico;
- d) organizar e dirigir os programas de radiodifusão do Governo; autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos, bem como de agências telegráficas ou de informações, nacionais ou estrangeiras, ouvindo os órgãos de classe.
- e) f) g) h)

Art. 4º O Departamento Nacional de Informações será constituído de:

- a) Divisão de Imprensa e Divulgação, com a Seção de Biblioteca;
- b) Divisão de Radiodifusão, com a Seção de Discoteca;
- c) Divisão de Cinema e Teatro, com a Seção de Filmoteca;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Agência Nacional;
- f) Serviço de Administração, compreendendo as Seções do Pessoal, Comunicação,

## Contabilidade, Tesouraria e Material.

Art. 5º Até que seja baixado o Regimento do Departamento Nacional de Informações o Ministro da Justiça e Negócios Interiores expedirá as instruções necessárias no sentido de serem especificadas as atribuições e distribuição dos trabalhos e demais normas reguladoras das atividades do referido órgão.

Art. 6º O Departamento Nacional de Informações será dirigido por um Diretor Geral em Comissão padrão R.

Art. 7º As Divisões serão dirigidas por Diretores, em comissão, padrão P.

Art. 8º O Serviço de Administração será dirigida por um Diretor, em comissão, padrão O.

*Parágrafo único.* Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores um cargo de Diretor, em comissão, padrão O.

Art. 9º Os trabalhos do Departamento Nacional de Informações serão executados por funcionários do seu Quadro ou requisitados e por extranumerários admitidos na forma da legislação vigente.

Art. 10. Ficam mantidos os cargos do Quadro de funcionários do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda, as funções gratificadas e as respectivas Tabelas Numéricas de extranumerários, que são transferidos para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 11. Ficam igualmente transferidas para o Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores as dotações do extinto Departamento de Imprensa e Propaganda.

Art. 12. O Diretor Geral do Departamento Nacional de Informações será substituído em seus impedimentos ocasionais por um dos Diretores de Divisão designado pelo Ministro de Estado. Os Diretores de Divisão serão substituídos, em seus impedimentos, por outro Diretor de Divisão para êsse fim designado, sem prejuízo de suas funções, pelo Diretor Geral.

Art. 13. O Departamento Nacional de Informações manterá uma estação radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 14. A Agência Nacional, subordinada diretamente ao Diretor Geral, fará distribuição de noticiário e serviço fotográfico, em caráter meramente informativo, à imprensa da Capital e dos Estados.

Art. 15. Todos os serviços de publicidade na imprensa, dos Ministérios e de quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal ou de entidades autárquicas criadas pela lei, serão feitos por intermédio do Departamento Nacional de Informações, com o qual aqueles órgãos se manterão em estreita ligação.

Art. 16. Os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda são considerados

extintos e passam a reger-se, sob a denominação de Departamentos Estaduais de Informações, pelas normas do presente Decreto-lei.

Art. 17. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.

Henrique A. Guilhem.

Eurico O. Dutra.

José Roberto de Macêdo Soares.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Pilho.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/05/1945

**Publicação:**

Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/5/1945, Página 9433 (Publicação Original)



## ANEXO 2

### Decreto-Lei nº 9.788, de 6 de Setembro de 1946

Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica extinto o Departamento Nacional de Informações, criado pelo Decreto-lei nº 7.582, de 25 de Maio de 1945, sendo autorizado o Ministro da Justiça e Negócios Interiores a nomear uma comissão para examinar a situação do funcionalismo, bem assim das dotações orçamentárias, sugerindo ao Governo as medidas necessárias.

Art. 2º É mantida a Agência Nacional, que ficará subordinada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3º A Agência Nacional terá uma função meramente informativa das atividades nacionais em todos os setores competindo-lhe ministrar ao público, aos particulares, às associações e à imprensa tôda sorte de informações sôbre assuntos de interêsse da nação, ligados à sua vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística.

Art. 4º A Agência Nacional fica incumbida de manter o jornal cinematográfico de caráter noticioso e o boletim informativo radiofônico de irradiação para todo o país.

Art. 5º A Agência Nacional terá uma Secretaria Geral e uma Divisão de Informações, compreendendo os assuntos relativos à divulgação, ao cinema e ao rádio.

Art. 6º Será dirigida a Agência Nacional por um Diretor Geral, em comissão, padrão Q, de livre escolha do Presidente da República. A Divisão de Informações será dirigida por um diretor padrão P. O diretor da Secretaria Geral terá o padrão O. Um e outro cargos serão em comissão e de livre nomeação e demissão do Presidente da República.

Art. 7º Até que seja baixado Regulamento da Agência Nacional, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores expedirá as instruções necessárias ao seu funcionamento, especificando as funções de cada serviço e as atribuições dos respectivos funcionários.

Art. 8º A situação dos atuais servidores do Departamento Nacional de Informações, efetivos ou não, fica assim regulada:

- a) seus funcionários ou extranumerários continuarão incluídos nos quadro de pessoal do Ministério da Justiça, podendo ser aproveitados também em outros Ministérios;
- b) os que pertencerem a outros órgãos ou repartições, a êles deverão regressar, apresentando-se aos respectivos chefes dentro de trinta (30) dias da data dêste Decreto-lei;
- c) quanto aos demais, será dada solução que, sugerida ao Ministro da Justiça pela Comissão a que se refere o artigo 1º dêste Decreto-lei, vier a ser aprovada pelo Presidente da República.

Art. 9º Ficam transferidas para a Agência Nacional as verbas da dotação orçamentária do extinto Departamento Nacional de Informações, sujeitas às reduções e alterações que fôrem sugeridas pela Comissão de que trata o artigo 1º e aprovadas pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 10. Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publica o.

Art. 11. Revogam-se as disposi es em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de Setembro de 1946; 125  da Independência e 58  da República.

EURICO G. DUTRA.

Carlos Coimbra da Luz.

Gastão Vidigal.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Se o 1 de 10/09/1946

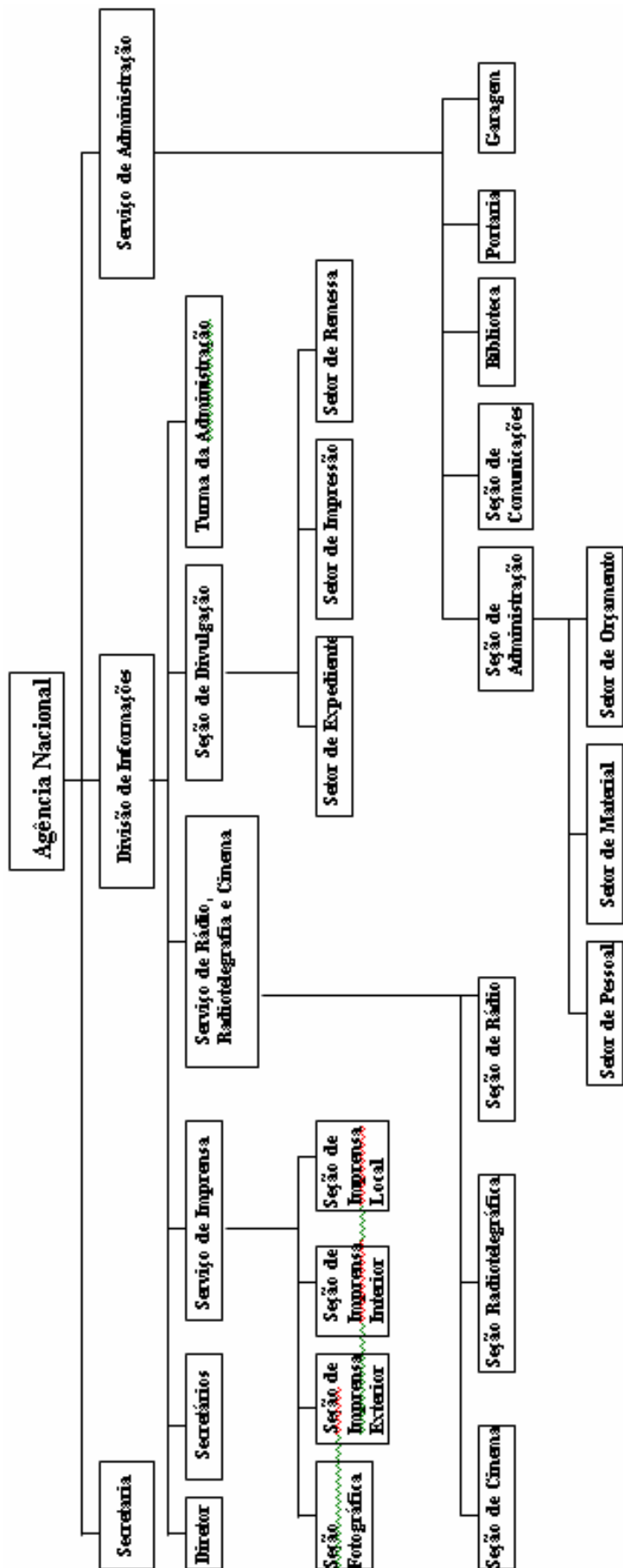
**Publica o:**

Diário Oficial da União - Se o 1 - 10/9/1946, Página 12586 (Publica o Original)









# ANEXO 4

## Mapeamento da estrutura da Agência Nacional

## ANEXO 5

Relatório acerca das atividades realizadas pela Agência Nacional no 4º trimestre de 1953, enviado por Genolino Amado, Diretor da Agência ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 22 de Dezembro de 1953.

*D.A.N. 451*

*22* de dezembro de 1953:

Diretor da Agência Nacional  
Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores  
Relatório do 4º Trimestre de 1953.

Senhor Ministro,

De acôrdo com a Circular nº 14/53 da SFR transmitida a esta Repartição com o aviso G/5568, desse Ministério, tenho a honra de submeter á elevada apreciação de Vossa Excelência o relatório das atividades deste Órgão, no trimestre de outubro a 10 de dezembro de 1953.

2. Como nos meses anteriores, os trabalhos da Agência Nacional desenvolveram-se neste último trimestre dentro das leis em vigor, das normas de serviço estabelecidas e dos recursos que lhe foram distribuídos pelo orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício corrente.

IMPrensa LOCAL

Conforme se pode verificar nos dados que acompanham este relatório, a Imprensa da capital federal, bem como a do interior, revistas e outros órgãos de divulgação escrita, emissoras de rádio e agências noticiosas, foram servidas pela Agência Nacional de amplo noticiário oficial e de reportagens jornalísticas, fotográficas e cinematográficas, relativas à atualidade em concordância com as realizações do Governo.

No trimestre a findar (os dados a seguir alcançam até o dia 10 do corrente), os serviços normais da Imprensa Local podem ser resumidos no seguinte quadro das materias distribuidas à imprensa diária e as emissoras da capital da República:

DISCURSOS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	4
NOTÍCIAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	919
NOTÍCIAS DOS MINISTERIOS.....	1.067
DISCURSOS DIVERSOS.....	24
NOTÍCIAS DE TRIBUNAIS E DA JUSTIÇA.....	210
ENTREVISTAS.....	45
NOTÍCIAS RELATIVAS A AUTARQUIAS.....	351
NOTICIÁRIO GERAL (inclusive reportagens).....	556

FOTOGRAFIAS DISTRIBUIDAS Á IMPRENSA.....	12.941
MEDIA DIÁRIA.....	212
JORNAIS, AGÊNCIAS NOTICIOSAS, SUCURSAIS DE JORNAIS DO INTERIOR E EMISSORAS DE RÁDIO QUE RECEBEM SERVIÇO DIÁRIO DA AGÊNCIA NA CAPITAL FEDERAL.....	78

Relacionadas com o Serviço de Imprensa e como órgão subsidiário para informações de interesse geral do país, foi instalado a título experimental, com recursos próprios da Agência, um setor destinado a anotar os atos dos poderes públicos pendentes de decisão, como sejam projetos em andamento no Congresso, exposições de motivos ao Presidente da República, comissões para estudos de anteprojetos, etc.

Paralelamente, para atender às necessidades de pronta recurso a fontes de informações, está funcionando, também em caráter experimental, um Setor de Documentação. Destinam-se um e outro desses serviços a facilitar esclarecimentos para uso da imprensa sobre matérias de interesse administrativo e geral do país.

3.

RÁDIO

O Serviço de Rádio da Agência Nacional funciona por intermédio do seu Setor Externo de Rádio, encarregado das irradiações externas, das gravações e das instalações de alto-falantes; da Redação do programa A VOZ DO BRASIL, do Estúdio da Seção Rádio-telegráfica PSU e da Discoteca.

No trimestre a findar-se observou-se, na VOZ DO BRASIL, uma maior frequência no comparecimento de autoridades civis e militares e de personalidades ilustres para falar diretamente ao microfone, em breves alocuções, sobre acontecimentos e datas festivas. Entre estas destacam-se o dia de Ações de Graças e da semana do Marinheiro.

As irradiações pela VOZ DO BRASIL no trimestre até o dia 10, somam um total de 61. Foram realizadas 28 gravações de palestras e discursos e 12 irradiações externas, assim como 18 palestras na VOZ DO BRASIL e 12 no programa "CHAMANDO A AMÉRICA".

4.

SEÇÃO DE IMPRENSA DO INTERIOR

O noticiário da Agência Nacional à Imprensa do Interior é fornecido por intermédio:

- 1) Das sucursais dos jornais do Rio
- 2) Por telefonia
- 3) Pela estação rádio-telegráfica PSU
- 4) Por via aérea

Este último foi criado este ano estabelecendo-se uma cadeia de jornais cobrindo quase todos os Estados do Brasil.

Além disso, destinado também à Imprensa do Interior, foi criado um serviço de "Copyright" de artigos sobre assuntos literários de interesse geral sem caráter político. No trimestre



No trimestre em curso foram assim remetidos 40 artigos diversos num total de 1.000 exemplares.

O movimento da Secção de Imprensa do Interior está resumido no seguinte quadro(até 10 de dezembro):

REMESSAS AÉREAS.....	21
NOTÍCIAS.....	404
NOTICIÁRIO RÁDIO-TELEGRÁFICO.....	1.391
NUMERO DE PALAVRAS.....	226.000 palavras
NOTICIÁRIO TELEFÔNICO.....	298 notícias
NUMERO DE PALAVRAS.....	111.000 palavras
NOTICIÁRIO TELEGRÁFICO RECEBIDO DOS CORRESPONDENTES..	707 notícias

5.

SECÇÃO DE IMPRENSA DO EXTERIOR

Além do serviço normal que compete á Secção da Imprensa do Exterior, encarregada de tradução e de materias publicadas fóra do país que possam ser de interesse pra o Brasil, foi inaugurado no começo do corrente ano um serviço especial de remessas por via aérea destinadas aos boletins dos Escritorios Comerciais do Brasil no Exterior.

Iniciada com remessas quinzenais para o Escritório Comercial de Nova Iorque, essas remessas estenderam a outros escritórios. A partir de setembro próximo passado estão sendo servidos por êste noticiário os escritórios comerciais de Nova Iorque, Montreal, Londres, Paris e Roma.

No trimestre em curso, até 1 de dezembro, foram enviadas 30 remessas.

6.

LABORATÓRIO FOTOGRAFICO

Com a transformação porque passou o Laboratório Fotográfico, graças a cooperação do Departamento, Administração do Ministério da Justiça em setembro passado, esta pendência da Agência Nacional ficou em melhores condições para atender ao volumoso serviço que lhe compete. Foram instaladas novas bancaras e cabines de revelação e efetuadas diversas obras de instalação. Nos meses de outubro, novembro e até 10 de dezembro o trabalho do Laboratório Fotográfico traduziu-se praticamente em 12.941 cópias fotográficas para distribuição á imprensa, com uma média diária de 22 cópias.

Os fotografos da Agência acompanharam na sua missão jornalística as viagens do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estados ao interior do país e cobriram os acontecimentos de carater official ocorridos no periodo.

7.

SECÇÃO DE CINEMA

O serviço da Secção de Cinema no periodo compreendido de 1º de outubro até 14 do corrente estão consubstanciados em 15 produções sendo: 10 dos cine-jornais informativos e 5 de edições especiais. Estas produções consumiram um total de 18.440 metros de filme, abrangendo 62 assuntos diversos. No curso deste periodo foram re-

realizadas 9 viagens pelos cinegrafistas, acompanhando o Senhor Presidente da República, Ministros de Estado e em outras missões.

8.

SECÇÃO DE DIVULGAÇÃO

A Secção de Divulgação a quem compete, entre outras tarefas realizar os trabalhos de impressão da Agência Nacional e atender a assuntos ligados ao intercambio cultural, executou no periodo em curso os seguintes trabalhos além de outros que constituem pura rotina da casa.

ARTIGOS DATILOGRAFADOS.....	40
COPIAS DE ARTIGOS EXPEDIDOS.....	465
FOLHETOS EXPEDIDOS PARA PREFEITURAS MUNICIPAIS.....	902
FOLHETOS CONTENDO PUBLICAÇÕES EXPEDIDAS PARA TODOS OS SINDICATOS DE CLASSE.....	1.227
FOLHETOS EXPEDIDOS PARA AS EMISSORAS DE RADIO.....	294
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS.....	2.869
DIVERSAS PUBLICAÇÕES DESPACHADAS.....	400

9.

Ainda pela referida Secção já foram distribuídos os seguintes folhetos:

- " "VISÃO DO BRASIL ATUAL" (Discurso do Senhor Presidente da República proferido em 3 de outubro de 1953;
- "O REAPARELHAMENTO DOS PORTOS NACIONAIS"
- " A BATALHA DOS TRATORES "

10.

Em elaboração se acham os folhetos relativos a "Atividades Governamentais" referentes aos meses de agosto, setembro, outubro e novembro; "Reforma Agrária" e "Comissão do Vale do São Francisco".

11.

SECRETARIA

De acôrdo com o artigo 3º das Instruções Reguladoras da Estrutura e Duncionamento da Agência Nacional, a Secretaria compete auxiliar o Diretor da Agência Nacional na supervisão dos serviços afetos a êsse órgão e manter os contactos externos.

Durante o período de outubro a 10 de dezembro corrente, passaram pela Secretaria os seguintes documentos:

RECEBIDOS

Correspondência dos Estados:

TELEGRAMAS.....	5
OFICIOS.....	19
CARTAS.....	31
CARTÕES.....	9

Correspondência do Distrito Federal:

TELEGRAMAS.....	12
OFICIOS.....	52
CARTAS.....	24
CARTÕES.....	10

EXPERIÊNCIA

Correspondência dos Estados:

TELEGRAMAS.....	2
OFÍCIOS.....	4
CARTAS.....	5

Correspondência do Distrito Federal:

TELEGRAMAS.....	8
OFÍCIOS.....	230
CARTAS.....	192
PORTARIAS.....	82
PAPELETAS.....	251

12. SERVICÓ DE ADMINISTRAÇÃO

De acórdó com o artigo 23 das Instruções Reguladoras da Estrutura e Funcionamento da Agência Nacional, o Serviço de Administração é o órgão central de administração geral da Agência Nacional, cabendo-lhe a orientação, execução e fiscalização das atividades referentes a pessoal, material, orçamento, comunicações, portaria e garagem.

Foram recebidos no período de outubro a 10 de dezembro, pela Seção de Comunicações, 298 documentos, assim discriminados:

OFÍCIOS.....	64
REQUERIMENTOS.....	152
CARTAS.....	10
PORTARIAS.....	15
SALÁRIOS-FAMÍLIA.....	8
SALÁRIOS-ESPOSA.....	23
PAPELETAS.....	4
DIVERSOS.....	22

Os aludidos processos em numero de 298 foram classificados com o desenvolvimento de 1.192 fichas para os arquivos de consultas. Passaram pela S.C. 432 documentos avulsos, tais como revistas, jornais, publicações diversas etc., os quais foram distribuídos às outras seções da Repartição. Foram arquivados durante o trimestre, até 10 do corrente, 235 processos.

Foram ainda distribuídos pela seção 284 documentos, assim discriminados:

OFÍCIOS.....	143
PORTARIAS.....	37
PAPELETAS.....	86
DIVERSOS.....	18

Transitaram, pois, pela Seção de Comunicações, durante o período de 1º de outubro a 10 do corrente, 1.289 documentos.

Durante o trimestre de outubro até 10 de corrente, passaram pelos diversos Setores da Secção de Administração de S.A. os seguintes processos:

SETOR DO PESSOAL

PROCESSOS RECEBIDOS.....	142
PROCESSOS INFORMADOS.....	116
FICHAS DE PESSOAL CONFECCIONADAS.....	42
ANOTAÇÕES PROCEDIDAS NAS FICHAS.....	394
FORMULÁRIOS DE EXAME MEDICOS.....	43
PAPELETAS DE APRESENTAÇÃO DE SERVIDORES.....	56
CERTIDÕES DE TEMPO DE SERVIÇO.....	38
PEDIDOS DE VISITAÇÃO MÉDICA ATENDIDOS.....	36
BOLETINS DE FREQUÊNCIA.....	3

SETOR DE ORÇAMENTO

PROCESSOS RECEBIDOS.....	52
PROCESSOS INFORMADOS.....	48
EMPENHO DE DESPESAS EXPEDIDOS.....	8
REQUISIÇÕES DE PASSAGENS.....	20
PEDIDOS DE ADIANTAMENTOS A SERVIDORES.....	5
OFÍCIOS REDIDOS.....	79

SETOR DO MATERIAL

PROCESSOS RECEBIDOS.....	38
PROCESSOS INFORMADOS.....	29
PEDIDOS DE MATERIAL JUNTO À DMJ.....	9
FICHAS DE CONTRÔLE DE MATERIAL CONFECCIONADAS.....	82
LANÇAMENTOS EFETUADOS NAS FICHAS.....	1.216
PEDIDOS DE SUPRIMENTO DE MATERIAL ATENDIDOS.....	1.061

Verba 2 - MATERIAL

Consignação 1 - Material permanente

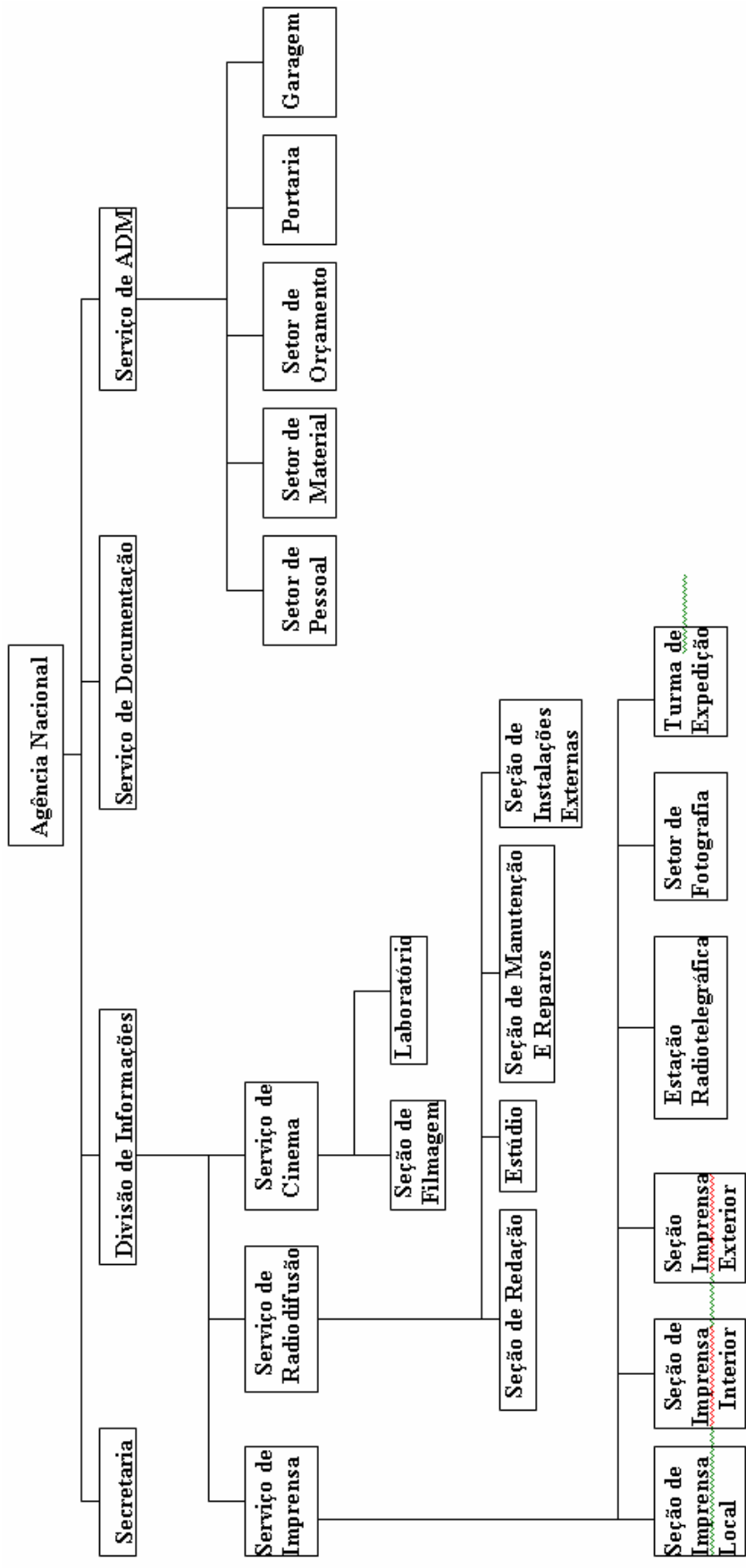
VALOR DO MATERIAL REQUISITADO.....	Cr.147.500,00
VALOR DO MATERIAL RECEBIDO.....	Cr.110.000,00

Consignação 2 - Material de consumo

VALOR DO MATERIAL REQUISITADO.....	Cr.436.028,00
VALOR DO MATERIAL RECEBIDO.....	Cr.326.727,00

São estes, Senhor Ministro os dados sucintos das atividades da Agência Nacional no período de outubro a 10 de dezembro de 1953. Em observância á recomendação de Vossa Excelência contante do aviso G/6121, esta Repartição providenciará para o encaminhamento desse Ministério do Relatório anual das atividades deste Órgão.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Exeg



**ANEXO 6**  
**Novo Regimento da Agência Nacional (1956)**

# REFERÊNCIAS

## Livros

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. **A Propaganda Política no governo Vargas (1951-54) através dos Cinejornais**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. Col. Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. **A Democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual Editora, 2006.

FERREIRA, Jorge. “**O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. P. 59-124.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil, o legado de Vargas**. Revista USP, São Paulo. Nº65, p. 105-119, março/maio 2005.

KORNIS, Mônica de Almeida. **Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950**, in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº34, Julho-Dezembro de 2004, p. 71-90.

MAUAD, Ana M. **Uma disputa, uma perda e uma vitória: fotografia e a produção do acontecimento histórico na imprensa ilustrada dos anos 1950** In: Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. 1 ed. Rio de Janeiro : Mauad, 2008, v.1, p. 159-189.

RAMOS, Fernão e MIRANDA, Luis Felipe (orgs.). **Enciclopédia do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

RÈMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência**. In: História: Questões & Debates. Curitiba, Ed. UFPR, 20 (38): jan/jun. de 2003.

## Documentos Jurídicos

Decreto-Lei nº7.582 de 25 Maio de 1945 – Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações

Decreto-Lei nº9788/46 de 6 de Setembro de 1946. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 – Art. 39º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

Decreto nº 39.447, de 26 de Junho de 1956 – Aprova o Novo Regimento da Agência Nacional.

Lei n.23 de 30 de Outubro de 1891 – Art. 4º. - Reorganiza os Serviços da Administração Federal

Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 cria a ANATEL

Medida Provisória 2.228-1 de 6 de Setembro de 2001 cria a ANCINE.

Portaria Nº 266, de 14 de Dezembro de 1950 – Instruções reguladoras da estrutura e funcionamento da Agência Nacional.

## Periódicos (pesquisa através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

A CRISE da energia elétrica, **Jornal A Noite** de 09 de Abril de 1953

A SELEÇÃO de imigrantes, **Jornal do Brasil** de Primeiro de Abril de 1953

AMEAÇAS de novas emissões, **Jornal do Brasil** 01 de Março de 1952

AS FREQUENTES greves agravam a crise, **Jornal do Brasil** 31 de Março de 1953.

AUXÍLIO às vítimas da Seca, **Jornal A Última Hora** de 27 de Setembro de 1951.

AVISO aos consumidores de Luz e força, **Jornal A Manhã** de 10 de Março de 1953

DE NOSSA parte D. Darcy Vargas terá a ajuda que necessitar, **Jornal A Última Hora** de 25 de Fevereiro de 1953.

DESCENTRALIZAÇÃO do ensino sem recurso a novas reformas, **Jornal A Manhã** de 13 de Março de 1953

DESEQUILÍBRIO cambial e inflação em Dezembro de 1952, **Revista Conjuntura Econômica – Anos 1950**

DESVALORIZAÇÃO do Cruzeiro, **Jornal A Manhã** de 18 de Setembro de 1952

EDUCAÇÃO e ensino, **Jornal do Brasil** de 1º de Janeiro de 1952

EM SÃO PAULO o progresso é uma catástrofe, **Jornal O Flan** - 12 a 18 de Abril de 1953.

EMPOSSADO o novo diretor da Agência Nacional, **Jornal O Correio da Manhã** de 12 de Fevereiro de 1952

GERADORES de emergência, **Jornal A Manhã** de [?] Fevereiro de 1953

GREVE dos trabalhadores da rede mineira de viação, **Jornal do Brasil** de 02 de Agosto de 1952

[IMAGEM], **Jornal do Brasil**, 2º caderno de 5 de Janeiro de 1953.

MARMELADAS, **Jornal Imprensa Popular** de 24 de Janeiro de 1952.

MEMORIAL dos Coronéis, **Jornal A Noite** de 17 de Fevereiro de 1954

MINGUADAS verbas para atender a Zona assolada pela Seca, **Jornal Imprensa Popular** de 28 de Junho de 2951

O RECONHECIMENTO da realidade, **Jornal do Brasil** de Primeiro de Abril de 1953

OS FAMINTOS do Nordeste também apelam para Jesus, **Jornal A Última Hora** de 17 de Dezembro de 1951

POSSE de Genolino Amado na direção da Agência Nacional, **Jornal A Última Hora** de 11 de Fevereiro de 1952.

R.B. Notas, **Jornal O Correio da Manhã** de 8 de Fevereiro de 1952.

SEM TÍTULO, **Jornal O Correio da Manhã** de 12 de Agosto de 1952

VAMOS tirar a casaca da Agência Nacional, **Jornal A Última Hora** de 13 de Fevereiro de 1952.

## **Cinejornais** (pesquisados através do site [www.zappiens.com.br](http://www.zappiens.com.br))

1951

Cinejornal Informativo s.n.[XXVII] [1951] Edição especial

Cinejornal Informativo s.n. [IX]. Edição Especial [1951].

Cinejornal Informativo s. n. [VIII]. Edição Especial [1951].

Cinejornal Informativo v. 2 n. 45 (1951)

Cinejornal Informativo v. 2 n. 38 (1951).

Cinejornal Informativo. V.2 nº47 (1951)

Cinejornal Informativo v. 2 n. 51 (1951).

Cinejornal Informativo v. 2 n. 34 (1951).

Cinejornal Informativo v. 2 n. 21 (1951).



Cinejornal Informativo v. 2 n. 52 (1951).  
Cinejornal Informativo s. n. [XI]. Edição Especial (1951).  
Cinejornal Informativo s. n. [II]. Edição Especial (1951).

1952

Cinejornal Informativo v. 3 n. 29 (1952)  
Cinejornal Informativo v.3 n.34 de 1952  
Cinejornal Informativo v. 3 n. 23 (1952).  
Cinejornal Informativo s. n. [IV] (1952).  
Cinejornal Informativo v. 3 n. 20 (1952).  
Cinejornal Informativo v. 3 n. 1 (1952).

1953

Cinejornal Informativo n.13/53 [1953] Edição especial.  
Cinejornal Informativo s.n [X] [1953]. Edição especial.  
Cinejornal Informativo n. 2/53 (1953).  
Cinejornal Informativo n. 7/53 (1953).  
Cinejornal Informativo n. 9/53 (1953).  
Cinejornal Informativo n. 10/53 (1953).

## Sites

BOMENY, Helena. **A Educação no Segundo Governo Vargas**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural: envelhecimento e masculinização no Brasil – panorama dos últimos 50 anos**. IPEA. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf)

CASTRO, Celso, **Os militares e o segundo governo Vargas**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Militares>

COSTA, Célia. **João Goulart, o aumento no salário mínimo e o Memorial dos Coronéis**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/JoaoGoulart>

COSTA, Célia Maria Leite. **O Manifesto dos Coronéis**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis>

Hayashi, Marli Guimarães. **“Rouba, mas faz”**. Revista de História. Disponível em:  
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/rouba-mas-faz>

CPDOC. **Aliomar Baleeiro**. Disponível em:  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/aliomar\\_baleeiro](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/aliomar_baleeiro).

CPDOC. **Queremismo** Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>

CPDOC. **O Pacto ABC**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/PactoABC>

CPDOC. **Ernesto Simões Filho**. Disponível em:  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/ernesto\\_simoes\\_filho](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/ernesto_simoes_filho)

D'ARAUJO, Maria Celina. **Comissão Mista Brasil – Estados Unidos**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>

D'ARAUJO, Maria Celina. **Política Cambial e indústria**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaCambial>

**Departamento de Imprensa Nacional** . Disponível em:  
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110232/lei-592-48>.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. **Em busca de uma base política - o "ministério da experiência"**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BasePolitica>

FERREIRA, Marieta de Moraes, e MONTALVÃO, Sérgio. **O Jornal do Brasil**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Manhã (1941)**. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Noite**. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Imprensa Popular**. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

GOMES, Ângela de Castro. **Trabalhadores, Movimentos Sindicais e Greves**. Disponível em:  
[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores\\_movimento\\_sindical\\_e\\_greves](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_greves)

JORNAL **A Manhã** de 13 de Março de 1953. **Descentralização do ensino sem recurso a novas reformas**. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20195&pesq=Educa%C3%A7%C3%A3o>

JORNAL **Diário de Notícias** de 16 de Março de 1951. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_03&pesq=Servidores%20da%20Ag%C3%Aancia%20Nacional&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=Servidores%20da%20Ag%C3%Aancia%20Nacional&pasta=ano%20195)

LAMRÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer e MOREIRA, Regina da Luz. **Petrobrás**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>.

SAROLDI, Luís Carlos. **Vargas e o rádio como espetáculo**. Disponível em:  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/156463124003468509753889983083929756387.pdf>

TABELA de salários mínimos,  
[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo\\_1940a1999.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm)  
<http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>

## **Correspondências Expedidas pela Agência Nacional** (parte do acervo da Agência Nacional depositado no Arquivo Nacional)

1953

DAN/SA405 de 13 de Novembro de 1953  
DAN/SA253 de 22 de Julho de 1953  
DAN/1/S de 02 de Janeiro de 1953  
DAN/207 S/ de 02 de Junho de 1953  
DAN/SA354 de 09 de Outubro de 1953  
DAN/SA288 de 12 de Agosto de 1953  
**DAN/188/S de 18 de Maio de 1953**  
**DAN/136 de 01 de Abril de 1953**  
**DAN/96 de 24 de Fevereiro de 1953**  
**DAN/111 de 23 de Março de 1953**  
**DAN/171 de 04 de Maio de 1953**  
**DAN/SAd/1089/52-2 de 03 de Fevereiro de 1953**  
DAN/406 de 13 de Novembro de 1953  
DAN/50 de 30 de Janeiro de 1953  
DAN/SA/218 de 15 de Junho de 1953.  
DAN/SA/432 de 30 de Novembro de 1953.  
**DAN/SA/436 de 24 de Novembro de 1953**  
DAN/SA 199 de 25 de Maio de 1953.  
**DAN/98 de 06 de Março de 1953**  
DAN/SA 322 de 9 de Setembro de 1953.  
DAN/SA 322 de 9 de Setembro de 1953.

1954

DAN/123 de 06 de Maio de 1954.  
DAN/163 de 14 de Junho de 1954.  
DAN/6 de 12 de Janeiro de 1954